



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA

JÚLIO CÉSAR MARTINS

**AS DIMENSÕES CONSTITUTIVAS DO SERVIÇO SOCIAL NO
COTIDIANO PROFISSIONAL DOS ASSISTENTES SOCIAIS
QUE ATUAM NOS CENTROS DE REFERÊNCIA DE
ASSISTÊNCIA SOCIAL (CRAS) DA REGIÃO DO VALE DO
IVAÍ**

Londrina
2022

JÚLIO CÉSAR MARTINS

**AS DIMENSÕES CONSTITUTIVAS DO SERVIÇO SOCIAL NO
COTIDIANO PROFISSIONAL DOS ASSISTENTES SOCIAIS
QUE ATUAM NOS CENTROS DE REFERÊNCIA DE
ASSISTÊNCIA SOCIAL (CRAS) DA REGIÃO DO VALE DO
IVAÍ**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Política Social do Departamento de Serviço Social da Universidade Estadual de Londrina/PR, como requisito à obtenção do título de mestre em Serviço Social e Política Social

Orientadora: Professora Dra. Olegna de Souza Guedes

Londrina
2022

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UEL

Martins, Júlio César.

As dimensões constitutivas do serviço social no cotidiano profissional dos assistentes sociais que atuam nos centros de referência de assistência social (cras) da região do vale do itaí / Júlio César Martins. - Londrina, 2022.
133 f.

Orientador: Olegna de Souza Guedes.

Dissertação (Mestrado em Serviço Social e Política Social) - Universidade Estadual de Londrina, Centro de Estudos Sociais Aplicados, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Política Social, 2022.
Inclui bibliografia.

1. dimensão teórico-metodológica - Tese. 2. dimensão técnico-operativa - Tese. 3. dimensão ético-política - Tese. 4. serviço social - Tese. I. de Souza Guedes, Olegna . II. Universidade Estadual de Londrina. Centro de Estudos Sociais Aplicados. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Política Social. III. Título.

CDU 36

JÚLIO CÉSAR MARTINS

**AS DIMENSÕES CONSTITUTIVAS DO SERVIÇO SOCIAL NO
COTIDIANO PROFISSIONAL DOS ASSISTENTES SOCIAIS
QUE ATUAM NOS CENTROS DE REFERÊNCIA DE
ASSISTÊNCIA SOCIAL (CRAS) DA REGIÃO DO VALE DO
IVAÍ**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Política Social do Departamento de Serviço Social da Universidade Estadual de Londrina/PR, como requisito à obtenção do título de mestre em Serviço Social e Política Social.

BANCA EXAMINADORA

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Olegna de Souza
Guedes
Universidade Estadual de Londrina – UEL

Prof.^a Dr.^a Sandra Lourenço de Andrade
Fortuna
Universidade Estadual de Londrina – UEL

Prof.^a Dr.^a Cláudia Mônica dos Santos
Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF

Londrina, 16 de setembro de 2022

Dedico este trabalho a todos os assistentes sociais que sempre são resistência nas lutas travadas no seu cotidiano profissional.

AGRADECIMENTOS

Quero iniciar meus agradecimentos registrando que essa dissertação é fruto do que foi possível diante de um contexto tão adverso que vivenciamos nos últimos dois anos. Ingressei no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Política Social da Universidade Estadual de Londrina em meados de 2019 e, após alguns meses, tivemos o início de uma pandemia que obrigou a nos recolhermos em nossas casas na tentativa de reduzir a propagação de um vírus que ceifou tantas vidas.

Vivenciei e senti na pele os efeitos da pandemia que durante meses afetou minha saúde, me deixando inclusive desanimado e ansioso para dar andamento nesta pesquisa. Estar aqui, hoje, tecendo esses agradecimentos é resultado de uma força divina e de tantas pessoas que estiveram comigo nessa caminhada, as quais não poderia deixar de agradecer.

Agradeço aos meus pais, Antônio e Cléia, pela educação que puderam me proporcionar e por me apoiarem sempre em minhas decisões. Obrigado por terem me ensinado o respeito, a honestidade, o amor e a gratidão para com todas as pessoas. Obrigado por sempre terem acreditado em mim e em meu potencial, sou grato, sobretudo, pela confiança que sempre depositaram em mim. Mesmo sem entenderem muito o significado dessa pós-graduação, sempre perguntavam: *“Filho, como está a faculdade?”*, e isso já me deixava feliz.

À minha irmã Fernanda, a quem agradeço por ter vivido comigo os melhores momentos da minha infância. Obrigado por ter sido minha primeira “aluna” quando brincávamos de escolinha. Graças a isso, você não deixou morrer em mim o sonho de um dia me tornar professor.

Agradeço à minha namorada, Júlia, por ser minha companheira, minha amiga, minha cúmplice, meu porto seguro e, pra mim, a melhor assistente social que conheço. Por ter sido a primeira a me incentivar a ingressar no curso de Serviço Social, por ser minha inspiração na profissão, por seu compromisso ético e sua postura profissional. Obrigado por ter me ouvido e me aconselhado em situações adversas, por ter me apoiado e respeitado minhas decisões, por ter compartilhado comigo alegrias, conquistas, tristezas e frustrações. Caminhamos juntos no mestrado, e em você me inspirei para que eu não desistisse. Obrigado pela ternura, compreensão, principalmente pelo amor. Minha eterna gratidão por ter me ajudado nesses últimos

meses na conclusão deste trabalho com seus apontamentos e reflexões sempre muito pertinentes.

À minha professora e orientadora, Olegna, por ter aceitado minha proposta de pesquisa. Obrigado pelas conversas, pelas trocas de experiências, pela amizade e, especialmente, pela paciência. Durante este trabalho, muitas vezes, quando nem eu mais acreditava em mim, ela sempre vinha com palavras doces, como: *“Júlio, querido, vai dar tudo certo, sua pesquisa será brilhante!”*. Obrigado, professora Olegna, você me fez acreditar que seria possível, e foi. Certa vez, fui agradecê-la por tanto carinho e ela me disse: *“É só o meu trabalho”*. Pode até ser seu trabalho, como de fato é, mas o faz com tanta competência, carinho, mas acima de tudo com muito amor. Obrigado, professora, por tudo e por tanto!

A todos os meus professores, guardiões do saber, os quais contribuíram para minha formação acadêmica desde o ensino fundamental até essa etapa de formação acadêmica. A vocês, sou grato por terem ampliado meu conhecimento e terem me mostrado um mundo de possibilidades. Foram tantos, mas lembrarei de todos vocês e serei grato sempre!

Aos meus colegas de sala, obrigado pelos momentos que passamos juntos durante esse período de estudo. Certamente, a saudade vai bater em nós em algum momento de nossas vidas. A pandemia não nos permitiu sequer uma despedida, mas guardarei vocês e nossas gargalhadas no melhor canto de minha memória, e de forma muito especial levarei a amizade de vocês para a vida: Bruna, Jéssica, Juliana, Júlia, Isabela e Luciana. Obrigado por vocês terem compartilhado comigo os melhores momentos dessa nossa fase.

Às assistentes sociais que participaram da pesquisa à qual este trabalho se propôs. Obrigado pela contribuição valiosíssima que deram. Obviamente que a conclusão desta pesquisa só foi possível graças à participação de vocês. Gratidão por terem parado por um instante sua rotina profissional para responderem ao questionário ou para participar da entrevista. Só conseguiremos avançar conquistando novos horizontes profissionais graças a profissionais como vocês que aceitam contribuir em pesquisas científicas.

À banca examinadora deste trabalho. À Prof^ª Dr^ª. Sandra Lourenço de Andrade Fortuna, Prof^ª Dr^ª. Kathiuscia Coelho e Prof^ª Dr^ª. Cláudia Mônica dos Santos, que aceitaram participar da banca de qualificação, que com muita delicadeza

apontaram novas perspectivas para este trabalho. É uma honra tê-las, também, na banca de defesa!

Aos meus colegas de trabalho que, por vezes, absorveram meu trabalho em minhas ausências e, mesmo sem entenderem muito o objetivo desta pesquisa, sempre me ouviram e torceram para que a conclusão deste trabalho fosse possível.

Por fim, porém não menos importante, pelo contrário, a Deus devo a minha vida e tudo que sou. Agradeço a Ele por ter sido meu refúgio em tantos momentos nesta longa caminhada acadêmica; pelas vezes que a Ele me dirigi com minhas orações e com sua sabedoria soube me atender nos momentos mais oportunos. Não teve sequer um dia em que em minhas orações não clamei por sabedoria e discernimento para a conclusão desta etapa acadêmica em minha vida.

Concluir esta etapa não é o fim, longe disso, há um horizonte muito maior que preciso e devo buscar.

“Mas é preciso ter força.

É preciso ter raça.

É preciso ter gana sempre (...)”

(Trecho da Música: Maria, Maria de Milton Nascimento)

MARTINS, Júlio César. **As dimensões constitutivas do Serviço Social no cotidiano profissional dos assistentes sociais que atuam nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) da Região do Vale do Ivaí.** 2022. 131 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social e Política Social) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2022.

RESUMO

Esta dissertação tem por objetivo analisar as interpretações que assistentes sociais que atuam em Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) da Região Vale do Ivaí, localizada no norte do Estado do Paraná, possuem sobre a materialização das dimensões constitutivas do Serviço Social no atendimento às demandas que comparecem em seu cotidiano profissional. Para o alcance do objetivo, a proposta metodológica está baseada em uma pesquisa qualitativa, de caráter exploratório e de natureza descritiva. A pesquisa foi construída a partir de duas etapas. A primeira através de uma revisão bibliográfica sobre a produção do conhecimento em Serviço Social e as dimensões constitutivas do Serviço Social: teórico-metodológica, técnico-operativa e ético-política; além de pesquisa documental e revisão bibliográfica sobre a política de assistência social. A segunda etapa consistiu na aproximação ao campo empírico propriamente: o trabalho dos assistentes sociais nos CRAS da Região do Vale do Ivaí. Essa etapa foi precedida de um levantamento quantitativo de CRAS existentes na referida região, bem como do número de assistentes sociais que atuam nesses equipamentos. Realizou-se um levantamento do perfil dos profissionais e alguns aspectos materiais que particularizam as condições de trabalho dos assistentes sociais naquela unidade da política de assistência social na referida região. O levantamento se deu por meio de um formulário composto por questões fechadas. Para a coleta de dados, foram realizadas entrevistas estruturadas com oito profissionais. A análise dos dados ocorreu a partir de categorias analíticas. Os resultados apontam que os profissionais compreendem a importância do conhecimento para qualificar o exercício profissional, entretanto, constatou-se que, em relação às dimensões constitutivas do Serviço Social, prevalece uma compreensão fragmentada, que supervaloriza uma dimensão em detrimento das outras. Identifica-se que há um entendimento de que as referidas dimensões são dotadas de um caráter apenas instrumental. Constatou-se, ainda, que as condições objetivas de trabalho são apontadas pelas assistentes sociais como um dos grandes desafios à materialização das dimensões constitutivas do Serviço Social no exercício profissional.

Palavras-chave: dimensão teórico-metodológica; dimensão técnico-operativa; dimensão ético-política; exercício profissional; serviço social.

MARTINS, Júlio César. **The constitutive dimensions of Social Work in the daily work of social workers who work in the Social Assistance Reference Centers (CRAS) in the Vale do Ivaí Region.** 2022. 131 p. Dissertation (Master's in Social Work and Social Policy) – State University of Londrina, Londrina, 2022.

ABSTRACT

This dissertation aims to analyze the interpretations that social workers who work in Social Assistance Reference Centers (CRAS) in the Vale do Ivaí Region, located in the north of the State of Paraná, have on the materialization of the constitutive dimensions of Social Work in attending to demands that appear in their professional routine. To reach the objective, the methodological proposal is based on qualitative research, of an exploratory and descriptive nature. The research was built in two stages. The first through a bibliographic review on the production of knowledge in Social Work and the constitutive dimensions of Social Work: theoretical-methodological, technical-operative and ethical-political; in addition to documental research and literature review on social assistance policy. The second stage consisted of approaching the empirical field itself: the work of social workers in CRAS in the Vale do Ivaí Region. This step was preceded by a quantitative survey of existing CRAS in that region, as well as the number of social workers who work in these facilities. A survey was carried out on the profile of professionals and some material aspects that particularize the working conditions of social workers in that unit of the social assistance policy in that region. The survey was carried out through a form composed of closed questions. For data collection, structured interviews were carried out with eight professionals. Data analysis took place from analytical categories. The results indicate that professionals understand the importance of knowledge to qualify professional practice, however, it was found that, in relation to the constitutive dimensions of Social Work, a fragmented understanding prevails, which overvalues one dimension to the detriment of others. It is identified that there is an understanding that these dimensions are endowed with an instrumental character only. It was also found that the objective working conditions are pointed out by social workers as one of the great challenges to materializing the constitutive dimensions of Social Work in professional practice.

Key words: theoretical-methodological dimension; technical-operative dimension; ethical-political dimension; professional exercise; social work.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 –	Mapa de Projeção Populacional do Estado do Paraná/PR	21
Figura 2 –	Mapa do Estado do Paraná e a Região do Vale do Ivaí.....	22
Figura 3 –	Municípios da Região do Vale do Ivaí	23

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – População total dos municípios do Vale do Ivaí e Índice de Desenvolvimento Humano – IDH	24
Quadro 2 – Quantidade de CRAS e Assistentes Sociais nos Municípios do Vale do Ivaí	37

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABAS	Associação Brasileira de Assistentes Sociais
ABEPSS	Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social
AMUVI	Associação dos Municípios do Vale do Ivaí
CFESS	Conselho Federal de Serviço Social
CF/88	Constituição Federal de 1988
CNS	Conselho Nacional de Saúde
CNAS	Conselho Nacional de Assistência Social
CFP	Conselho Federal de Psicologia
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
GRESS	Conselho Regional de Serviço Social
ENESSO	Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FMI	Fundo Monetário Internacional
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IPARDES	Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
LOAS	Lei Orgânica da Assistência Social
MARE	Ministério da Administração e Reforma do Estado
NOB-SUAS	Norma de Orientações Básicas
NOB-RH/SUAS	Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social
NUCRESS	Núcleo do Conselho Regional de Serviço Social
PNAS	Política Nacional de Assistência Social
SEMA	Secretaria Estadual do Meio Ambiente
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
SUS	Sistema Único de Saúde
STF	Supremo Tribunal Federal
UEL	Universidade Estadual de Londrina
UNESPAR	Universidade Estadual do Paraná

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
2	UM CAMPO DE ATUAÇÃO PROFISSIONAL DOS ASSISTENTES SOCIAIS: OS CRAS DA REGIÃO DO VALE DO IVAÍ.....	21
2.1	O PERFIL DOS ASSISTENTES SOCIAIS QUE ATUAM NOS CRAS DA REGIÃO DO VALE DO IVAÍ	42
3	REFLEXÕES SOBRE AS DIMENSÕES CONSTITUTIVAS DO SERVIÇO SOCIAL: MARCOS TEÓRICOS E INTERPRETAÇÕES DE ASSISTENTES SOCIAIS QUE ATUAM NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NA REGIÃO DO VALE DO IVAÍ.....	53
3.1	O REFLEXÕES SOBRE O CONHECIMENTO DA REALIDADE SOCIAL: UMA ANÁLISE A PARTIR DE DEBATES CONSTRUÍDOS NO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO	55
3.2	AS DIMENSÕES TEÓRICO-METODOLÓGICA, TÉCNICO-OPERATIVA E ÉTICO-POLÍTICA NO COTIDIANO DOS ASSISTENTES SOCIAIS NA REGIÃO DO VALE DO IVAÍ.....	64
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS	110
	REFERÊNCIAS.....	115
	APÊNDICES.....	123
	APÊNDICE A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	124
	APÊNDICE B – Questionário de Coleta de Dados	126
	APÊNDICE C – Questões da Entrevista.....	131

1 INTRODUÇÃO

Dentro do programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Política Social da Universidade Estadual de Londrina (UEL), esta pesquisa está relacionada à linha de pesquisa do programa de Serviço Social e Processos de Trabalho, com o tema “As dimensões constitutivas do Serviço Social no cotidiano profissional dos assistentes sociais que atuam nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) da Região do Vale do Ivaí”.

O interesse em estudar o tema emergiu durante o período de graduação em Serviço Social, na Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR) – Campus Apucarana, através da disciplina de Serviço Social na Contemporaneidade, a qual se dedica a estudar como se expressa a profissão na atualidade. Ao estudar os conteúdos da disciplina e em pesquisas posteriores¹, o pesquisador passou a sentir necessidade de ampliar o campo de pesquisa e analisar como as dimensões constitutivas do Serviço Social: teórico-metodológica, técnico-operativa e ético-políticas norteiam o trabalho dos assistentes sociais, em especial, os que atuam nos CRAS da Região Vale do Ivaí², no norte do Estado do Paraná.

No decorrer deste processo, o pesquisador, preocupado com as relações entre o campo interventivo dos assistentes sociais e o arsenal teórico que orienta o trabalho desses profissionais, compreendeu, *a priori*, que a teoria é uma modalidade do conhecimento e que pode oferecer subsídios para a compreensão das mediações da realidade social necessárias à orientação do exercício profissional do assistente social. A partir dessa preocupação, em relação ao necessário conhecimento dessas mediações, foi possível entender a importância da dimensão teórico-metodológica do Serviço Social e sua intrínseca relação com as outras duas dimensões constitutivas dessa profissão: a técnico operativa e a ético-política.

¹ O trabalho de conclusão de curso intitulado “A unidade teoria e prática a partir da interlocução com os assistentes sociais egressos do curso de Serviço Social da Unespar-Câmpus Apucarana” teve como objetivo conhecer como os egressos do curso de Serviço Social da Unespar-Câmpus Apucarana, graduados nos anos de 2005 a 2017, compreendem a unidade teoria e prática em seu exercício profissional.

² A região do Vale do Ivaí é constituída por 26 municípios: Apucarana, Arapuã, Ariranha do Ivaí, Bom Sucesso, Borrazópolis, Califórnia, Cambira, Cruzmaltina, Faxinal, Godoy Moreira, Grandes Rios, Ivaiporã, Jandaia do Sul, Jardim Alegre, Kaloré, Lidianópolis, Lunardelli, Marilândia do Sul, Marumbi, Mauá da Serra, Novo Itacolomi, Rio Bom, Rio Branco do Ivaí, Rosário do Ivaí, São João do Ivaí e São Pedro do Ivaí. Esse conjunto de municípios reúne 336.567 habitantes, representando 2,92% da população estadual (IPARDES, 2021).

Refletir sobre as dimensões teórico-metodológica, técnico-operativa e ético-política é importante para desmistificar possíveis visões equivocadas no interior da profissão, que tendem a restringir essas dimensões a um campo teórico. Parte-se aqui do pressuposto de que no cotidiano do trabalho dos assistentes sociais, nem sempre é possível a compreensão dessas dimensões, no entanto, elas são fundamentais para a defesa da particularidade do trabalho do assistente social.

Observa-se, em comentários sobre a profissão no cotidiano, que há profissionais que questionam a viabilidade do conhecimento teórico na orientação de ações no cotidiano profissional. Tais comentários, geralmente, prendem-se ao propósito de tentar aplicar o conhecimento na prática profissional, o que incide na reiteração de uma perspectiva pragmática e que incorre na defesa de que na prática a teoria é outra. São comentários como esses que demonstram a necessidade de problematizar os desafios que estão postos entre os fundamentos teóricos e a intervenção profissional. Essa mediação, juntamente com a perspectiva ética e política, deve ser uma constante nos cursos de graduação em Serviço Social, sobretudo quando se considera o avanço da mercadorização do ensino que tende a empobrecer os conhecimentos necessários a um exercício profissional que não pode desconsiderar o campo analítico.

Outra questão relevante nesta pesquisa refere-se às lacunas existentes no discurso de que “na prática a teoria é outra”, as quais abrem brechas para tendências conservadoras, pautadas na perspectiva de culpabilização do indivíduo e na moralização da questão social. No contraponto a essas tendências, a atuação profissional deve ser pautada em uma leitura totalizante e crítica da realidade para que a ação profissional não seja unicamente instrumental, até porque o Serviço Social é uma profissão analítica, interventiva e com uma direção ético-política. Nesse sentido, restringir a ação profissional ao cumprimento de tarefas e protocolos sem um exercício analítico é desconsiderar a própria particularidade da profissão.

Cumprir esclarecer que “o termo dimensão remete às propriedades de alguma coisa, no sentido de seus pressupostos, de suas direções, de seus princípios fundamentais que contribuem para a concretização da profissão e que formam sua base” (Santos, 2002, p. 24), ou seja, o termo remete a elementos que dão concreticidade ao exercício profissional do Serviço Social. A intervenção profissional é permeada de

múltiplas dimensões³: “técnico-instrumental, teórico-intelectual, ético-política e formativa” (Guerra, 1997). Essas dimensões só adquirem sentido e direção se forem pensadas de forma articulada e constituindo uma totalidade, mantendo uma relação de unidade, apesar de suas particularidades contribuírem, de alguma forma, para a leitura e interpretação da realidade. De forma sintética, Santos (2013) nos apresenta as dimensões supracitadas

(...) a dimensão teórico-metodológica fornece ao profissional um ângulo de leitura dos processos sociais, de compreensão do significado social da ação, uma explicação da dinâmica da vida social na sociedade capitalista. Possibilita a análise do real. A dimensão ético-política envolve o projetar a ação em função dos valores e finalidades do profissional, da instituição e da população. É responsável pela avaliação das consequências de nossas ações – ou a não avaliação dessas consequências. São as diferentes posições e partidos que os profissionais assumem. Já a dimensão técnico-operativa é a execução da ação que se planejou, tendo por base os valores, as finalidades e a análise do real” (SANTOS, 2013, p. 26).

É necessário, portanto, refletir sobre o exercício profissional a partir dessas três dimensões: teórico-metodológica, técnico-operativa e ético-política, possibilitando, assim, um entendimento do significado social da ação profissional. Pensar essas dimensões de forma articulada e orgânica nos permite compreender a importância da teoria na compreensão da realidade, indicando caminhos, estratégias e possibilidades para a ação profissional. É a partir dessa perspectiva que se volta, nesta pesquisa, a preocupação em buscar identificar a interpretação que os assistentes sociais fazem dessas dimensões em seus espaços profissionais. Delimita-se, entretanto, a um desses espaços, que está vinculado à política de assistência social: o CRAS. Restringe-se ainda, aos CRAS de municípios de pequeno porte da Região do Vale do Ivaí.

O Vale do Ivaí está localizado, na sua maior parte, no Terceiro Planalto e parte no Segundo Planalto Paranaense e abrange uma área de 7.493,58 km², o que corresponde a 3,76% do território estadual paranaense. É formado, em sua grande maioria, por municípios de pequeno porte⁴, os quais possuem, em sua totalidade, unidades de CRAS.

³ Santos; Filho; Backx (2017) destacam que alguns autores como Cassab (2000), Silva e Silva (1995) e Guerra (2009) incorporaram outras dimensões ao exercício profissional, tais como: as dimensões investigativa, interventiva e formativa.

⁴ Conforme o PNAS (2005) os municípios são classificados conforme o total de habitantes: Municípios pequenos 1: com população até 20.000 habitantes; Municípios pequenos 2: com população entre 20.001 a 50.000 habitantes; Municípios médios: com população entre 50.001 a 100.000 habitantes; Municípios grandes: com população entre 100.001 a 900.000 habitantes e Metrôpoles: com população superior a 900.000 habitantes. (BRASIL, 2005, p. 43).

Em vários municípios da Região do Vale do Ivaí não existem outros equipamentos de atendimento da política de assistência social, como, por exemplo, o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), restando apenas o CRAS enquanto única unidade de referência da política de assistência social, a qual apresenta-se, na contemporaneidade, como um vasto campo de pesquisa na área do Serviço Social. Diante do exposto, foi possível construir o objeto desta pesquisa: as dimensões constitutivas do Serviço Social na orientação do exercício profissional dos assistentes sociais que atuam nos Centros de Referência de Assistência Social no Vale do Ivaí.

Pretende-se, nesta pesquisa, responder ao seguinte objetivo: Analisar as interpretações que os assistentes sociais que atuam no CRAS da Região do Vale do Ivaí têm sobre a materialização das dimensões constitutivas do Serviço Social no atendimento às demandas que comparecem em seu cotidiano profissional. Entende-se que esse objetivo se concilia com um dos princípios fundamentais do Código de Ética Profissional do/a Assistente Social, com relação ao "[...] compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional" (BRASIL, 2012, p. 24).

Para alcançar este objetivo, construíram-se os seguintes objetivos específicos: I) Refletir sobre as dimensões teórico-metodológicas, técnico-operativas e ético-políticas articuladas à dimensão investigativa na construção da competência profissional dos assistentes sociais; II) Identificar as principais demandas do trabalho dos assistentes sociais que atuam nos CRAS na Região do Vale do Ivaí; III) Identificar particularidades regionais do Vale do Ivaí que se destacam entre as condições de trabalho dos assistentes sociais que trabalham nesta referida região.

Com relação ao percurso metodológico, a pesquisa tem uma abordagem qualitativa, a qual, segundo Minayo e Sanches (1993), caracteriza-se pela aproximação entre sujeito e objeto e atua no nível dos significados e das estruturas, compreendendo-as como ações humanas objetivadas. Essa natureza de pesquisa, para as autoras, situa-se na perspectiva dialética que concebe todas as etapas da investigação como partes do processo social em análise e, ainda, como sua consciência crítica possível. Minayo e Sanches (1993, p. 245) consideram “[...] os instrumentos, os dados e a análise numa relação interior com o pesquisador, e as contradições como a própria essência dos problemas reais”. Dessa forma, a abordagem qualitativa permite a interpretação dos

fenômenos de maneira minuciosa, enquanto esses podem ser apreendidos como situações que precisam ser desveladas pelo pesquisador.

De acordo com Minayo e Sanches (1993) a pesquisa qualitativa busca o que é significativo na singularidade de determinado fenômeno. As autoras tratam, ainda, da linguagem e da prática enquanto as matérias-primas dessa abordagem, atuando em nível de profundidade, dos valores, crenças, atitudes.

A pesquisa tem caráter exploratório, uma vez que busca proporcionar maior familiaridade com o problema. Com base em Gil (2009), as pesquisas exploratórias envolvem, geralmente, levantamento bibliográfico, entrevistas e/ou demais técnicas e instrumentos visando explicitar o problema de pesquisa. Considera-se, também, a partir de Prodanov e Freitas (2013) que, de acordo com os objetivos definidos, quando a pesquisa se encontra na fase preliminar, buscando encontrar mais informações sobre o assunto a ser investigado, essa possui caráter exploratório. Acredita-se que o tema proposto e a abrangência da discussão ainda não foram objeto de pesquisa neste programa de pós-graduação, denotando-se, então, uma pesquisa com esse caráter.

A pesquisa foi construída a partir de duas etapas. A primeira através de uma revisão bibliográfica sobre as dimensões constitutivas do Serviço Social: teórico-metodológica, técnico-operativa e ético-política, além de pesquisa documental e revisão bibliográfica sobre a política de assistência social. A segunda etapa foi produzida com aproximação ao campo empírico propriamente: o trabalho dos assistentes sociais no CRAS da Região do Vale do Ivaí. Essa etapa foi precedida de um levantamento quantitativo de CRAS existentes na referida região, bem como do número de assistentes sociais que atuam nesse equipamento. Para levantar tais informações, efetivou-se uma consulta no sistema CadSUAS⁵ do Ministério da Cidadania, totalizando: 29 (vinte e nove) CRAS e 39 (trinta e nove) assistentes sociais nos 26 (vinte e seis) municípios que compõem a Região do Vale do Ivaí.

Pretendeu-se, ainda nessa etapa da pesquisa, realizar o levantamento do perfil dos profissionais e alguns aspectos materiais que particularizam as condições de trabalho dos assistentes sociais nos CRAS da Região do Vale do Ivaí. O levantamento se deu por meio de um formulário composto de questões fechadas (Apêndice A) enviado a 28 (vinte

⁵ O CadSUAS é o sistema de cadastro do SUAS, que comporta todas as informações relativas à prefeituras, órgão gestor, fundo e conselho municipal e entidades que prestam serviços socioassistenciais. (BRASIL, 2021)

e oito) profissionais através da plataforma Google Docs, sendo que, desses, 13 (treze) responderam ao questionário. Optou-se pelo envio do formulário apenas aos profissionais dos municípios de Pequeno Porte I, excluindo, dessa forma, o município de Apucarana.

A realização das entrevistas observou os cuidados éticos. Foi utilizado “Termo de Consentimento Livre e Esclarecido” (APÊNDICE C), sendo que as informações coletadas foram tratadas com o mais absoluto sigilo e confidencialidade, de modo a preservar a identidade dos participantes.

Após a compilação dos dados, foram realizadas entrevistas online através da plataforma Google Meet com 8 (oito) assistentes sociais que aceitaram participar dessa fase da pesquisa. Para resguardar a identidade dos assistentes sociais que participaram da entrevista, optou-se por denominá-los de: AS1, AS2, AS3, AS4, AS5, AS6, AS7 e AS8. Tendo como subsídio a análise de Minayo (2003) sobre a entrevista, a autora considera que:

A entrevista é o procedimento mais usual no trabalho de campo. Através dela, o pesquisador busca obter informes contidos na fala dos atores sociais. Ela não significa uma conversa despreziosa e neutra, uma vez que se insere como meio de coleta dos fatos relatados pelos atores, enquanto sujeitos - objeto da pesquisa que vivenciam uma determinada realidade que está sendo focalizada (MINAYO, 2003, p. 57).

Portanto, considera-se que a realização das entrevistas possibilita reflexões importantes que serão mediadas por uma análise pautada no materialismo histórico e dialético, considerando que esse método é capaz de propiciar análises críticas da realidade, situando-a em um contexto histórico, político e social.

Para a análise dos dados obtidos, levantou-se três categorias analíticas: as interpretações sobre a relação entre a dimensão teórico-metodológica e o cotidiano profissional; as relações entre a dimensão técnico-operativa e o cotidiano profissional; e as relações entre a dimensão ético-política e o cotidiano profissional.

A dissertação está organizada em dois capítulos. O primeiro capítulo apresenta, inicialmente, o campo de pesquisa, qual seja: a Região do Vale do Ivaí, com a caracterização dessa região, destacando as principais particularidades desse território. Além disso, esse capítulo demonstra o perfil dos assistentes sociais que atuam nos CRAS dessa região e também situa a assistência social enquanto política pública e o CRAS como porta de entrada para os serviços de proteção social de famílias e indivíduos que vivem em situação de vulnerabilidade social.

O segundo capítulo enfatiza as interpretações que os assistentes sociais que trabalham no CRAS, em diferentes municípios do Vale do Ivaí, têm sobre a tríplice competência em seu cotidiano profissional, ou seja, a forma como esses profissionais interpretam a materialização das dimensões constitutivas do Serviço Social no atendimento às demandas que comparecem em seu cotidiano profissional. Contudo, apresenta-se, previamente, no capítulo, uma reflexão acerca da importância do conhecimento como um fator determinante na compreensão da realidade social e como uma base sólida capaz de proporcionar ao profissional o desvelamento da realidade apresentada pelos usuários em seu cotidiano profissional. E serão apresentados, também, nesse capítulo, a análise teórica sobre as dimensões constitutivas do trabalho do assistente social que são parte do objeto central desta dissertação.

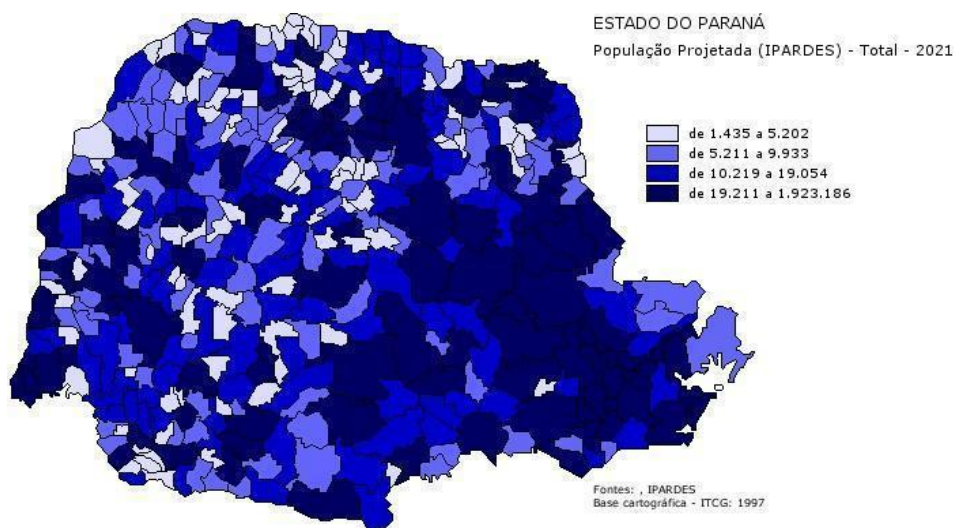
A relevância desta pesquisa justifica-se pelo fato de que o Serviço Social é uma profissão caracterizada por sua natureza analítica e interventiva, o que demanda dos assistentes sociais a realização de planejamento, identificação de demandas de atendimento, bem como a construção de respostas profissionais, sendo necessária uma apropriação de conhecimentos teórico-práticos, bem como uma direção ética e política que dê suporte à construção de respostas profissionais pautadas na superação do imediatismo próprio do cotidiano.

2 UM CAMPO DE ATUAÇÃO PROFISSIONAL DOS ASSISTENTES SOCIAIS: OS CRAS DA REGIÃO DO VALE DO IVAÍ

Inicialmente, este capítulo se propõe a caracterizar o território do Vale do Ivaí, que foi a região escolhida para aproximação ao campo empírico da pesquisa. Posteriormente, será realizado um breve resgate sobre a política de assistência social, uma vez que o CRAS se constitui enquanto unidade privilegiada para atendimento dos usuários desta política pública. Esse equipamento é um importante campo de atuação dos assistentes sociais, uma vez que esse profissional possui um papel de destaque frente às políticas públicas voltadas para os grupos mais vulneráveis e marginalizados. Por fim, será apresentado o perfil dos assistentes sociais que atuam nos CRAS desse território.

A Região do Vale do Ivaí situa-se no Estado do Paraná, que possui 399 municípios, com área territorial de 199.298,98 Km². A população estimada desse Estado é de 11.516.840 habitantes, segundo site oficial do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (BRASIL, 2021). É o quinto estado com maior número de habitantes, que corresponde a 5,4% da população brasileira e o primeiro da Região Sul. A densidade demográfica é de 52,40%, ocupando o décimo segundo lugar, se comparado a outros estados. De acordo com o IBGE (BRASIL, 2021), o rendimento nominal mensal domiciliar *per capita* é de R\$ 1.508,00 (um mil, quinhentos e oito reais) e o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é de 0,749, ocupando a quinta colocação nacional, atrás do Distrito Federal, São Paulo, Santa Catarina e Rio de Janeiro.

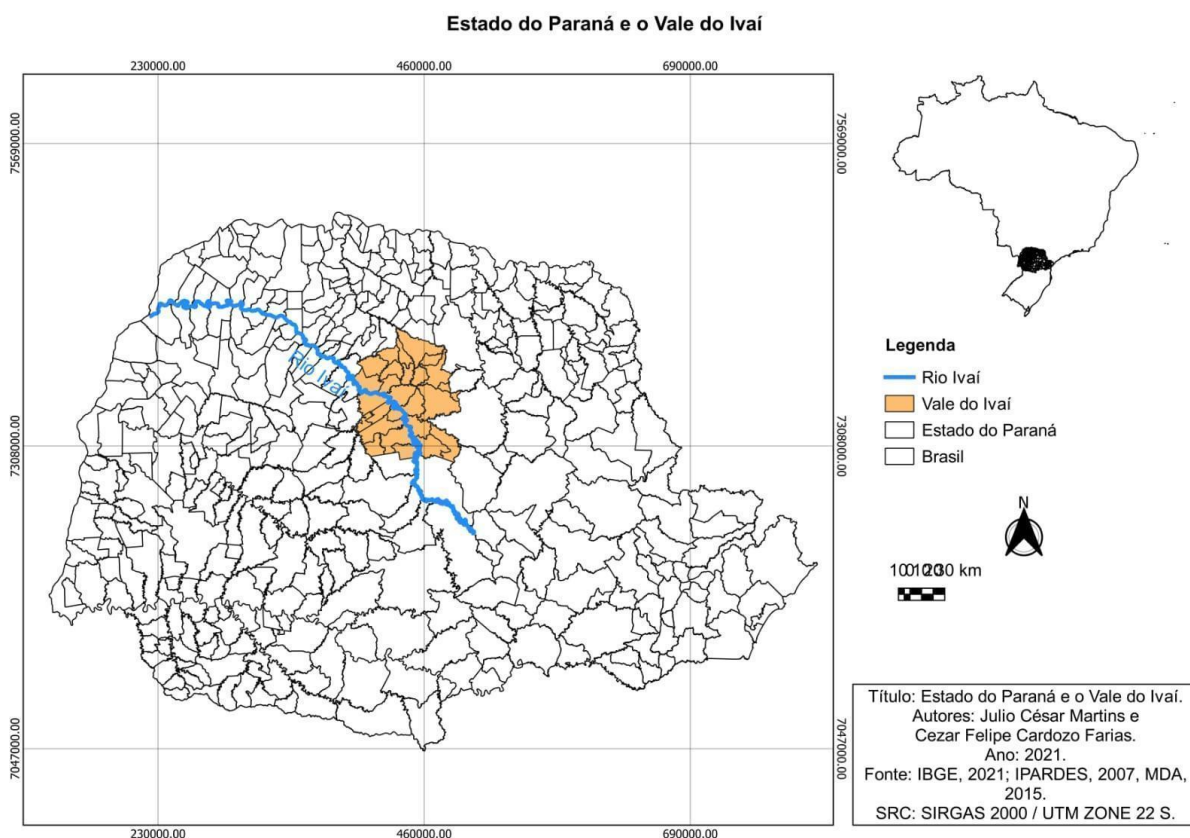
Figura 1 – Mapa de Projeção Populacional do Estado do Paraná/PR



Fonte: IPARDES (2021)

De acordo com o IPARDES (2021), a Região do Vale do Ivaí está localizada, em sua maior parte, no Terceiro Planalto, e parte no Segundo Planalto Paranaense. Abrange uma área de 7.493,58 Km², o que equivale a 3,76% do território estadual, com população estimada, pelo IBGE (BRASIL, 2021), de 336.567 habitantes, correspondendo a 2,92% da população do Estado do Paraná. Segundo Bastarz e Souza (2016, p. 60), “[...] é uma região de ocupação recente, do fim do Ciclo do Café nos anos 1960 e 70, que sofreu estagnação e processo de pecuarização extensiva a partir dos anos 1980, exceto nos municípios integrados à agricultura moderna de grãos”.

Figura 2 – Mapa do Estado do Paraná e a Região do Vale do Ivaí



Fonte: o próprio autor

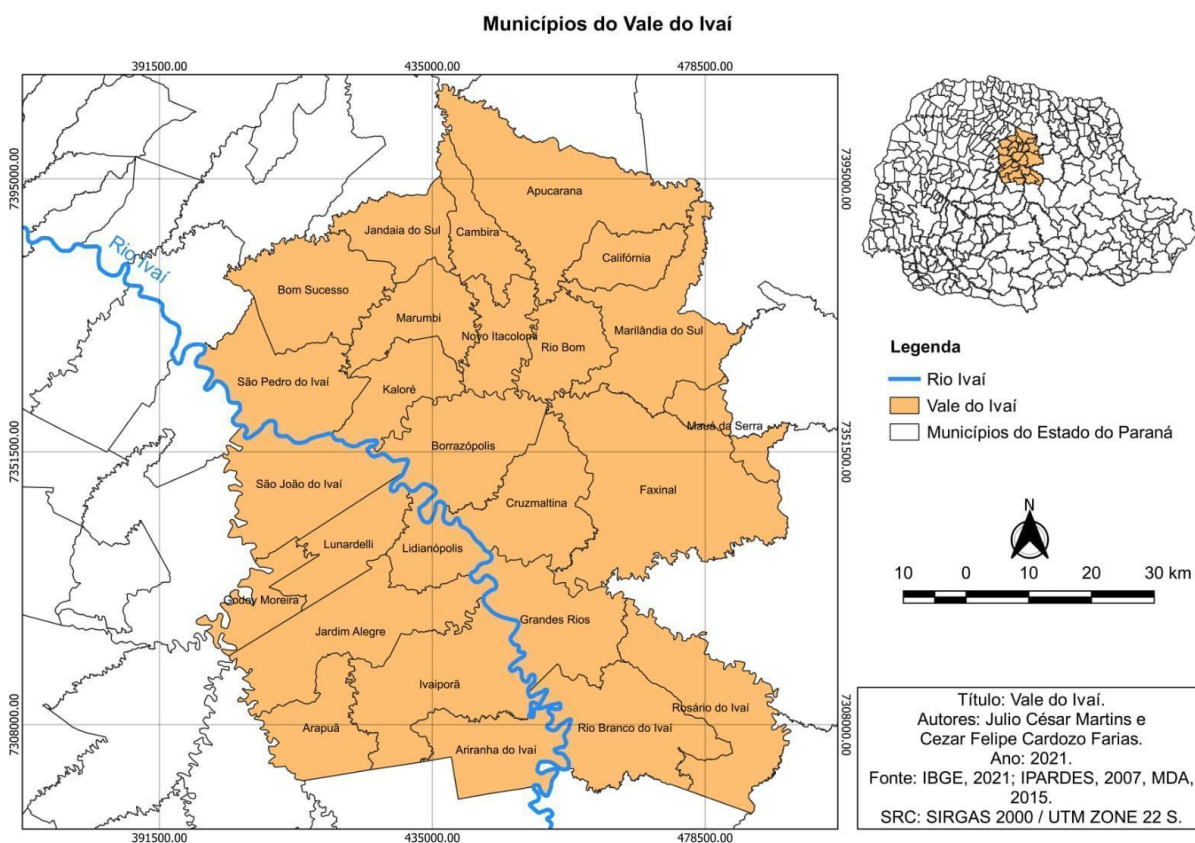
Nos levantamentos bibliográficos realizadas, não foi possível determinar quando essa região passou a ser denominada como “Vale do Ivaí”, no entanto, tudo leva a crer que essa nomenclatura se deu em razão da Bacia Hidrográfica do Ivaí⁶ e seus afluentes

⁶ “A Bacia Hidrográfica do Ivaí é a segunda maior do Estado do Paraná com área total de 36.899 Km². O Rio Ivaí (do Tupi = Rio das Flechas) é o segundo maior rio em extensão do Paraná, percorrendo 680 km. Ele nasce no município de Prudentópolis, através da confluência das águas do Rio dos Patos com o Rio São João no segundo planalto, e desemboca no Rio Paraná na altura no município de Doutor Camargo” (Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos - SEMA, 2021).

que banham os municípios que compõem esse território, o qual também é um importante destino de turismo religioso, rural e de aventura, com santuários, monumentos e templos.

Segundo o IPARDES (2021) e a Associação dos Municípios do Vale do Ivaí (AMUVI) (PARANÁ, 2021), essa região é composta por 26 municípios: Apucarana, Arapuã, Ariranha do Ivaí, Bom Sucesso, Borrazópolis, Califórnia, Cambira, Cruzmaltina, Faxinal, Godoy Moreira, Grandes Rios, Ivaiporã, Jandaia do Sul, Jardim Alegre, Kaloré, Lidianópolis, Lunardelli, Marilândia do Sul, Marumbi, Mauá da Serra, Novo Itacolomi, Rio Bom, Rio Branco do Ivaí, Rosário do Ivaí, São João do Ivaí e São Pedro do Ivaí.

Figura 3 – Municípios da Região do Vale do Ivaí



Fonte: o próprio autor

Os dois maiores municípios em população da região são: Apucarana, com 136.234 habitantes (40,48% da população do Vale do Ivaí), que é quatro vezes maior do que o segundo município em população; e Ivaiporã (9,49% da população do Vale do Ivaí), com 31.935 habitantes. A Região do Vale do Ivaí possui um grau de urbanização⁷ de

⁷ Taxa de urbanização é a porcentagem da população residente constituída pelos moradores em domicílios em situação urbana em relação à população total (IBGE, 2021).

65,13% e uma densidade populacional de 39,92 hab/km² (IPARDES, 2021). Apesar da representatividade urbana ser superior à rural, o território possui predominância de atividades agrícolas, as quais são fundamentais para a produção econômica regional. Cabe destacar que todos os municípios do Vale do Ivaí apresentam IDH Municipal inferior à média estadual (0,749), estando os índices entre baixo e médio na tabela de classificação, o que demonstra uma fragilidade socioeconômica e vulnerabilidade social do território.

Quadro 1 – População total dos municípios do Vale do Ivaí e Índice de Desenvolvimento Humano - IDH

Município	População Total⁸	IDH⁹
Apucarana	136.234	0,748
Ivaiporã	31.935	0,73
Jandaia do Sul	21.230	0,747
Faxinal	17.316	0,687
Jardim Alegre	11.196	0,689
São Pedro do Ivaí	11.046	0,717
Mauá da Serra	10.800	0,652
São João do Ivaí	10.056	0,693
Marilândia do Sul	8.814	0,691
Califórnia	8.606	0,722
Cambira	7.917	0,725
Bom Sucesso	7.068	0,686
Borrazópolis	6.439	0,717
Grandes Rios	5.497	0,658
Lunardelli	4.744	0,69
Rosário do Ivaí	4.689	0,662
Marumbi	4.677	0,721
Rio Branco do Ivaí	4.109	0,64
Kaloré	4.047	0,721
Lidianópolis	3.231	0,68
Rio Bom	3.182	0,729
Arapuã	3009	0,676
Cruzmaltina	2.921	0,666
Godoy Moreira	2.898	0,675

⁸ Dados obtidos através dos Cadernos Estatísticos Municipais (IPARDES, 2021).

⁹ Dados obtidos através dos Cadernos Estatísticos Municipais. O índice varia de 0 (zero) a 1 (um) e apresenta as seguintes faixas de desenvolvimento humano municipal: 0,000 a 0,499 - muito baixo; 0,500 a 0,599 - baixo; 0,600 a 0,699 - médio; 0,700 a 0,799 - alto e 0,800 e mais - muito alto (IPARDES, 2021).

Novo Itacolomi	2.840	0,71
Ariranha do Ivaí	2.066	0,67
TOTAL	336.567	0,696

Fonte: o próprio autor

Ao analisar os dados populacionais dos municípios que compõem a Região do Vale do Ivaí, constata-se que 23 municípios (88,46%) caracterizam-se por ser de Pequeno Porte I, que segundo a classificação dos municípios por total de habitantes da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) (2005) são aqueles com até 20 mil habitantes. Dois municípios (7,69%) são classificados como Pequeno Porte II, que conforme essa política, são municípios com população entre 20.001 a 50 mil habitantes. Apenas um município (3,84%) é classificado como Grande Porte, com população entre 100.001 a 900 mil habitantes. Essa classificação da dimensão populacional é um importante indicador para a política de assistência social, pois “[...] está intimamente relacionada com o processo econômico estrutural de valorização do solo em todo território nacional, destacando-se a alta taxa de urbanização, especialmente nos municípios de médio e grande porte e as metrópoles” (BRASIL, 2005, p. 16).

Cabe destacar que, consoante com o IBGE (2021), dos 5.565 municípios brasileiros, 3.912 (70,30%) possuem população com até 20 mil habitantes, ou seja, caracterizam-se como Pequeno Porte I, o que também fica evidenciado na Região do Vale do Ivaí. Segundo a PNAS (2005), um dos principais problemas encontrados nesses municípios é a ocorrência de altos índices de pobreza (renda per capita de $\frac{1}{2}$ salário mínimo) e indigência (renda per capita de $\frac{1}{4}$ do salário mínimo). Em um estudo realizado em 2007 pelo IPARDES, denominado “Diagnóstico Socioeconômico do Território do Vale do Ivaí”, 27% das famílias que habitavam essa região apresentavam taxas elevadas de pobreza, como: Arapuã (44,7%); Ariranha do Ivaí (48,2); Cruzmaltina (46,3%); Godoy Moreira (49,7%); Rosário do Ivaí (47,2%) e Rio Branco do Ivaí (51,5%).

Em suma, de acordo com o PNAS (2005), os municípios caracterizados como Pequeno Porte I

Possuem forte presença de população em zona rural, correspondendo a 45% da população total. Na maioria das vezes, possuem como referência municípios de maior porte, pertencentes à mesma região em que estão localizados. Necessitam de uma rede simplificada e reduzida de serviços de proteção social básica, pois os níveis de coesão social, as demandas potenciais e redes socioassistenciais não justificam serviços de natureza complexa. Em geral, esses municípios não apresentam demanda

significativa de proteção social especial, o que aponta para a necessidade de contarem com a referência de serviços dessa natureza na região, mediante prestação direta pela esfera estadual, organização de consórcios intermunicipais, ou prestação por municípios de maior porte, com cofinanciamento das esferas estaduais e federal (BRASIL, 2005, p. 45).

Importante ressaltar que, além dessa caracterização da política de assistência social em relação ao que é estabelecido como município de Pequeno Porte I, ela se gesta e se consolida no âmbito das novas relações federativas estabelecidas no que tange à gestão das políticas sociais que delinea a partir da Constituição Federal de 1988 (CF/88), contrastando com a excessiva centralização que fez parte da história do país.

A reorganização político-administrativa proposta pela CF/88 alterou de forma significativa o modelo de gestão, o qual prevaleceu até a década de 1980 em nosso país, marcado pela centralização, pelos déficits em termos de gestão pública, pela precariedade da administração pública, pelo caráter autoritário, patrimonialista e clientelista da coisa pública. Essa reorganização político-administrativa não implica somente na mudança de gestão, mas, sobretudo, requereu e incidiu uma nova relação entre Estado e sociedade civil (ARRETCHE, 2002).

É com a CF/88, resultante de lutas de atores sociais que, de maneira organizada, consegue-se colocar na agenda pública diversos direitos e garantias sociais à população brasileira. No entanto, sabe-se que essa conquista é resultante de um processo de lutas com interesses antagônicos, que resultaram em um novo padrão de proteção social no Brasil. Nesse sentido, Behring e Boschetti (2009) afirmam que

(...) a Constituinte foi um processo duro de mobilizações e contramobilizações de projetos e interesses específicos, configurando campos definidos de forças. O texto constitucional refletiu a disputa de hegemonia, contemplando avanços em alguns aspectos, a exemplo dos direitos sociais, com destaque para a seguridade social, os direitos humanos e políticos, pelo que mereceu a caracterização de “Constituição Cidadã” (BEHRING; BOSCHETTI, 2009, p. 141)

A CF/88 é, de fato, uma novidade, trazendo grandes mudanças para as políticas públicas e, conseqüentemente, para a sociedade brasileira, visto que

(...) ao afiançar os direitos humanos e sociais como responsabilidade pública e estatal, operou, ainda que conceitualmente, fundamentais mudanças, pois acrescentou na agenda dos entes públicos um conjunto de necessidades até então consideradas de âmbito pessoal ou individual (SPOSATI, 2009, p. 13)

Com relação à política de assistência social, dada a sua história vinculada à filantropia e caridade, a CF/88 traz uma perspectiva totalmente inusitada já que, historicamente, essa política foi executada em caráter de benemerência, caridade e filantropia, não possuindo a perspectiva de direito em suas ações, atuando de forma fragmentada, focalizada e vinculada a instituições religiosas, apresentando, assim, um forte viés moralizador, culpabilizando os sujeitos que vivenciam situações de vulnerabilidade. Sposati (2009) destaca que a inclusão da assistência social na seguridade social foi uma decisão plenamente inovadora, por três principais motivos:

Primeiro, por tratar esse campo como de conteúdo da política pública, de responsabilidade estatal, e não como uma nova ação, com atividades e atendimentos eventuais. Segundo, por desnaturalizar o princípio da subsidiariedade, pelo qual a ação da família e da sociedade antecedia a do Estado. O apoio a entidades sociais foi sempre o biombo relacional adotado pelo Estado para não quebrar a mediação da religiosidade posta pelo pacto Igreja-Estado. Terceiro, por introduzir um novo campo em que se efetivam os direitos sociais (SPOSATI, 2009, p. 14).

É possível afirmar, ainda segundo Sposati (2009), que com a CF/88, além da inclusão da assistência social enquanto política pública, inaugurou-se a “(...) exigência de a assistência social, como política, ser capaz de formular com objetividade o conteúdo dos direitos do cidadão em seu raio de ação, tarefa, aliás, que ainda permanece em construção” (SPOSATI, 2009, p. 14). Desse modo, situar a assistência social enquanto política pública significou a ampliação no campo dos direitos humanos e sociais. Nesse mesmo sentido, Behring e Boschetti (2009, p. 156) afirmam que “(...) a introdução da seguridade social na Carta Magna de 1988 significou um dos mais importantes avanços na política social brasileira, com possibilidade de estruturação tardia de um sistema amplo de proteção social”.

No campo da proteção social para conferir materialidade ao disposto no texto constitucional de 1988, foram criadas leis orgânicas com vistas a concretizar cada uma das políticas públicas componentes do sistema de seguridade social: em 1990, criou-se a Lei Orgânica da Saúde nº 8.080/1990, instituindo o Sistema Único de Saúde (SUS) em 1991, a Lei Orgânica da Previdência Social, Lei nº 8.213/1991 e, em 1993, a Política de Assistência Social pela Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), Lei nº 8.742/1993.

Após pouco mais de uma década, essa última política adquiriu a configuração de um sistema: o Sistema Único de Assistência Social (SUAS)¹⁰.

Com relação à assistência social, a LOAS se configura enquanto a primeira grande conquista relacionada à assistência social, validando o formato democrático de gestão disposto no artigo nº 204 da CF/88. Cabe destacar que a aprovação da referida lei também foi resultante de intensa pressão das categorias profissionais da área da assistência social, conforme recorda Sposati (2011) em seu livro de comemoração dos dez anos da “menina” LOAS:

O CFESS, a ABEPSS, com a presença dos CRESS - à época CEFAS e CRAS - organizaram forças e constituíram uma comissão interlocutora composta por Laura Lemos Duarte, Carmelita Yazbek, Potyara Pereira, Aldaíza Sposati, Rosângela Batistoni, Ana Lígia Gomes. [...] As negociações, os debates sobre emendas ao texto constitucional geram um momento ímpar, que se torna conhecido como a Conferência Zero da Assistência Social. No auditório da Câmara Federal é debatido artigo por artigo do projeto de lei entre representantes dos vários estados e dos movimentos pró-LOAS, com a presença de parlamentares, líderes do governo, emissários do ministro, e a deputada Fátima Pellaes, relatora do projeto de lei. Ali é fechado o texto básico (SPOSATI, 2011, p. 69).

Foi assim que, em 7 de dezembro de 1993, foi sancionada pelo presidente Itamar Franco a lei que regulamentaria a política de assistência social, tornando um marco histórico para a referida política, instituindo “(...) como eixos de ação uma política de mínimos sociais e uma política de atendimento de necessidades básicas, universalizada para grupos particularmente vulneráveis da sociedade: crianças, jovens, idosos e deficientes, além de famílias pobres” (CARDOSO JR; JACCOUD, 2009, p. 220). Nesse sentido, a LOAS define, em seu artigo 1º, a política de assistência social como “direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas” (BRASIL, 1993). A referida lei estabelece os objetivos desta política, os quais são:

a proteção social, que visa à garantia da vida, à redução de danos e à prevenção da incidência de riscos; a vigilância socioassistencial, que visa

¹⁰ O Sistema Único de Assistência Social (SUAS) é um sistema público que organiza os serviços de assistência social no Brasil. Com um modelo de gestão participativa, ele articula os esforços e os recursos dos três níveis de governo, isto é, municípios, estados e a União, para a execução e o financiamento da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), envolvendo diretamente estruturas e marcos regulatórios nacionais, estaduais, municipais e do Distrito Federal (Secretaria Especial do Desenvolvimento Social, 2021).

a analisar territorialmente a capacidade protetiva das famílias e nela a ocorrência de vulnerabilidades, de ameaças, de vitimizações e danos; e a defesa de direitos, que visa a garantir o pleno acesso aos direitos no conjunto das provisões socioassistenciais (BRASIL, 1993).

Todavia, cabe destacar que, segundo Abramides (2019, p. 232), “(...) pouco se avançou no âmbito da implementação dessa política pública de direitos na esfera estatal”. Segundo a autora, as políticas públicas de assistência social se configuram significativamente enquanto “programas compensadores implementados pela programática neoliberal”, ou seja, o ideário neoliberal enraíza-se também no campo das políticas públicas promovendo uma desarticulação entre elas, sobretudo, das políticas que compõem o tripé da seguridade social, conduzindo-as dentro da lógica neoliberal.

Aqui cabe uma reflexão acerca dessa problemática pontuada por Abramides (2019), pois, paralelamente às conquistas trazidas pela CF/88, tem-se o alargamento das diretrizes neoliberais no cenário brasileiro, tendo como uma das inúmeras características a flexibilização dos direitos sociais. Diante disso, é possível afirmar que a população brasileira não experimentou totalmente as conquistas trazidas pela CF/88, já que as diretrizes neoliberais desmerecem o Estado, destruindo os direitos sociais, exaltando a esfera privada.

A reforma neoliberal, no Brasil, possui particularidades, visto que esse processo não ocorre de maneira desconexa das características pertencentes a cada contexto. No caso brasileiro, por exemplo, a introdução das ideias neoliberais ocorre de maneira tardia. Isso se dá pelo fato de existir uma forte frente política de oposição a tais ideais, a qual defendia ferrenhamente os interesses das camadas populares.

A partir disso, identifica-se outro aspecto importante a ser mencionado sobre o neoliberalismo no Brasil, o qual refere-se ao fato de que o processo de adoção de medidas neoliberais, neste país, dá-se logo após a conquista de um aparato constitucional de direitos sociais, civis e políticos, atribuindo ao Estado o papel de garantidor desses direitos. Desse modo, como as diretrizes neoliberais pregam, sobretudo, o afastamento do Estado do campo social, denota-se uma ameaça a um padrão recém conquistado, o qual, por sinal, não se pode dizer que tenha sido colocado em prática efetivamente.

Para Behring e Boschetti (2009), o contexto brasileiro que marcou a adesão do Brasil ao ideário neoliberal é delineado pelo esgotamento do regime ditatorial, a transição democrática conservadora e o desgaste do Milagre Brasileiro. Porém, foi durante o governo de Fernando Collor de Mello que o Brasil foi apresentado às políticas neoliberais,

influenciado pelo Consenso de Washington, o qual tinha como objetivo discutir as reformas consideradas necessárias para a América Latina. Para Silva (2003), o Consenso de Washington foi realizado no contexto de uma crise da dívida externa na América Latina, em que países periféricos foram intensamente influenciados pelos organismos internacionais, como o Fundo Monetário Internacional (FMI), entre outros.

A autora aponta, ainda, que o Consenso de Washington “aconselhou os países a realizar uma rigorosa disciplina fiscal, privatização, redução dos gastos públicos, reformas (tributárias, previdência etc.), liberalização comercial, desregulação da economia e flexibilização das relações trabalhistas, dentre outras” (SILVA, 2003, p. 68). A autora salienta como se iniciou esse processo no cenário brasileiro:

(...) o primeiro passo para a “reforma” do Estado brasileiro foi dado com o Plano Real, ainda, no governo do presidente Itamar Franco, por meio do qual se reorientou a economia e os gastos públicos; logo depois, foi criado o Fundo Social de Emergência, que estabeleceu o controle dos gastos públicos e, em seguida, adotou-se a racionalização da gestão incluindo (a flexibilização dos monopólios, a concessão de serviços à iniciativa privada e as privatizações) (SILVA, 2003, p. 79).

Os discursos de Collor, afirmando que o Estado era desperdiçador, iam em direção ao ideário neoliberal. Desse modo, as observações de Oliveira (1995) demonstram que Collor foi o precursor da reforma neoliberal no Brasil, que posteriormente teve o seu nome envolvido em escândalos políticos, sendo acusado de corrupção, o que retirou a sua popularidade, levando ao seu impeachment.

Entretanto, é, concretamente, no governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC) que a reforma neoliberal é intensificada. Silva (2003, p. 71) aponta que “em agosto de 1995, Fernando Henrique Cardoso inaugurou uma nova ofensiva neoliberal ao encaminhar ao Congresso Nacional o Projeto de Emenda Constitucional nº 173 sobre a reforma do aparelho do Estado brasileiro”. Durante o governo FHC é criado um Ministério específico para a reforma do Estado, denominado de Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado (MARE), tendo como ministro Luiz Carlos Bresser Pereira.

De acordo com Silva (2003), a proposta de reformar o Estado era dada como a única solução para superar as crises econômicas mundiais sem que as verdadeiras raízes da crise, no Brasil, fossem esclarecidas, as quais, na realidade, vinham da utilização do orçamento do Estado para atender o interesse do setor privado. Nesta lógica, o Estado mínimo deve dar conta de atender somente os que não possuem condições para buscar

no mercado a satisfação das suas necessidades, as quais, na realidade, constituem direitos sociais a serem garantidos pelo Estado.

Assim, o discurso de desmerecimento do Estado não se dá por acaso, mas justamente para o privilegiamento do mercado, garantindo ainda mais ganhos e lucros para a classe dominante em detrimento da classe pobre. Behring e Boschetti (2009), ao falarem sobre a contra-reforma neoliberal e a política social, destacam que, nesse período, não houve uma ausência de política social, porém, elas foram adaptadas para esse novo contexto político, econômico e social, favorecendo o fortalecimento do que elas denominam de “trinômio do neoliberalismo”: privatização, focalização/seletividade e descentralização.

Em que pese o contexto neoliberal, ainda no bojo de conquistas, ocorreu em 15 de outubro de 2004, através da Resolução nº. 145 do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), a aprovação da PNAS, na perspectiva de implementação do SUAS. Tal conquista buscou incorporar as demandas presentes na sociedade brasileira no que tange à responsabilidade política, objetivando tornar nítidas suas diretrizes na efetivação da assistência social como direito de cidadania e responsabilidade do Estado (BRASIL, 2013).

Com a aprovação da PNAS, denota-se um redesenho para a política de assistência social na perspectiva de implementação do SUAS, devendo a proteção social garantir a segurança de sobrevivência (de rendimento e de autonomia); de acolhida; de convívio ou vivência familiar (BRASIL, 2013). Além disso, a PNAS traz, assim como a LOAS, objetivos, princípios e diretrizes que, segundo Couto (2004, p. 174), “[...] partem do empenho de construir um sistema onde exista de fato a reversão do quadro até então desenvolvido pela Política de Assistência Social”. A PNAS especifica também o público usuário da política de assistência social, constituindo-se de:

[...] cidadãos e grupos que se encontram em situações de vulnerabilidade e riscos, tais como: famílias e indivíduos com perda ou fragilidade de vínculos de afetividade, pertencimento e sociabilidade; ciclos de vida; identidades estigmatizadas em termos étnico, cultural e sexual; desvantagem pessoal resultante de deficiências; exclusão pela pobreza e, ou, no acesso às demais políticas públicas; uso de substâncias psicoativas; diferentes formas de violência advinda do núcleo familiar, grupos e indivíduos; inserção precária ou não inserção no mercado de trabalho formal e informal; estratégias e alternativas diferenciadas de sobrevivência que podem representar risco pessoal e social (BRASIL, 2005, p. 31).

Além do mais, no texto da PNAS definiu-se as proteções sociais alicerçadas pela assistência social, no sentido de estabelecer níveis institucionais hierarquizados no funcionamento do SUAS. São dois os níveis: Proteção Social Básica e a Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade.

Criado a partir das deliberações da IV Conferência Nacional de Assistência Social e previsto na LOAS, o SUAS teve suas bases de implantação aprovadas através da Norma Operacional Básica do SUAS (NOB/SUAS), por meio da Resolução do CNAS nº 130 de 15 de julho de 2005, que incorporou e aprimorou as conquistas que foram gradativamente alcançadas, dispondo sobre os níveis de gestão, as competências das instâncias de pactuação e deliberação, atualização e aprimoramento sobre o cofinanciamento e critérios de partilha.

É importante salientar que a aprovação da NOB/SUAS representou um grande avanço no que se refere a reafirmar a assistência social como direito e a estruturar, de fato, um sistema na perspectiva da proteção social, com ações continuadas, na perspectiva de estruturar serviços padronizados, respeitando as diversidades regionais, contrapondo o histórico de ações descontinuadas, programas e projetos fragmentados.

Em 13 de dezembro de 2006, houve a publicação, pelo CNAS, da Resolução nº 269, que aprova a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social (NOB-RH/SUAS), visando dar materialidade à gestão do trabalho e qualidade dos serviços oferecidos. Sobretudo as diretrizes dessa resolução orientam sobre a profissionalização dos trabalhadores da política de assistência social que, cotidianamente, lidam com os desafios para a implantação do SUAS. Ainda, trata sobre equipes de referência, capacitação, planos de carreira, cargos e salário, cofinanciamento da gestão do trabalho e o cadastro nacional de trabalhadores do SUAS.

Outro importante avanço foi a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, através da Resolução nº 109 de 11 de novembro de 2009, aprovada pelo CNAS. Através dessa normativa, padroniza-se os serviços da política de assistência social em todo o território nacional, por níveis de complexidade das proteções sociais já mencionadas acima (Proteção Social Básica, Proteção Social Especial de Média Complexidade e Proteção Social Especial de Alta Complexidade).

Trazendo as compreensões e avanços obtidos com a PNAS e a NOB-SUAS, a Lei nº 12.435 de 06 de julho de 2011, sancionada pela então presidenta Dilma Rousseff, instituiu o SUAS. Esse importante marco legal acontece após quase 20 anos da aprovação da LOAS, organizando a assistência social em um sistema descentralizado e participativo,

resultado de uma ampla e vantajosa discussão entre gestores, trabalhadores e conselheiros dessa política pública.

Em 2012, houve o reconhecimento de que a NOB-SUAS já não expressava os avanços normativos desses últimos anos, sendo necessário o aperfeiçoamento da referida norma. Assim, em 03 de janeiro de 2013, foi aprovada pelo CNAS a Resolução nº 33, denominada de NOB-SUAS/2012. A aprovação dessa norma constitui-se enquanto um valioso instrumento de estudo e permanente consulta para os trabalhadores do SUAS, consolidando os principais marcos normativos em seu texto, criando mecanismos para o aprimoramento da gestão, serviços, benefícios, programas e projetos.

Não há como desconsiderar os marcos legais aludidos, visto que instituíram, afirmaram e aprimoraram a política de assistência social como direito no Brasil. Compreender a trajetória histórica dessa política pública é reconhecer as lutas para a garantia da proteção social no país. No entanto, para o aprimoramento de tais legislações e normativas foi necessário refletir conceitos, adensar debates, redefinir objetos de atuação, repensar serviços e programas, discutir o processo de participação e controle social, sobretudo dos usuários, dentre outros desafios. E, ainda, foi necessário pensar em estratégias para fortalecimento do SUAS diante do acirramento de um projeto neoliberal que visa desconstruir tudo o que foi arduamente conquistado para o avanço da assistência social.

Após realizar um breve histórico sobre a política de assistência social, faz-se necessário retomar a PNAS para apresentar a rede de serviços que cabe a essa política organizar e garantir nas perspectivas de acesso e qualidade de atendimento, visto que o campo de atuação profissional a qual essa dissertação se propõe a analisar, o CRAS, está nela inserida como unidade básica e pública de atendimento da assistência social.

Como já mencionado anteriormente, a PNAS organiza a política de assistência social em dois níveis: proteção social básica e especial. A Proteção Social Básica possui como objetivo contribuir para a prevenção de situações de risco social, desenvolvendo potencialidades e aquisições para o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários (PNAS, 2005). Já a Proteção Social Especial é a modalidade de proteção destinada a famílias e indivíduos que se encontram em situação de risco pessoal e social por ocorrência de abandono, maus tratos físicos e/ou psíquicos, abuso sexual, uso de substâncias psicoativas, cumprimento de medidas sócio-educativas, situação de rua, situação de trabalho infantil, entre outras (PNAS, 2005).

A proteção social básica, na qual atuam as profissionais entrevistadas por esta pesquisa, é destinada à população que vive em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, dentre outros) e/ou fragilização de vínculos afetivos relacionais e de pertencimento social (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiências, dentre outras) (PNAS, 2005).

Conforme a PNAS, no CRAS são executados os serviços da proteção social básica de forma direta, bem como de forma indireta nas entidades e organizações de assistência social da área de abrangência dos CRAS. No âmbito da proteção social básica, o CRAS é a unidade privilegiada para prestar os serviços nesse nível de atenção da política de assistência social. Conforme as Orientações Técnicas (2009) do CRAS,

O Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) é uma unidade pública estatal descentralizada da política de assistência social, responsável pela organização e oferta de serviços da proteção social básica do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) nas áreas de vulnerabilidade e risco social dos municípios e DF. Dada sua capilaridade nos territórios, se caracteriza como a principal porta de entrada do SUAS, ou seja, é uma unidade que possibilita o acesso de um grande número de famílias à rede de proteção social de assistência social (BRASIL, 2009, p. 09).

Essa unidade pública possui base territorial e deve estar localizada em áreas de vulnerabilidade social. Esse equipamento é referência para o desenvolvimento de todos os serviços da proteção social básica do SUAS em seu território de abrangência (BRASIL, 2009). De acordo com as orientações técnicas do CRAS, a oferta dos serviços de caráter preventivo, protetivo e proativo acontece com famílias e indivíduos que possuem vínculos familiares e comunitários preservados, visando à orientação e ao convívio sociofamiliar e comunitário. A inserção em serviços de assistência social, encaminhamentos para as demais políticas públicas e sociais e o desenvolvimento de ações intersetoriais a fim de prevenir a violação de direitos efetiva-se através de referência e contrarreferência (BRASIL, 2009).

O CRAS possui como funções "(...) a gestão da proteção básica no seu território e de oferta do Programa de Atenção Integral à Família - PAIF" (BRASIL, 2009, p. 19). Essas atribuições devem ser desenvolvidas exclusivamente por esse equipamento, tornando-o uma unidade singular da proteção básica, diferenciando-o dos demais

Estas funções viabilizam o CRAS como unidade efetivadora da referência e contrarreferência do usuário na rede socioassistencial do SUAS. Viabilizam-no também como porta de entrada para os usuários e como unidade de referência para os serviços das demais políticas públicas no seu território de abrangência. (...) as duas funções do CRAS são complementares e interdependentes. (...) a oferta do PAIF viabiliza o encaminhamento dos usuários para os serviços (no CRAS ou no território) e disponibiliza informações – sobre demandas a serem respondidas, potencialidades a serem fortalecidas - que contribuem para a definição de serviços socioassistenciais necessários. Por outro lado, a gestão da proteção básica no território assegura que a ação com a família, exercida por meio do PAIF, seja o eixo em torno do qual os serviços locais se organizam e que os encaminhamentos feitos pelo CRAS tenham efetividade e resolutividade (BRASIL, 2009, p. 20).

Cabe destacar que as funções desenvolvidas pelo CRAS não devem ser confundidas com as realizadas pelo órgão gestor da política de assistência social, já que a primeira “(...) e têm por atribuições a organização da rede socioassistencial e oferta de serviços da proteção social básica em determinado território enquanto o órgão gestor municipal ou do DF tem por funções a organização e gestão do SUAS em todo o município” (BRASIL, 2009, p. 11).

É preciso, ainda, salientar que a matricialidade sociofamiliar e a territorialização constituem dois grandes eixos do SUAS, sendo o CRAS responsável por ações capazes de efetivar essa centralidade. Em suma, o CRAS é uma unidade pública que possibilita o acesso da população à proteção social básica, ou seja, constitui-se como porta de entrada dessa política devido à sua capilaridade nos territórios.

É importante saber que, no âmbito de toda essa configuração, a PNAS prevê a articulação entre os níveis de proteção, ocorrendo por meio da rede socioassistencial, definida com um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, que ofertam e operam benefícios, serviços, programas e projetos (BRASIL, 2005).

Assim, esse novo arranjo institucional da política, que reconhece, inclusive, as organizações da sociedade civil como parte da rede, obedece a uma lógica de unificação e padronização dos equipamentos públicos, os quais devem prestar serviços que são considerados mínimos necessários para o funcionamento de um sistema único, o SUAS. A NOB-SUAS aponta que

[...] diagnosticar a incidência de situações de vulnerabilidade e risco social é uma tarefa complexa, em especial no que diz respeito à obtenção de informações sociais intraurbanas municipais, bem como informações de difícil mensuração ou sobre as quais não se dispõe de estatísticas nacionais, tais como situações de violência, negligência e abandono (BRASIL, 2009, p. 07)

Considerando essa dificuldade, a referida norma estabelece que o CRAS seja instalado majoritariamente em territórios com famílias com renda de até ½ salário mínimo, considerando que, nesses casos, as vulnerabilidades sociais podem estar mais latentes, favorecendo, assim, o empobrecimento das famílias atendidas.

De acordo com a PNAS, os municípios são classificados conforme o total de habitantes em: Pequeno Porte I (até 20.000 habitantes) e II (de 20.001 a 50.000 habitantes); Médio Porte (de 50.001 a 100.000 habitantes); Grande Porte (100.001 a 900.000 habitantes) e Metrôpoles (acima de 900.000 habitantes). Ademais, existem quatro tipos de gestão: dos Municípios, do Distrito Federal, dos Estados e da União, sendo que, na gestão municipal, existem três níveis: inicial, básica e plena. Todos os níveis possuem requisitos, responsabilidades e incentivos. Na gestão básica, o município assume a gestão da proteção social básica na assistência social, devendo o seu gestor assumir a responsabilidade de organizar a proteção básica em seu município, prevenindo situação de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições.

Dentre os requisitos da gestão básica estabelecida na NOB-SUAS está a de estruturar o CRAS de acordo com o porte do município, sendo: Pequeno Porte I – mínimo de 1 CRAS para até 2.500 famílias referenciadas; Pequeno Porte II – mínimo de 1 CRAS para até 3.500 famílias referenciadas; Médio Porte – mínimo de 2 CRAS, cada um para até 5.000 famílias referenciadas; Grande Porte – mínimo de 4 CRAS, cada um para até 5.000 famílias referenciadas e Metrôpoles – mínimo de 8 CRAS, cada um para até 5.000 famílias referenciadas (BRASIL, 2005).

Conforme já mencionado, na Região do Vale do Ivaí há predominância de municípios de Pequeno Porte I, ou seja, com população de até 20.000 habitantes. Dessa forma, a quantidade de CRAS por município na referida região limita-se a uma unidade em cada município, exceto Apucarana, que possui quatro unidades.

De acordo com o Censo SUAS 2021, atualmente, no Brasil, existem 8536 CRAS cadastrados; no Paraná, esse número é de 570 unidades. Para a realização dessa pesquisa, foi realizado um levantamento da quantidade de CRAS na Região do Vale do Ivaí, bem como do número de assistentes sociais que atuam nesse equipamento. Todos os municípios possuem uma unidade do CRAS, possibilitando que toda a população, se necessário, possa acessar benefícios, serviços, programas e projetos da política de assistência social.

Para obtenção de tais informações, efetivou-se uma consulta no sistema CadSuas do Ministério da Cidadania, conforme o quadro abaixo:

Quadro 2 – Quantidade de CRAS e Assistentes Sociais nos Municípios da Região do Vale do Ivaí

Município	Quantidade de CRAS	Quantidade de Assistentes Sociais
Apucarana	4	11
Arapuã	1	1
Ariranha do Ivaí	1	1
Bom Sucesso	1	1
Borrazópolis	1	1
Califórnia	1	1
Cambira	1	1
Cruzmaltina	1	1
Faxinal	1	1
Godoy Moreira	1	1
Grandes Rios	1	1
Ivaiporã	1	1
Jandaia do Sul	1	2
Jardim Alegre	1	1
Kaloré	1	1
Lidianópolis	1	1
Lunardelli	1	1
Marilândia do Sul	1	1
Marumbi	1	1
Mauá da Serra	1	1
Novo Itacolomi	1	1
Rio Bom	1	1
Rio Branco do Ivaí	1	1
Rosário do Ivaí	1	2
São João do Ivaí	1	2
São Pedro do Ivaí	1	1
TOTAL	29	39

Fonte: CadSuas do Ministério da Cidadania

Conforme preconizado pela NOB-RH/SUAS, todo CRAS deve ser composto por uma equipe mínima de referência¹¹ para prestação de serviços no âmbito da proteção

¹¹ Equipes de referência são aquelas constituídas por servidores efetivos responsáveis pela organização e oferta de serviços, programas, projetos e benefícios de proteção social básica e especial, levando-se em

social básica. A composição dessa equipe varia de acordo com o porte do município. Nos municípios de Pequeno Porte I com até 2.500 famílias referenciadas, a equipe deve ser composta por 2 técnicos de nível superior, sendo um profissional assistente social e outro, preferencialmente, psicólogo. Em municípios de Pequeno Porte II, as equipes devem ser constituídas de 3 técnicos de nível superior, sendo dois profissionais assistentes sociais e, preferencialmente, um psicólogo. Já os de Médio, Grande Porte e Metrópole devem contar com 4 técnicos de nível superior, sendo dois profissionais assistentes sociais, um psicólogo e um profissional daqueles que compõem o SUAS¹² (BRASIL, 2006).

É de suma importância que seja respeitada a composição das equipes de referência, uma vez que somente profissionais qualificados e comprometidos serão capazes de identificar as vulnerabilidades presentes em determinado território e realizar os devidos atendimentos e encaminhamentos, garantindo, assim, os direitos socioassistenciais dos usuários do CRAS. Conforme dispõe a PNAS, a equipe que compõe o CRAS deve

[...] prestar informação e orientação para a população de sua área de abrangência, bem como se articular com a rede de proteção social local no que se refere aos direitos de cidadania, mantendo ativo um serviço de vigilância da exclusão social na produção, sistematização e divulgação de indicadores da área de abrangência do CRAS, em conexão com outros territórios (PNAS, 2005. p. 33).

Conforme mencionado, todos os municípios abrangidos por esta pesquisa possuem CRAS instalados e, dessa forma, devem ter em suas equipes a presença do/a assistente social atuando, conforme disposto na NOB-RH/SUAS. Isso posto, refletir sobre a atuação desses profissionais nesse campo sócio-ocupacional possui total relevância, inclusive no sentido de fortalecer o exercício profissional nesse espaço de trabalho da política da assistência social.

Para demonstrar a importância da reflexão proposta, em 2007, o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), juntamente com o Conselho Federal de Psicologia

consideração o número de famílias e indivíduos referenciados, o tipo de atendimento e as aquisições que devem ser garantidas aos usuários. (NOB-RH/SUAS, 2006, p. 19).

¹² Conforme a Resolução 17/2011 do CNAS, além das categorias profissionais que deverão compor obrigatoriamente as equipes de referência, como: advogado, assistente social e psicólogo, dispõe também outras categorias profissionais de nível superior que preferencialmente poderão atender as especificidades dos serviços socioassistenciais como: antropólogo, economista doméstico, pedagogo, sociólogo, terapeuta ocupacional e musicoterapeuta (BRASIL, 2011).

(CFP), lançou um documento que traz parâmetros para a atuação de assistentes sociais e psicólogos na política de assistência social. Em 2011, o CFESS/CRESS publicou, ainda, um novo documento, direcionado apenas para a atuação do profissional de Serviço Social nessa política pública.

Cabe considerar que a atuação profissional de assistentes sociais, seja no campo da política de assistência social ou em qualquer outro, deve ser pautada observando os princípios que devem norteá-la, quais sejam: a Lei de Regulamentação da Profissão nº 8.662/1993 e o Código de Ética da Profissão. A lei que regulamenta a profissão, além de outros dispositivos legais, elenca competências e atribuições privativas do assistente social. Já o Código de Ética procura orientar a atuação profissional, balizando acerca de uma postura ética na garantia de direitos sociais, apontando, inclusive, princípios a serem observados e direitos e deveres a serem respeitados.

Os instrumentos normativos expostos acima buscam contribuir para a prática profissional alicerçada em uma compreensão da realidade baseada em um saber ético. Ademais, o profissional deve “[...] afastar-se das abordagens tradicionais funcionalistas e pragmáticas, que reforçam as práticas conservadoras que tratam as situações sociais como problemas pessoais que devem ser resolvidos individualmente” (CFESS, 2011).

A política de assistência social tem se constituído enquanto um espaço sócio ocupacional de maior atuação dos assistentes sociais. De acordo com Raichelis,

Ainda que a política de assistência social seja um campo de trabalho multiprofissional e interdisciplinar, ela se constitui historicamente como uma das principais mediações do exercício profissional dos assistentes sociais, sendo reconhecidos socialmente (e se autorreconhecendo) como os profissionais de referência desta política, apesar das ambiguidades que cercam essa relação de longa data (RAICHELIS, 2010, p. 752).

Diante do exposto, fica evidenciado que a política de assistência social constitui-se como um campo de múltiplas possibilidades de atuação profissional. Ainda, essa política pública representa um importante lócus pelo qual a própria profissão é reconhecida socialmente, tornando o/a assistente social referência em tal política. Outrossim, historicamente o/a assistente social sempre esteve vinculado à assistência social como um de seus principais campos de atuação profissional, inclusive havendo uma série de confusões entre Serviço Social e assistência social¹³.

¹³ De acordo com os Parâmetros para atuação de assistentes sociais na política de assistência social elaborado pelo CFESS (2011) “A Assistência Social, desde os primórdios do Serviço Social, tem sido um

Na última década, houve uma considerável ampliação do campo de atuação do/a assistente social nessa política, principalmente com a implantação do SUAS, passando a ser a área que mais requisita profissionais do Serviço Social. Segundo Delgado (2013), essa expansão se deu, em especial, após a aprovação da NOB-RH/SUAS, determinando as equipes de referência para atuação no âmbito da proteção social básica, em especial de média e alta complexidade.

Raichelis (2010) destaca, ainda, que a política de assistência social é uma das mediações mais tradicionais e persistentes do exercício profissional e isso se ampliou ainda mais com a implantação do SUAS:

[...] a implantação do Suas amplia as possibilidades de trabalho profissional nos novos espaços ocupacionais, como os Centros de Referência de Assistência Social (Cras) e os Centros de Referência Especializados de Assistência Social (Creas), além de demandar o desenvolvimento de novas habilidades e competências para a gestão pública nos âmbitos da assessoria, planejamento, avaliação, monitoramento, entre outras. Trata-se, pois, de demandas profissionais que desafiam os assistentes sociais a formular mediações teóricas, técnicas, éticas e políticas, na perspectiva da competência crítica diante das exigências burocráticas e administrativas que lhe são requeridas, de modo a não sucumbir ao discurso competente (Chauí, 1989) autorizado e requisitado pelas instâncias burocráticas das instituições empregadoras (RAICHELIS, 2010, p. 753).

Nesse sentido, é fundamental que o/a profissional reconheça a questão social enquanto seu objeto¹⁴ de intervenção e, não só isso, mas que atue numa perspectiva totalizante, considerando múltiplos fatores na identificação das causalidades das desigualdades sociais. Sobretudo, uma intervenção pautada em:

importante campo de trabalho de muitos/as assistentes sociais. Não obstante, não pode ser confundida com o Serviço Social, pois confundir e identificar o Serviço Social com a Assistência Social reduz a identidade profissional, que se inscreve em um amplo espectro de questões geradas com a divisão social, regional e internacional do trabalho. A Assistência Social, que possui interface com todas as políticas públicas e envolve, em seus processos operativos, diversificadas entidades públicas e privadas, muitas das quais sequer contam com assistentes sociais em seus quadros, mas com profissionais de outras áreas ou redes de apoio voluntárias nacionais e internacionais. Serviço Social, portanto, não é e não deve ser confundido com Assistência Social, embora desde a origem da profissão, os/as assistentes sociais atuem no desenvolvimento de ações socioassistenciais, assim como atuem nas políticas de saúde, educação, habitação, trabalho, entre outras” (CFESS, 2011, p. 11).

¹⁴ As Diretrizes Curriculares para os cursos de Serviço Social propostas pela Comissão de Especialistas de Ensino em Serviço Social, enfatizam o seguinte perfil profissional “[...] que atua nas expressões da questão social, formulando e implementando propostas para seu enfrentamento, por meio de políticas sociais públicas, empresariais, de organizações da sociedade civil e movimentos sociais. Profissional dotado de formação intelectual e cultural generalista crítica, competente em sua área de desempenho, com capacidade de inserção criativa e propositiva, no conjunto das relações sociais e no mercado de trabalho. Profissional comprometido com os valores e princípios norteadores do Código de Ética do Assistente Social” (ABEPSS, 1999, p. 01).

[...] leitura crítica da realidade e capacidade de identificação das condições materiais de vida, identificação das respostas existentes no âmbito do Estado e da sociedade civil, reconhecimento e fortalecimento dos espaços e formas de luta e organização dos/as trabalhadores/as em defesa de seus direitos; formulação e construção coletiva, em conjunto com os/as trabalhadores/as, de estratégias políticas e técnicas para modificação da realidade e formulação de formas de pressão sobre o Estado, com vistas a garantir os recursos financeiros, materiais, técnicos e humanos necessários à garantia e ampliação dos direitos (CFESS, 2011, p. 18).

Todavia, Guerra (2017) destaca que é preciso tomar cuidado com o modelo adotado de exercício profissional na política de assistência social, já que muitas vezes a atuação fica restrita a administrar e conceder benefícios, rotinas, averiguação de condicionalidades, preenchimento de cadastros e planilhas, dentre outras atividades relacionadas a uma racionalidade quantitativa e procedimental, reduzindo, assim, a atuação profissional a um conjunto de ações instrumentais visando fins imediatos.

É preciso refletir de modo crítico acerca desse perfil de profissional que tende a limitar-se à racionalidade do capitalismo com ações acríticas sem nitidez dos fins a que sua intervenção visa alcançar. Além do mais, conforme disposto nos “Parâmetros para atuação de assistentes sociais na política de assistência social”, é preciso rechaçar a ideia de tratar o CRAS como “um grande plantão de emergências”, ou um serviço burocrático de controle das famílias que a ele recorre.

Guerra (2017) ressalta que, no modelo de atendimento da política de assistência social imposto pela PNAS, por meio do qual o/a assistente social tem suas ações profissionais balizadas, pode-se até ter profissionais que dominem as técnicas e instrumentos, ou seja, o “saber fazer”. Porém, não conhecem o significado social desse fazer, bem como das implicações éticas e políticas, correndo o risco inclusive de ser reduzido a um profissional exclusivamente técnico, delegando a outros as atribuições e competências que lhe são inerentes (GUERRA, 2017).

De acordo com Guerra (2017, p. 74), há um cenário social adverso e de total descaso sobre “a questão da instrumentalidade, da racionalidade, da técnica, do alcance na utilização de instrumentos, estratégias e táticas de natureza técnica e política”. Diante de tal cenário, é preciso dimensionar adequadamente o lugar, o papel e alcance das matrizes teóricas, dos instrumentais técnicos e as posições ético-políticas que vêm sendo adotadas pelos profissionais que atuam nos CRAS, dada a capilaridade desse equipamento público e a massiva presença do Serviço Social nesse espaço. É nessa

direção que o presente estudo busca olhar para a Região do Vale do Ivaí e dela realizar apreensões acerca do exercício profissional de assistentes sociais que atuam no CRAS.

Assim, a seguir apresentaremos o perfil desse profissional, bem como tentaremos captar suas percepções acerca da materialização das dimensões constitutivas do Serviço Social no exercício profissional, apontando tendências na profissão nesse campo de atuação profissional.

2.1 O PERFIL DOS ASSISTENTES SOCIAIS QUE ATUAM NOS CRAS DA REGIÃO DO VALE DO IVAÍ

Como parte do objetivo geral deste trabalho, delimitou-se como universo da pesquisa os/as assistentes sociais que atuam nos CRAS da Região do Vale do Ivaí, totalizando 28 (vinte e oito) profissionais atuando em 25 (vinte e cinco) municípios de Pequeno Porte I e II. Optou-se por considerar apenas os municípios de Pequeno Porte I e II, uma vez que o território de pesquisa é constituído pela maioria de municípios desse porte, excluindo, então, o município de Apucarana, já que é considerado de Grande Porte.

Inicialmente, foi realizado contato telefônico com todos os CRAS da Região do Vale do Ivaí com o intuito de confirmar se as informações obtidas através do CadSuas eram procedentes, ou seja, verificar se o profissional cadastrado em referido sistema estava atuando naquele equipamento, bem como se a quantidade informada de profissionais de Serviço Social condizia com o quadro atual do CRAS contatado.

Neste primeiro momento, verificou-se, em alguns municípios, a imprecisão de informações entre o CadSuas e os dados repassados pelo CRAS ao pesquisador por telefone, visto que, em várias unidades, foi informado que determinado profissional não atuava mais lá, ou que a quantidade de assistentes sociais verificada no sistema era maior que a existente. Diante das divergências em alguns municípios, o pesquisador, nesse contato telefônico, buscou obter as informações reais acerca da quantidade de profissionais.

Após a confirmação das informações pelos atendentes do CRAS, o pesquisador explicou o motivo do contato, bem como solicitou o e-mail institucional ou do/a profissional para que pudesse ser enviado um questionário eletrônico. Nesse momento, foram encontradas algumas dificuldades, como: resistência do atendente em repassar o e-mail do CRAS e/ou necessidade de confirmação com o coordenador e/ou assistente social da unidade se haveria alguma objeção em informar o e-mail. No entanto, ao final dessa etapa, todos os CRAS repassaram o e-mail institucional para envio do questionário eletrônico.

Diante da pandemia de coronavírus e com o intuito de obter as respostas dos profissionais com maior celeridade, foi elaborado um questionário eletrônico¹⁵, utilizando a plataforma de aplicativos online Google Docs¹⁶. A plataforma realiza a tabulação dos dados de forma automática a partir das respostas efetuadas, o que facilita as etapas da pesquisa, uma vez que essa tabulação eletrônica também disponibiliza gráficos para quantificação das respostas, posteriormente. Assim sendo, o questionário ficou alojado nessa plataforma e um *link* foi enviado aos profissionais, que, ao ser acessado, os participantes foram direcionados ao questionário.

A utilização do questionário eletrônico, além de ter proporcionado uma maior adesão à pesquisa, facilitou a proximidade com os participantes que estão localizados em várias cidades da região pesquisada. O instrumento de coleta utilizado foi de suma importância, pois evitou deslocamentos por parte do pesquisador e possíveis gastos financeiros com envio de correspondências, considerando que a pesquisa não conta com recurso de bolsa para financiamento.

Após vencida essa etapa de contato inicial, foi realizado o envio do questionário eletrônico aos/a profissionais através do e-mail institucional, sendo possível, a partir das respostas obtidas, alcançar dados que demonstram o perfil profissional dos assistentes sociais que atuam nos CRAS da Região do Vale do Ivaí.

Acredita-se que esse tipo de levantamento ainda não tenha sido realizado ou, ao menos, publicizado, uma vez que não encontramos materiais publicados nesse sentido sobre a região em tela, demonstrando assim um relevante banco de dados acerca desses profissionais, contribuindo para pesquisas futuras. Assim, o presente trabalho trata-se, também, de um levantamento de natureza descritiva¹⁷.

¹⁵ Através do questionário, é possível atingir um maior número de participantes e de dados. Dentre as vantagens do questionário, as autoras destacam que “[...] ele garante também uma maior liberdade das respostas em razão do anonimato, evitando vieses potenciais do entrevistador. Geralmente, através do questionário, obtêm-se respostas rápidas e precisas” (BONI; QUARESMA, 2005, p. 74). Entretanto, as autoras destacam algumas desvantagens na utilização do questionário, como por exemplo, um número grande de perguntas sem respostas, ou, ainda, a dificuldade de compreensão da pergunta por parte do respondente quando o pesquisador está ausente. Todavia, mesmo sofrendo críticas, continua sendo usado por diversas áreas.

¹⁶ O Google Docs é um serviço para web, android e iOS que permite criar, editar e visualizar documentos de texto e compartilhá-los. Com a possibilidade de trabalhar off-line, esta ferramenta pode salvar arquivos tanto no drive online do Google quanto na memória do dispositivo. Além disso, pode transformar o arquivo em PDF, doc, txt. e html. Com ele, o usuário pode criar documentos colaborativos em que cada integrante do trabalho pode acrescentar ideias. Também é possível definir que tipo de interação essas pessoas terão sobre esse documento, como permitir edição, comentário ou apenas visualização do texto enviado (COSTA, 2015).

¹⁷ De acordo com Gil (2009), uma pesquisa descritiva busca “[...] descrever as características de determinadas populações ou fenômenos. Uma de suas peculiaridades está na utilização de técnicas

Inicialmente, enviou-se o questionário no e-mail institucional informado, entretanto, devido à baixa adesão dos profissionais em responder ao questionário, o pesquisador teve que repetidas vezes, realizar contatos com o CRAS para confirmar se o e-mail havia sido recebido, bem como se o assistente social teve acesso à mensagem eletrônica encaminhada. Notou-se que, em alguns casos, o e-mail sequer havia sido encaminhado ao/à assistente social da unidade. Constatou-se que, após os contatos realizados, a pesquisa teve uma maior participação.

Posteriormente, foi realizado o envio do questionário eletrônico aos 28 profissionais, sendo que, desses, 13 desejaram participar da pesquisa. A coleta dos dados referentes ao perfil dos assistentes sociais foi realizada a partir de uma entrevista estruturada¹⁸. O questionário eletrônico enviado (APÊNDICE B) foi subdividido em quatro blocos de questões objetivas.

O primeiro bloco refere-se ao “Termo de Consentimento Livre e Esclarecido” (APÊNDICE C), contendo o objetivo da pesquisa, bem como informações aos respondentes sobre autorização para análise de dados e sigilo das informações obtidas. Esse bloco teve como finalidade esclarecer aos profissionais os objetivos e contribuições de sua participação na pesquisa e sua concordância em participar.

O segundo bloco de perguntas objetivas buscou coletar informações referentes aos dados gerais dos profissionais, tais como: nome, idade, sexo, orientação sexual, identidade racial, estado civil, religião, filiação partidária, participação em movimentos sociais, em organização sindical e da categoria profissional.

O terceiro bloco de perguntas consistiu na coleta de dados referentes à formação acadêmica. Nesse bloco, os profissionais responderam questões como: ano de conclusão do curso, modalidade do curso (totalmente presencial ou presencial e à distância), instituição de ensino e em quantos anos a graduação foi concluída, ano de registro no Conselho Regional de Serviço Social - CRESS, nível de especialização atual, curso e instituição de ensino onde realizou a pós-graduação, titulação atual e se possui graduação em outro curso.

padronizadas de coleta de dados, tais como o questionário e a observação sistemática”. Neste caso, a pesquisa descritiva possibilitará a coleta de informações de um dado grupo.

¹⁸ Segundo Boni e Quaresma (2005), as entrevistas estruturadas “[...] são elaboradas mediante questionário totalmente estruturado, ou seja, é aquela onde as perguntas são previamente formuladas e tem-se o cuidado de não fugir a elas. (...) os questionários podem ser enviados aos informantes através do correio ou de um portador”.

No último bloco de questões objetivas, buscou-se coletar dados em relação às condições de trabalho do profissional. Esse bloco abrangeu questões como: tempo de atuação como assistente social, municípios onde atua profissionalmente, tempo de atuação no CRAS, atual tipo de vínculo empregatício, tipo de contrato que o profissional possui no atual emprego, carga horária de trabalho, média salarial, existência de plano de carreira no atual emprego, as atividades que executa na unidade, segmento populacional que mais atende e, por fim, se desejava participar de uma entrevista online.

Compreende-se que os dados obtidos possuem uma inesgotável fonte de pesquisa. Além disso, esse estudo se propõe a ir além da simples exposição de números, mas identificar entraves e possibilidades de melhorias na atuação profissional, bem como realizar uma análise e reflexão acerca da materialidade das dimensões constitutivas do Serviço Social na atuação profissional. Antes de adentrar aos resultados obtidos, cabe salientar que esta pesquisa pretende apresentar um perfil aproximativo, uma vez que a amostra representa 46% do total dos assistentes sociais que atuam no CRAS na região pesquisada.

A partir dos dados coletados, verificou-se que a maioria dos assistentes sociais respondentes é predominantemente do sexo feminino, sendo 12 mulheres e apenas um homem, o que expressa uma tendência histórica da profissão. Em um levantamento realizado em 2005¹⁹ pelo CFESS, em parceria com a Universidade Federal de Alagoas - UFAL e os CRESS, apontou-se essa tendência em nível nacional, na qual 97% da categoria profissional é do sexo feminino e apenas 3% do sexo masculino. Corroborando para esta análise, Moraes (2016) aponta que o curso de Serviço Social é o terceiro maior curso feminino do Brasil, atrás somente dos cursos de pedagogia e enfermagem.

Com relação à idade, seis profissionais possuem entre 20 a 29 anos; cinco entre 30 a 39 anos; um entre 40 a 49 anos e um entre 50 a 59 anos. Quando questionados sobre a identidade de gênero, 12 afirmaram serem mulheres e, um, homem. Quanto à orientação sexual, 12 responderam ser heterossexuais e, um, bissexual.

Em relação à condição religiosa, a religião católica se apresenta majoritariamente como resposta, sendo nove declarados católicos; dois protestantes e um não possui

¹⁹ De acordo com o site oficial do CFESS, foi realizado entre 2016 e 2019 o Recadastramento Nacional Obrigatório de Assistentes Sociais, que visou conhecer melhor o perfil da categoria e obter dados atuais sobre a realidade dos/as profissionais no Brasil. No entanto, até o presente momento, a referida pesquisa não foi divulgada.

religião. Sobre a identidade racial²⁰, o objetivo foi coletar informações acerca da autodeclaração de pertencimento/identidade racial dos profissionais, sendo que nove se declararam branco e, quatro, pardos.

Buscou-se, na pesquisa, coletar dados em relação à participação dos profissionais em partidos políticos, movimentos sociais, organizações sindicais e órgãos representativos da categoria profissional. Cabe salientar que cada um desses espaços possui autonomia de atuação com particularidades, assim sendo, não se pode considerá-los iguais e com os mesmos propósitos. Todavia, buscou-se reconhecê-los como espaços de participação coletiva, com objetivos políticos e ideológicos.

Os dados apontam que é baixo o número de profissionais que estão inseridos nesses espaços de participação coletiva. Dos que responderam ao questionário, nenhum é filiado a partido político, tampouco participa de algum movimento social. Apenas um profissional é filiado a alguma organização sindical e um participa de órgãos da categoria profissional, como por exemplo, os Núcleos do Conselho Regional de Serviço Social (NUCRESS).

A baixa participação nos espaços de lutas coletivas destoa da própria história do Serviço Social, já que em muitos momentos históricos, a categoria profissional esteve intensamente próxima e envolvida com as lutas sociais, movimentos sociais e sindicais. Nota-se uma redução dos espaços de participação e também dos sindicatos, dada a conjuntura política, econômica e social marcada pela força das políticas neoliberais, as quais também possuem um poder ideológico, dificultando as decisões coletivas, pregando o individualismo e as decisões verticais. Isso faz compreender que a participação não está desvinculada das bases materiais que determinam as relações sociais de produção. Gohn (2008), ao analisar os reflexos do neoliberalismo na participação social, destaca que

O papel do Estado na oferta dos serviços públicos foi flexibilizado ou desregulamentado, ficando o mesmo como gestor e controlador dos recursos, transferindo a responsabilidade para organizações da sociedade civil organizada, via programas de parcerias em projetos e programas sociais com as ONGs. Com isso, os sindicatos enfraqueceram – lutar pela não demissão, pelo emprego em si, tornou-se mais importante que lutar por melhores salários [...] o número de manifestações nas ruas diminuiu e

²⁰ A coleta de informações acerca da autodeclaração de pertencimento/identidade racial dos egressos foi elaborada com base nas informações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) que define cor ou raça como sendo “característica declarada pelas pessoas de acordo com as seguintes opções: branca, preta, amarela, parda ou indígena” (IBGE, 2022). Ademais, no último censo demográfico realizado em 2010, constaram as categorias: branca, preta, amarela, parda e indígena.

inverteu-se a relação, as ONGs tomaram a dianteira na organização da população, no lugar dos movimentos (GOHN, 2008, p. 108).

Diante desse apontamento da autora, é possível afirmar que os/as profissionais também estão inseridos nesta conjuntura, encontrando, muitas vezes, dificuldades objetivas para participação em espaços coletivos, como sindicatos, partidos políticos e movimentos sociais. No entanto, é preciso voltar-se sempre ao Código de Ética Profissional e atentar-se que é direito do assistente social “[...] apoiar e/ou participar dos movimentos sociais e organizações populares vinculados à luta pela consolidação e ampliação da democracia e dos direitos de cidadania” (CFESS, 1993, p. 34), reforçando esses espaços enquanto lócus privilegiado de decisões coletivas.

A formação acadêmica de quatro profissionais se deu entre 2018 e 2021; três entre 2003 e 2010; outros três entre 2016 e 2017; dois entre 2011 e 2015 e apenas um entre 1980 e 1985. Observa-se que 12 profissionais se formaram posteriormente ao Código de Ética Profissional de 1993 e às Diretrizes Curriculares de 1996. Os dados apontam que 12 respondentes concluíram sua formação acadêmica de forma presencial e apenas um à distância. Todos afirmaram ter concluído em quatro anos a graduação, tempo mínimo previsto para conclusão do curso.

Ao serem questionados sobre a instituição de ensino em que se formaram, oito afirmaram serem egressos da Universidade Estadual do Paraná - UNESPAR; dois oriundos da Universidade Estadual de Maringá - UEM; dois se formaram pela Universidade Estadual de Londrina - UEL; e apenas um é egresso da Universidade Cesumar de Maringá - Unicesumar (modalidade à distância). Denota-se que quase que majoritariamente os profissionais são egressos de universidades públicas do Estado do Paraná, demonstrando, assim, a importância da universidade pública no território pesquisado.

Quando questionados sobre a formação acadêmica, 12 responderam que são graduados e especialistas, e apenas um afirmou possuir somente o curso de graduação. Tais respostas demonstram que a maior parte dos respondentes tiveram oportunidade de dar continuidade aos estudos.

Dos 12 que afirmaram possuir pós-graduação, a maioria cursou especializações na área da assistência social, demonstrando, assim, um comprometimento com o aperfeiçoamento profissional. Alguns dos cursos de especialização citados foram: Serviço Social e Intervenção Profissional; Serviço Social e Projetos Sociais; Gestão do Sistema

Único da Assistência Social; Gestão de Políticas Sociais com Ênfase na Família; Gestão do SUAS; Gestão em Saúde Pública, entre outros.

É salutar destacar que o aperfeiçoamento profissional é um dos onze princípios fundamentais elencados no Código de Ética do/da Assistente Social: “X - Compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional” (CFESS, 2012, p. 24). Entretanto, é baixo o número dos egressos que possuem cursos de pós-graduação na modalidade *stricto sensu*, pois apenas um profissional afirmou possuir mestrado.

Para fechar o terceiro bloco de perguntas, os/as assistentes sociais foram questionados se possuíam outra graduação, sendo que oito afirmaram não possuir e cinco responderam que possuíam uma segunda graduação, porém não se sabe se anterior ou posteriormente a ter cursado Serviço Social. As graduações mencionadas foram: Administração Pública, Arte, Direito, História e Pedagogia.

No último bloco de questões, buscou-se coletar informações acerca das condições de trabalho no CRAS em que atuam. Ao serem questionados sobre há quanto tempo atuam como assistentes sociais, quatro responderam que atuam há mais de dez anos; três entre 2 a 5 anos; dois entre 5 a 10 anos; dois de 1 a 2 anos; um de 6 meses a 1 ano e um profissional atua entre 1 mês a 6 meses. Com relação aos municípios que atuam profissionalmente, apenas um profissional atua em dois municípios, enquanto os demais atuam e residem no mesmo município.

Na sequência, buscou-se coletar informações acerca do tempo que o profissional atuava no CRAS. Dos 13 participantes da pesquisa, quatro atuam entre 5 e 10 anos; dois entre 2 e 5 anos; a mesma quantidade acima de 10 anos; um entre 1 e 2 anos; e quatro atuam na unidade há pelo menos um ano.

Com relação ao vínculo atual de emprego, quatro profissionais declararam ser estatutários; outros quatro afirmaram serem concursados; um profissional declarou ter sido admitido por contrato; e outros quatro declararam outras formas de vínculo contratual, no entanto, não especificaram que tipo de vínculo seria. A forma de contratação de nove profissionais deu-se via concurso público; um através de processo seletivo, um por cargo em comissão e outros dois não informaram de que forma foram contratados.

Sobre esse aspecto, cabe pontuar que a profissão de Serviço Social não está alheia às transformações ocorridas no mundo do trabalho, uma vez que a referida profissão também se insere na divisão social e técnica do trabalho, sofrendo, inclusive, os mesmos reflexos que qualquer outra categoria profissional. São inúmeros os rebatimentos

causados pela precarização do trabalho na conjuntura atual, dentre eles, pode-se citar as formas de contratação cada vez mais precarizadas, muitas vezes sem estabelecer qualquer vínculo formal de trabalho.

Delgado (2013), ao analisar sobre os espaços sócio-ocupacionais dos assistentes sociais, observa que “[...] boa parte do trabalho assalariado vem sendo substituído pelo trabalho autônomo ou prestação de serviços como forma de escamotear a relação de emprego” (DELGADO, 2013, p. 143). Ou seja, cada vez mais as relações de trabalho vão se tornando frágeis sem nenhuma segurança trabalhista aos profissionais. Nesta mesma direção, Raichelis (2009) destaca que

Intensificam-se os processos de subcontratação de serviços individuais dos assistentes sociais por parte de empresas de serviços ou de assessoria na prestação de serviços aos governos, acenando para o exercício profissional privado (autônomo), temporário, por projeto, por tarefa, em função das novas formas de gestão das políticas sociais (RAICHELIS, 2009, p. 7).

Nota-se, na atualidade, algumas relações de trabalho que não prezam pela garantia de direitos aos profissionais como décimo terceiro, férias remuneradas, fundo de garantia por tempo de serviço, entre outros, mas intensificam relações cada vez mais precarizadas. A título de exemplo, pode-se citar as contratações de cargo de confiança ou ainda os pregões presenciais²¹ de contratação de assistente social pelo menor preço global, ou seja, o profissional que oferecer o menor preço é contratado.

Considerando a aprovação da Lei nº 12.317, de 26 de agosto de 2010, que institui a duração da carga horária de 30 horas de trabalho para o assistente social, faz-se necessário pontuar brevemente a luta histórica para aprovação da referida lei por parte da categoria profissional juntamente com o conjunto CFESS/CRESS. De acordo com Boschetti,

A redução da jornada de trabalho para trinta horas semanais sem redução salarial, ainda que não altere estruturalmente a organização do trabalho, possibilita diminuir a sobrecarga do trabalho, o que pode melhorar a saúde do (a) trabalhador (a) e, ainda impor limites à exploração do trabalho pelo capital (BOSCHETTI, 2011, p. 567).

²¹ De acordo com a nova lei de licitações - Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, o pregão é uma modalidade de licitação obrigatória para aquisição de bens e serviços comuns, cujo critério de julgamento poderá ser o de menor preço ou o de maior desconto. Embora não seja o objeto deste estudo, cumpre registrar que em breve consulta em páginas da internet, localizou-se diversos editais de contratação de assistentes sociais via essa modalidade de licitação.

Diante do explicitado pela autora, é possível afirmar que a conquista da categoria profissional pela redução da carga horária para 30 horas semanais, além de possibilitar melhores condições do exercício profissional, contribui para a diminuição do excesso de trabalho e a redução dos níveis de desgaste e estresse a que os profissionais estão expostos.

Entretanto, é preciso atentar-se para duas possíveis consequências provenientes da fixação da jornada de 30 horas de trabalho dos assistentes sociais. A primeira seria a criação de mais postos de trabalho, considerando a necessidade do empregador para tempo integral de trabalho. Já a segunda consequência seria o pluriemprego, tendo em vista que a redução da jornada de trabalho possibilita vínculos empregatícios precários e com baixos salários. Em virtude disso, o profissional se vê obrigado a aceitar uma dupla ou tripla jornada de trabalho para aumentar sua renda salarial (DELGADO, 2013).

Em muitos espaços sócio-ocupacionais, os assistentes sociais, juntamente com os órgãos de representação profissional, ainda encontram dificuldades para efetivação do cumprimento da legislação, “[...] como era de se esperar numa sociedade de classes, muitos empregadores ainda resistem a aplicá-la ou a aplicam de modo equívoco” (DELGADO, 2013, p. 139). Em 2020, a categoria profissional obteve uma conquista junto ao Supremo Tribunal Federal - STF, que desde 2010 aguardava o julgamento de uma Ação Direta de Inconstitucionalidade - ADI nº 4468, ajuizada pelo Conselho Nacional de Saúde - CNS, que alegava a inconstitucionalidade da Lei nº 12.317/2010. Os ministros do STF entenderam, de maneira unânime, acompanhando o Ministro Relator Celso de Mello, que

(...) A fixação da jornada de trabalho mediante lei (tal como sucedeu em relação aos Assistentes Sociais), além de não traduzir ofensa à autonomia sindical ou ao processo de negociação coletiva, revela-se plenamente legítima e inteiramente compatível com o texto da Constituição da República (STF, 2020, p. 02)

Ou seja, foi reconhecido que a jornada de trabalho de 30 horas deveria ser respeitada, evitando, assim, um retrocesso social à categoria profissional. No entanto, a carga horária parece não ser totalmente respeitada nos municípios em que atuam os profissionais que responderam ao questionário: sete afirmaram que a carga horária de trabalho semanal é de 20 a 30 horas semanais; cinco profissionais possuem carga horário acima de 30 horas semanais e um profissional atua entre 10 e 20 horas semanais.

A efetivação da “Lei das 30 horas”, como é conhecida, é um grande desafio ao CFESS, bem como a ação fiscalizadora dos conselhos estaduais. Todavia, é necessária

a criação de estratégias pelos referidos órgãos, garantindo, assim, o exercício profissional com melhores condições de trabalho, diminuindo o adoecimento laboral e possibilitando o aperfeiçoamento profissional.

Em relação à média salarial recebida pelos assistentes sociais que atuam nos CRAS da Região do Vale do Ivaí, 12 profissionais responderam que recebem entre 1 e 3 salários mínimos (de R\$1.212,01 até R\$ 3.636,00) e apenas um profissional recebe entre 3 e 6 salários mínimos (de R\$3.636,01 até R\$ 7.272,00). De acordo com o CFESS (2022, p. 01) “a profissão não possui piso salarial, mas existe uma Tabela de Honorários Profissionais, que determina o valor da hora técnica, fixando o valor mínimo a ser cobrado”. A lei que regulamenta a profissão de assistente social nº 8.662/93 define a jornada semanal em 30 horas, porém não trata da remuneração.

A Resolução do CFESS nº 418/2001 instituiu a Tabela Referencial de Honorários do Serviço Social - TRHSS, objetivando estabelecer condições mínimas de remuneração para o exercício profissional, devendo ser corrigida anualmente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA/IBGE, em setembro de cada ano. Em 2005, o CFESS aprovou a Resolução nº 467, estabelecendo a diferenciação do valor da hora técnica pelo nível de formação do profissional assistente social.

Em consulta ao site da Câmara dos Deputados e no Senado Federal, verificou-se inúmeros projetos de lei com propostas de instituição de piso salarial nacional à categoria profissional. O primeiro Projeto de Lei encontrado foi o de nº 4022/2008, proposto pelo ex-deputado Jorginho Maluly; apensado a esse está o Projeto de Lei nº 5278/2009, da deputada Alice Portugal. Em 2019, foi proposto pelo deputado Zé Vitor o Projeto de Lei nº 1827/2019. Todos os projetos supracitados encontram-se paralisados em comissões distintas.

O Projeto de Lei nº 2693/2020 é o mais recente, proposto pelo senador Fabiano Contarato, que se encontra desde 2021 no Plenário do Senado Federal para votação. Percebe-se que já se estende por quase 15 anos uma incansável luta pela aprovação de um piso salarial aos assistentes sociais em nível nacional, demonstrando que os projetos citados não são prioridade na pauta das autoridades competentes.

Ao verificar sobre a existência de plano de carreira na realidade pesquisada, constatou-se que oito assistentes sociais não possuem plano de carreira nos vínculos profissionais estabelecidos, já cinco afirmaram que os municípios em que atuam oferecem plano de carreira profissional. A implementação de um plano de carreira e salários por parte dos municípios ainda demonstra ser um dos desafios para a categoria profissional,

uma vez que a efetivação de um plano implica em melhores condições de trabalho ao assistente social.

Por fim, os profissionais foram questionados se desejavam participar de uma entrevista online previamente agendada. A participação dos sujeitos foi definida pelo critério de acessibilidade, ou seja, aqueles que se dispuseram a participar da entrevista, conforme uma das respostas do formulário enviado previamente. Nove profissionais manifestaram disposição em contribuir com a segunda etapa da pesquisa. Diante do interesse em colaborar, todos foram contatados por meio de um novo contato telefônico particular para agendamento prévio, no entanto, um profissional, por motivos particulares, não pôde participar dessa fase da pesquisa.

Isso posto, as reflexões no capítulo seguinte serão baseadas nas contribuições de oito profissionais que se dispuseram a participar das entrevistas, caracterizados como AS1, AS2, AS3, AS4, AS5, AS6, AS7 e AS8, de modo a preservar a identidade das pessoas entrevistadas.

As entrevistas ocorreram entre abril e maio de 2022, através da plataforma Google Meet. O roteiro de entrevista (APÊNDICE C) elaborado visava apreender as percepções dos profissionais acerca da compreensão da materialidade das dimensões constitutivas do Serviço Social, quais sejam: teórico-metodológica, técnico-operativa e ético-política no exercício profissional. As contribuições serão apresentadas no capítulo seguinte, juntamente com o debate teórico a respeito das dimensões supracitadas.

3 REFLEXÕES SOBRE AS DIMENSÕES CONSTITUTIVAS DO SERVIÇO SOCIAL: MARCOS TEÓRICOS E INTERPRETAÇÕES DE ASSISTENTES SOCIAIS QUE ATUAM NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NA REGIÃO DO VALE DO IVAÍ

O Serviço Social, como qualquer outra profissão inscrita na divisão sociotécnica do trabalho, é necessário e funcional a uma determinada dinâmica societária e, portanto, a análise de sua particularidade não está desvinculada do contexto social, histórico, econômico e político, desde o período em que emerge como profissão até a contemporaneidade, ou seja, é uma profissão que deve ser analisada em sua trajetória sócio-histórica no movimento da realidade. Para Netto (2011), o Serviço Social tem sua legitimidade como profissão no movimento do capitalismo monopolista que requer do Estado a necessária intervenção sobre a questão social²².

É a partir dessa necessidade que, ainda segundo Netto (2011), emergem as políticas sociais voltadas a dar respostas às expressões da questão social. Trata-se de respostas construídas a partir da realidade social e que concorrem para a necessária manutenção da ordem social que se erige sob o modo de produção capitalista. E, dentre as profissões chamadas a operacionalizar essas políticas, está o Serviço Social, uma profissão cuja demanda que a legitima enquanto tal é eminentemente interventiva.

A partir dessas determinações sócio-históricas, volta-se, nesta pesquisa, à relação dialética entre essa natureza interventiva dada pela própria forma de inserção do Serviço Social na divisão técnica do trabalho e a natureza analítica que, ao longo da trajetória sócio-histórica dessa profissão no Brasil, faz parte, de diferentes formas, do projeto profissional dos assistentes sociais; um projeto que, na contemporaneidade, tem uma direção ética e política cujo horizonte é, em última instância, a emancipação plena dos indivíduos sociais. Nesse sentido, parte-se, aqui, da defesa da possibilidade de uma intervenção profissional que não se limite apenas a buscar, dentro do aparato normativo das instituições públicas ou privadas que contratam o trabalho do assistente social, respostas pontuais às demandas apresentadas pelos usuários dos serviços oferecidos e/ou viabilizados por essas instituições.

²² Por questão social compreende-se o “[...] conjunto de expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade” (IAMAMOTO, 2003, p. 27).

Desde o surgimento da profissão, o planejamento de ações e a preocupação com as técnicas a serem utilizadas pelos assistentes sociais voltam-se, sobretudo, à eficácia nas respostas às requisições postas pelo Estado e pelas instituições contratantes do trabalho desse profissional, mas, como salienta Iamamoto (2015), o Serviço Social também constrói perspectivas profissionais que se relacionam, contraditoriamente, com essas requisições. Para Raichelis,

Afirmar que o Serviço Social é uma profissão inscrita na divisão social e técnica do trabalho como uma especialização do trabalho coletivo, e identificar o seu sujeito vivo como trabalhador assalariado, implica problematizar como se dá a relação de compra e venda dessa força de trabalho a empregadores diversos, como o Estado, as organizações privadas empresariais, não governamentais ou patronais. Trata-se de uma interpretação da profissão que pretende desvendar suas particularidades como parte do trabalho coletivo, uma vez que o trabalho não é a ação isolada de um indivíduo, mas é sempre atividade coletiva de caráter eminentemente social (RAICHELIS, 2011, p. 423).

A autora, ao destacar que o Serviço Social tem suas particularidades determinadas na relação de compra e venda no mercado de trabalho, ratifica a importância de aspectos materiais que, como parte de uma realidade social, são fundamentais para interpretar essa profissão. Analisar a relação dialética entre tais particularidades e a possibilidade de intervenção profissional fundada na capacidade de refletir sobre o trabalho profissional que nelas se inscreve, torna-se fundamental para afirmação do projeto ético e político inscrito nessa profissão, na contemporaneidade; suas ações, no trabalho, não dependem de formas individuais de cumprir normativas ou viabilizar políticas com as quais trabalha, mas são parte de projeto coletivo, no qual o assistente social seja um profissional com capacidade de refletir e intervir sobre a realidade.

A esse respeito, Netto e Carvalho (2012, p. 52) destacam que “o Serviço Social é uma profissão que tem características singulares”. Desse modo, para os autores, o assistente social não atua somente sobre uma única necessidade humana, tal como o médico, dentista ou pedagogo, por exemplo, nem ainda se destina a todos os indivíduos de uma sociedade, mas sua especificidade está em atuar sobre as necessidades dos grupos subalternos, pauperizados e excluídos. Assim, espera-se que o profissional seja capaz de realizar intervenções na realidade social a partir de um referencial teórico, prático, ético e político.

Estando inserida na divisão social e técnica do trabalho, a profissão passa a ter a realidade social enquanto pano de fundo de suas ações profissionais no seu campo de análise e de intervenção. E, a realidade “(...) é rica em determinações, saturada de múltiplas mediações que explicam a dinâmica de complexos sociais materialmente existentes (trabalho, classe social, consciência, ideologia, pauperismo, entre outros)” (SANT’ANA; SILVA, 2013, p. 188).

Iamamoto (2009) coloca que os processos existentes na sociedade, em seus aspectos econômicos, políticos e sociais, incidem em metamorfoses nos espaços de trabalho do assistente social, ou seja, o constante movimento da sociedade impacta diretamente o exercício profissional do assistente social. Para a autora, “é esse solo histórico movente que atribui novos contornos ao mercado profissional de trabalho, diversificando os espaços ocupacionais e fazendo emergir inéditas requisições e demandas a esse profissional, novas habilidades, competências e atribuições” (IAMAMOTO, 2009, p. 3).

Em sua trajetória sócio-histórica no Brasil, o Serviço Social, em conformidade com os contornos postos pelo mercado e com o acúmulo das respostas éticas e políticas construídas pela categoria profissional, afirma-se como uma profissão que produz conhecimento, sobretudo, a partir de seu campo interventivo. Além disso, consolida matrizes teórico-metodológicas fundamentais para o conhecimento das mediações da realidade com as quais trabalha.

É nesta perspectiva que se defende, nesta pesquisa, o necessário aporte teórico-metodológico e ético-político que sustenta a intervenção profissional. Entende-se, então, ser necessário apresentar breves reflexões a respeito do conhecimento da realidade social e suas particularidades no campo do Serviço Social.

3.1 REFLEXÕES SOBRE O CONHECIMENTO DA REALIDADE SOCIAL: UMA ANÁLISE A PARTIR DE DEBATES CONSTRUÍDOS NO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO

Importante considerar, *a priori*, que o fato de o Serviço Social ser uma profissão de caráter interventivo não significa que os assistentes sociais não possam produzir conhecimento. Ao contrário, esses profissionais produzem conhecimento e esse, em larga medida, vinculado às políticas sociais e serviços com as quais atuam cotidianamente. Cabe ainda salientar que a investigação da realidade social é fundamental no trabalho do assistente social, em qualquer espaço sócio-ocupacional.

Diante dessas premissas, as reflexões sobre o conhecimento da realidade, em debates e publicações contemporâneas do Serviço Social Brasileiro, revelam duas grandes tendências. Uma dessas tendências é a afirmação da importância do materialismo histórico-dialético como método para a compreensão da realidade e, concomitantemente, como forma de práxis com vistas à superação da ordem burguesa. Outra tendência é o debate da relação entre teoria e prática no exercício profissional do assistente social, no bojo da qual busca-se discutir sobre tendências teóricas que tendem a se afastar da perspectiva crítica marxiana. Procura-se, então, neste item, situar algumas reflexões sobre tais tendências.

Existem muitas maneiras de explicar a realidade, como as coisas são e porque são de determinada forma. De acordo com Maduro (1994, p. 19), “[...] há muitos caminhos e modos através dos quais nós, pessoas e comunidades humanas, procuramos conhecer o real: há muitas formas e muitos tipos de conhecimento”. Na perspectiva do materialismo histórico-dialético, desde os primórdios da humanidade, o homem busca o conhecimento, o qual foi “[...] sendo construído na relação entre os homens e destes com os objetos da natureza” (SETÚBAL, 2002, p. 28).

Desde que os homens, através do trabalho, distanciam-se na natureza e essa aparece como objeto a ser decifrado por ele na construção da satisfação de suas necessidades, a construção do conhecimento apresenta-se como fundante da própria vida dos seres humanos. Com o desenvolvimento do ser social, a necessidade do conhecimento ultrapassa a satisfação de necessidades básicas e passa a fazer parte de projetos teleológicos mais amplos. Assim, uma das novas formas de conhecimento é a necessária compreensão da realidade social da qual os seres humanos são parte.

O conhecimento foi, então, se desenvolvendo a partir das próprias necessidades humanas e nas relações sociais estabelecidas em cada período histórico. Setúbal (2002, p. 28) aponta que “[...] no seu fazer-se histórico, no processo de produção de sua própria existência, o homem modifica-se, transforma antigas necessidades consideradas básicas, cria novas necessidades e altera a natureza naquilo que lhe é necessário”. Ou seja, o homem no processo de busca do conhecimento, faz uma interpretação da realidade colocando um pouco de si nessa interpretação, possibilitando, a partir do conhecimento, a transformação da natureza.

[...] é imanente ao conhecimento o caráter social que tem, por sua vez, as experiências sociais como base. Experiências que pelo trabalho, cultura,

lazer e política viabilizam a transformação do homem; homem que na concretização das suas experiências sociais faz a história; história que representa as experiências sociais, que se constrói pela ação, que clarifica, que interpreta e que instrumentaliza o processo de reintegração do homem numa realidade concreta; realidade concreta que é apreendida, analisada e explicitada nas suas múltiplas determinações por meio do conhecimento científico; conhecimento que representa formas de se expressar do homem e da sociedade no mundo das artes, da política e do trabalho; trabalho que nem sempre representa o desejo do homem, mas que o transforma (SETÚBAL, 2002, p. 29).

Para Maduro (1994), o ato de conhecer, às vezes, dá-se por pura curiosidade ou ainda motivado pelo interesse em saber “como” e “por quê” as coisas acontecem. Em suas palavras:

Às vezes, queremos conhecer por pura e simples curiosidade: porque algo nos assombra, nos enche de maravilha, e queremos saber “por quê” ou “como” isso é assim. Em outras ocasiões, são sentimentos de amor, atração, ternura ou simpatia por outras pessoas que podem nos motivar a tentar compreender essas outras pessoas, suas relações, ideias, origens, preocupações etc. Ou pode haver coisas cujo conhecimento nos dê tamanho prazer que nos entregamos a investigá-las com toda a dedicação, mesmo quando desse esforço não esperamos outra recompensa a não ser o prazer de compreender melhor a realidade que nos cativa e intriga (MADURO, 1994, p. 12).

A construção do conhecimento, para Vasconcellos (1994, p. 57), “[...] supõe a infraestrutura orgânica, o cérebro, o amadurecimento da função, quanto a relação social, a interação com o material que a cultura transmite (linguagem, objetos, etc)”. Para o autor, além do conhecimento ser produto da inteligência, ele produz a inteligência. Dessa forma, o conhecimento se dá na combinação de vários fatores, culminando, assim, numa atividade teórica. Na análise de Kosik (1976),

o conhecimento da realidade, o modo e a possibilidade de conhecer a realidade dependem, afinal, de uma concepção da realidade, explícita ou implícita. A questão: como se pode conhecer a realidade? é sempre precedida por uma questão mais fundamental: o que é a realidade? (KOSIK, 1976, p. 35).

Ainda sobre o conhecimento da realidade social, destaca-se uma matriz teórica que é, inclusive, fundamental para as análises construídas pelas reflexões dos autores aludidos acima. Tal matriz é inaugurada por Karl Marx no ano de 1859, por meio da crítica à economia política, ao compreender a sociedade burguesa no século XVIII. No bojo

dessa crítica, tal autor funda um método explicativo do real: o materialismo histórico-dialético. Esse método, segundo Netto (2011, p. 17), “[...] vai direcionar as suas pesquisas para a análise concreta da sociedade moderna, aquela que se engendrou nas entranhas da ordem feudal e se estabeleceu na Europa Ocidental na transição do século XVIII ao XIX: a sociedade burguesa”. Isto é, Marx delimitou como problema central de seus estudos a própria sociedade burguesa instituída no modo de produção capitalista.

Através do método materialista histórico, Marx irá explorar os conceitos de “abstrato” e “concreto”, buscando uma construção conceitual a partir da realidade objetiva, na qual o concreto seria o mais próximo da realidade ou da experiência prática, não se baseando em teorias abstratas como ocorre na metafísica. Desse modo, Marx parte da “[...] objetividade como um dado, quer dizer, da existência por si da efetividade, bem como da possibilidade de esta ser conhecida e reproduzida mentalmente, de haver apreensão ideal das formas determinantes da concretude, de se fazer ciência e alcançar a verdade” (ASSUNÇÃO, 2014, p. 47).

Assim, o método de Marx fundamenta-se na dialética da realidade, na qual a realidade não pode ser vista como um complexo de coisas prontas e acabadas, mas um emaranhado desses complexos. Assim, a realidade, de acordo com a concepção materialista, considera as contradições, os conflitos e as transformações societárias. Nessa direção, Assunção (2014) elucida que o método explicativo do real pensado por Marx

[...] apreende as categorias enquanto determinações da existência, e não enquanto conceitos subjetivamente postos. No mesmo passo explicita que a base de seu proceder é a analítica das coisas, que esmiúça os objetos até penetrar no seu âmago e apreendê-lo em sua especificidade e na sua amplitude, para logo fazer o caminho de volta e, tendo como parâmetro o próprio real, buscar as especificações histórico-concretas e as articulações com outras categorias (ASSUNÇÃO, 2014, p. 59).

Ou seja, na concepção materialista dialética de Marx, partindo do objeto e considerando todos os seus antagonismos e contradições, o pesquisador abstrai do objeto uma apreensão intelectual²³. O pesquisador deve considerar o objeto como ponto de partida e de chegada, sendo que, nesse processo, vai desvelando o aparente para se

²³ “A abstração é a capacidade intelectual que permite extrair de sua contextualidade determinada (de uma totalidade) um elemento, isolá-lo, examiná-lo; é um procedimento intelectual sem o qual a análise é inviável – aliás, no domínio do estudo da sociedade, o próprio Marx insistiu com força que a abstração é um recurso indispensável para o pesquisador” (Netto, 2011, p. 44).

conseguir chegar à real condição daquele objeto e, ao fazer o movimento de retorno, ele possui a realidade como parâmetro para aí realizar suas intervenções.

Netto (2011), ao analisar a importância do sujeito durante a análise do objeto, atribui-lhe um papel fundamentalmente ativo nesse processo, pois cabe a ele a análise não só do aparente ou do que lhe é dado, mas deve-se apreender sua essência e sua dinâmica durante esse processo. Para o autor, o pesquisador deve se apoderar do objeto com o objetivo de criticá-lo e revisá-lo, além de ser dotado de criatividade e imaginação para a interpretação do real.

Cabe, ainda, destacar que, devido ao seu caráter essencialmente ativo, o pesquisador possui um papel fundamental no processo na busca de conhecimento, devendo “[...] apoderar-se da matéria, em seus pormenores, de analisar suas diferentes formas de desenvolvimento e de perquirir a conexão que há entre elas” (MARX, 1968 apud NETTO, 2011, p. 21).

Nesse processo, as técnicas e instrumentos utilizados pelo pesquisador são os mais variados possíveis, possibilitando, assim, que ele se “apodere da matéria” e chegue a uma conclusão, no entanto, sempre provisória. Só depois de concluído esse procedimento de investigação é que se poderá, segundo Marx, descrever adequadamente o movimento do real, ficando assim espelhada, no plano ideal, a vida da realidade pesquisada.

O autor supracitado ainda ressalta que “[...] para Marx, a teoria é uma modalidade peculiar de conhecimento” (NETTO, 2011, p. 20), ou seja, se distingue de outras formas de conhecimento por compreender o objeto na sua existência real e efetiva independente da vontade do pesquisador. Assim,

A teoria é, para Marx, a reprodução ideal do movimento real do objeto pelo sujeito que pesquisa: pela teoria, o sujeito reproduz em seu pensamento a estrutura e a dinâmica do objeto que pesquisa. E esta reprodução (que constitui propriamente o conhecimento teórico) será tanto mais correta e verdadeira quanto mais fiel o sujeito for ao objeto (NETTO, 2011, p. 21).

Neste ponto, Netto (2011) realiza uma distinção entre o método de Hegel e o de Marx²⁴. Para o primeiro “[...] o real é apenas uma manifestação externa” (MARX, 1968

²⁴ Marx difere do método hegeliano, pois, “[...] ao contrário da filosofia alemã, que desce do céu para a terra, aqui é da terra que se sobe ao céu. Em outras palavras, não partimos do que os homens dizem, imaginam e representam, tampouco do que eles são nas palavras, no pensamento, na imaginação e na representação dos outros, para depois se chegar aos homens de carne e osso; mas partimos dos homens em sua atividade

apud NETTO, 2011, p. 21). No entanto, para ao seu método, Marx afirma que “[...] o ideal não é mais do que o material transposto para a cabeça do ser humano e por ele interpretado” (MARX, 1968 apud NETTO, 2011, p. 21). Assim, de acordo com Marx, a teoria é o real reproduzido e interpretado no plano do ideal depois de transposto para o cérebro do pesquisador.

Sant’ana e Silva (2013) apontam que a teoria social de Marx não pode ser compreendida como um conjunto de conhecimentos científicos que após serem corretamente aplicados oferecem um saber teórico para compreensão da realidade dentro do arcabouço das ciências humanas e sociais aplicadas. Pelo contrário, eles destacam que é necessário romper justamente com essa noção de aplicabilidade de teorias e métodos em uma dada realidade, pois só assim será possível “[...] apanhar a riqueza da teoria social de Marx e, nela, o seu método” (SANT’ANA; SILVA, 2013, p. 183). Nessa mesma lógica, Netto afirma que

[...] o método não é um conjunto de regras formais que se “aplicam” a um objeto que foi recortado para uma investigação determinada nem, menos ainda, um conjunto de regras que o sujeito que pesquisa escolhe, conforme a sua vontade para “enquadrar” o seu objeto de investigação (NETTO, 2011, p. 52).

O método em Marx compõe, segundo Sant’ana e Silva (2013), um dos pilares da sua teoria social, ademais, ele é impensável sem outros dois elementos fundamentais: a teoria do valor do trabalho e a perspectiva da revolução. A fim de compreender melhor o método em Marx, Netto (2011) recorda uma citação de Lênin: “Marx não nos entregou uma lógica, deu-nos a lógica d’O capital”, ou seja, com essa afirmação o autor nos faz refletir que Marx com sua obra “O Capital” não nos apresentou o que realmente pensava a partir de análises categorizadas e sistematizadas, mas apreendeu a estrutura e a dinâmica do capital, extraindo uma lógica capaz de compreender o próprio movimento do capital.

É possível compreender que o método, em Marx, não é um procedimento metodológico ou um passo a passo que visa alcançar um resultado final, mas é ir profundamente às raízes dos processos sociais, ultrapassando o aparente, o que não se alcança simplesmente por meio de regras ou receitas. Sant’ana e Silva (2013) concluem que

real, é a partir de seu processo de vida real que representamos também o desenvolvimento dos reflexos e das repercussões ideológicas desse processo vital” (MARX; ENGELS, 1998, p. 19).

[...] o método na teoria social de Marx não se vincula a qualquer tipo de abstração, ainda que jamais se renda às diferentes formas de materialismo que se limitam a constatar o imediatamente sensível. Não se trata, também, de estabelecer uma média entre essas dimensões opostas, mas de superá-las nas suas limitações concretas. O método em Marx não se compromete com a “coisa da lógica” e nem com a “aparência da coisa em si”, como ela se apresenta imediatamente aos olhos do ser (SANT’ANA; SILVA, 2013, p. 186).

Nesse ponto, é preciso destacar que a realidade em si não se desvela naturalmente sem uma postura crítica, mas carece de uma desconstrução com projeções de ações possíveis e reais sobre o mundo material na interpretação da realidade.

Na perspectiva desse método, o pesquisador possui como objetivo ir além da aparência imediata e empírica. É a partir desse movimento que, segundo Netto (2011), se inicia o conhecimento. Outrossim, “[...] o método de pesquisa que propicia o conhecimento teórico, partindo da aparência, visa alcançar a essência do objeto” (NETTO, 2011, p. 22). Ao alcançar a essência do objeto, o pesquisador irá decifrar sua estrutura e conhecer sua dinâmica, operacionalizando procedimentos analíticos. Ocorre que, nessa relação, o sujeito está totalmente envolvido com o objeto e é por isso que, segundo Netto (2011), exclui-se qualquer pretensão de neutralidade durante a pesquisa.

Pereira (1990, p. 14) observa que o homem “[...] não teoriza só porque pensa. Teoriza também porque sente, porque age. E seu ato teórico tem tanto a ver com seu desejo, sua paixão, e sua ação do que com a sua racionalidade”. A partir dessas considerações, pode-se notar que a teoria não é um conceito isolado, mas que vai além do pensar, ela é um ato humano e, portanto, possui relação com a dimensão prática.

No que concerne ao conceito de teoria, Pereira (1990), analisando o termo etimologicamente, o qual possui origem grega, aponta que é identificado na maior parte das definições como contemplação, ato contemplativo. O autor identifica que a maior das definições aponta a teoria como significado de doutrina, de um sistema de ideias. Para Pereira (1990), em ambos os sentidos está presente a ideia de contemplação abstrata, intelectual. Entretanto, para ele, é preciso ir além do sentido estritamente etimológico, pois apenas a etimologia não nos permite pensar a teoria para além do sentido de abstração, ou seja, para além do plano das ideias.

O autor adverte que essas questões não são fáceis e envolvem muitas “confusões” que a escola, a cultura, a tradição e a vida engendraram em nós. Na perspectiva do autor, o ato de teorizar não é um ato simplesmente intelectual, racional,

isolado, no sentido de apenas produzir teorias, mas a teoria, por ser uma questão antropológica, envolve muitos outros aspectos humanos além do pensar, mas sentir, desejar, estar em relação com o outro e o mundo. Ao conceituar teoria, Kameyama (1989) a define como

[...] a forma de organização do conhecimento científico que nos proporciona um quadro integral de leis, de conexões e de relações substanciais num determinado domínio da realidade. É um sistema de representações, ideias, referentes à essência do objeto, a suas conexões internas, às leis do seu funcionamento e aos processos e operações no domínio teórico e prático da realidade. (KAMEYAMA, 1989, p. 100).

Na direção da autora, é possível visualizar que a teoria é o ponto de partida, na qual vai se apropriando do concreto e ao se apropriar deste concreto vai transformando-o em concreto pensado, porém, para este enfrentamento teórico é necessário conhecer o mundo à sua volta, obedecendo ao rigor teórico científico que norteia os homens no processo árduo do conhecimento.

Outra referência que contribui para essa discussão se encontra nas obras de Vázquez (2011). Para o autor, o objeto, matéria-prima da atividade teórica são as sensações, percepções, tendo como objetivo elaborar ou transformar essa matéria no plano das ideias e não no plano material concreto, para produzir, então, teorias que expliquem uma dada realidade ou modelos que possam representar uma realidade futura. Para o autor, “[...] a atividade teórica proporciona um conhecimento indispensável para transformar a realidade, ou traça fins que antecipam idealmente sua transformação, mas tanto em um como no outro caso a realidade efetiva permanece intacta” (VÁZQUEZ, 2011, p. 234).

A partir do que Vázquez (2011) nos aponta acerca da teoria, pode-se entender que ela, por si só, não tem por finalidade uma alteração no real, mas possibilita a construção de um conhecimento sem o qual não é possível a transformação da realidade. Desse modo, de acordo com o que apresenta esse autor, é possível desmistificar a ideia tão presente no imaginário social de que a teoria necessita de uma aplicabilidade prática, de que a “teoria precisa ser posta em prática”. Nessa mesma perspectiva, Santos coloca que

A teoria quer conhecer, pelo pensamento, o que está produzido, ou seja, conhecer a prática social para poder modificar essa produção (material, social, espiritual). A teoria oferece, assim, a interpretação do real.

Transformar esse real está no âmbito da prática social e requer outras mediações. Conhecer o real, interpretá-lo, é condição para transformá-lo, mas somente conhecer não basta, apesar de imprescindível (SANTOS, 2016, p. 267).

Ressalta-se, então, que a teoria por si só não transforma a realidade, ela direciona o processo de conhecimento e de interpretação. Kameyama (1989, p. 100) apresenta uma ideia semelhante, definindo que “[...] a teoria consiste também num conjunto de princípios e exigências interligadas que norteiam os homens no processo de conhecimento e na atividade transformadora”. Para essa autora, tal como para Santos (2016), ambas ancoradas na produção teórica de Vázquez, o conhecimento visa à transformação, sendo que a teoria em si não transforma o mundo. A teoria pode contribuir para a transformação, mas com a condição de que os homens vislumbrem a transformação, por meio de ações efetivas. O conhecimento é que poderá proporcionar, por meio da prática social, a transformação. Assim, é preciso ficar evidente que a teoria não possui o papel de transformação.

Ademais, Baptista e Battini (2009, p. 29) trazem que “[...] a teoria é a chave explicativa que permite formular o esquema de análise e instrumentalizar o diálogo do profissional com a realidade”. Assim, o conhecimento teórico, mas não somente ele, de forma isolada, permite ao profissional estabelecer mediações necessárias para compreender e intervir na realidade, para além das questões aparentes.

A partir das breves reflexões no que se refere à teoria é possível discutir sobre prática e *práxis*, até mesmo porque dentro da teoria crítica marxista, a *práxis* ocupa um lugar de destaque, pois envolve o trabalho, mas não se limita a isso, pois abarca todas as objetivações humanas. Assim, é por meio da *práxis*, entendida como categoria histórica, que o ser social realiza e projeta suas objetivações materiais e ideias, constituindo-se como gênero humano (NETTO; BRAZ, 2007).

Marx define a prática não como sendo uma atividade de espírito, mas como uma prática material. De acordo com Santos (2011), a prática material se traduz na transformação da natureza pelo homem através do trabalho, o qual se constitui como categoria central para a compreensão da sociedade, sendo que o trabalho é condição necessária à transformação do homem. Santos aponta que

[...] a noção de prática se define em oposição ao caráter especulativo e contemplativo da filosofia idealista, de modo que é entendida não como mera atividade da consciência, mas como atividade real, objetiva, material

do homem social, que só pode ser assim considerado em e pela práxis (SANTOS, 2011, p. 16).

A prática encontra-se em unidade indissolúvel com a teoria. Nesse sentido, a teoria e prática possuem aspectos inseparáveis no processo de conhecimento, devendo ser consideradas enquanto unidade, uma vez que além de a teoria nutrir a prática, ela também indica o caminho da transformação por meio da prática social. Santos (2011) aponta para a necessidade de se ter uma compreensão adequada sobre o que é prática e o que é teoria no materialismo histórico-dialético, pois uma compreensão inadequada sobre tais conceitos leva a uma também equivocada compreensão acerca da intervenção profissional do Serviço Social.

É importante compreender que essa intervenção exige um conhecimento capaz de superar a “[...] imediaticidade da vida cotidiana” (GUERRA, 2009, p. 7), que é o espaço da práxis realizada pelos assistentes sociais e onde esses realizam suas ações, ou seja, o lócus para a prática profissional a partir do conhecimento. (CARVALHO; NETTO, 2007).

3.2 AS DIMENSÕES TEÓRICO-METODOLÓGICA, TÉCNICO-OPERATIVA E ÉTICO-POLÍTICA NO COTIDIANO DOS ASSISTENTES SOCIAIS NA REGIÃO DO VALE DO IVAÍ

Guerra (2012) destaca que o exercício profissional é formado de múltiplas dimensões, “que se auto implicam, se autoexplicam e se determinam entre si” (GUERRA, 2012, p. 01). Ou seja, elas são constituintes do Serviço Social construídas ao longo da história caracterizam o modo de ser da profissão, expressando uma diversidade na unidade. Na mesma perspectiva, Santos (2013) observa que exercício profissional é caracterizado pela articulação dessas dimensões. Ademais, a autora destaca como elas se colocam no agir do assistente social:

[...] teoria como instrumento de análise do real, onde ocorre a intervenção profissional (dimensão teórico-metodológica) para criar estratégias e táticas de intervenção (dimensão técnico-operativa), comprometidas com um determinado projeto profissional (dimensão ético-política) (SANTOS, 2013, p. 26).

De acordo com Santos (2002), o termo “*dimensão*” não é usado de forma unívoca na literatura do Serviço Social, sendo substituído muitas vezes por “[...] ‘competência’, ‘elementos fundamentais’, ‘aspectos do saber-fazer’, ‘pressupostos’, ‘determinações’,

‘diretrizes que orientam a prática’, ‘perspectiva’” (SANTOS, 2002, p. 24). Todavia, destaca a autora, que todas essas denominações são intituladas para fazer referência ao mesmo objeto.

Assim sendo, “[...] o termo dimensão remete às propriedades, mas no sentido de seus pressupostos, de suas direções, de seus princípios fundamentais, que contribuem para a concretização da profissão e que formam a sua base” (SANTOS, 2002, p. 24). Importante salientar que as dimensões aqui referenciadas não remetem somente à atuação profissional, no sentido de agir, mas compreendem, sobretudo, habilidades, atitudes, capacidades, valores, princípios, conhecimentos, competências, atribuições, observando as particularidades do fazer profissional.

É a partir dessa perspectiva que se associa, em referenciais teóricos do Serviço Social contemporâneo: a dimensão técnico-operativa à possibilidade do exercício profissional que ultrapasse a mera manipulação de variáveis empíricas necessárias a respostas às demandas cotidianas postas para os assistentes sociais; a dimensão ético-política ao delineamento da posição política profissional ao lado da classe trabalhadora, observando os princípios éticos estabelecidos na profissão e a dimensão teórico-metodológica a aportes fundamentais à orientação cotidiana do trabalho dos assistentes sociais.

Sobre essa última dimensão, importa ressaltar que se refere à defesa de uma determinada perspectiva, em relação ao conhecimento da realidade social: uma perspectiva que tem como fonte a teoria social de Marx. A esse respeito, Lara (2008, p. 40) destaca que “o conhecimento para o Serviço Social não é apenas uma forma de saber, mas, principalmente, uma maneira de compreender em primeiro momento e, posteriormente, apresentar caminhos seguros para transformar a realidade social”.

Na defesa dessa articulação entre o conhecimento e a possibilidade de transformação de aspectos de uma realidade social, Guerra (2009) ressalta que conhecimento é um processo que clarifica a realidade social, o que, segundo a autora, é fundamental para os assistentes sociais que inscrevem suas ações profissionais, em última instância, em aspectos do movimento dessa realidade.

A autora observa que não se deve desconsiderar a historicidade dos processos sociais, a particularidade do conhecimento sobre o ser social e o método que possibilita esse conhecimento. Para ela, existem níveis e graus de abrangência do conhecimento que permitem uma forma de apropriação do mundo, ou seja, quando a busca para compreensão da realidade parte somente de um espírito prático é diferente de quando se

busca essa mesma compreensão a partir de um conhecimento teórico. Tais considerações da autora auxiliam na reflexão crítica sobre a dicotomia entre teoria e prática, que tende a aparecer, sobretudo, no cotidiano profissional. E a defesa da perspectiva teórico-metodológica, fundada na teoria social de Marx, é essencial para a superação de tal dicotomia.

Ainda segundo Guerra (2009), é possível verificar que cada modalidade de conhecimento²⁵ permite uma forma de apropriação da realidade e do mundo. De acordo com a autora, “[...] a apreensão do real pela teoria é diferente da sua apreensão pela arte, pela religião, pela prática” (GUERRA, 2009, p. 93). Nesse sentido, o conhecimento teórico, embora seja um entre tantos tipos de conhecimento, é o mais universal e mais completo, uma vez que, “[...] ele busca captar e reproduzir o real por meio do pensamento” (GUERRA, 2009, p. 93).

Guerra (2009) destaca, ainda, que um conhecimento que deriva da razão dialética supera a visão aparente e imediatista, que tende a aparecer como requisição profissional no cotidiano de trabalho dos assistentes sociais. Pela perspectiva da razão dialética, compreende-se o objeto em sua totalidade e em sua capacidade de transformação. É a partir do conhecimento que deriva dessa razão que o assistente social tem suporte para compreender com profundidade os processos sociais e as demandas que emergem da questão social e, então, propor intervenções profissionais.

Ao falar da razão dialética, Guerra (2009) a situa na perspectiva do materialismo-histórico e se refere, portanto, ao conhecimento teórico fundado na teoria social de Marx, o qual, para a autora, é o conhecimento completo, que, por sua vez, exige rigor teórico metodológico.

Nesta concepção, o processo do conhecimento se inicia pelos órgãos de sentido, pela intuição e pela representação e vai passando por outros condutos da razão até chegar ao nível mais alto do conhecimento que é o da razão crítico-dialética. Mas o processo de conhecimento pode se limitar a níveis inferiores e não alcançar o nível da razão dialética. Se o conhecimento não ultrapassa o nível da intuição e da experiência, a realidade pode aparecer mistificada. Só não o será quando a realidade é captada e reproduzida pelo pensamento crítico-dialético (GUERRA, 2009, p. 15).

²⁵ Para Guerra (2009, p. 93), “cada modalidade do conhecimento nos permite uma forma de apropriação do mundo. A mais elementar é a apropriação através do espírito prático, manipulador, realizado no e pelo cotidiano”.

Tal perspectiva é um contraponto ao conhecimento adquirido a partir do senso comum, e que tende a ser reproduzido no cotidiano do trabalho. Tal nível de conhecimento se baseia na ideia de que “só se aprende a fazer fazendo”. Trata-se de uma perspectiva que não ultrapassa o plano do pragmatismo²⁶ que, segundo a autora, possui suas expressões no Serviço Social. A autora observa que:

[...] o pragmatismo, como representação ideal da imediaticidade do mundo burguês, encontra o solo mais adequado para influenciar a profissão dos pontos de vista prático e profissional, teórico e ideopolítico. Porque considera que o significado das coisas, dos processos e das práticas sociais, reside neles próprios e rebate sobremaneira nas intervenções sociais e profissionais, afetando não apenas as profissões e os assistentes sociais, mas os sujeitos sociais do mundo burguês e as profissões interventivas como um todo (GUERRA, 2013, p. 40).

Para a autora, na trajetória histórica do Serviço Social, o pragmatismo encontrou terreno fértil como orientação teórica, tanto nos profissionais inseridos na academia quanto nos que estão na execução e planejamento das políticas públicas. Denota-se que há, no pragmatismo, uma supervalorização de um saber puramente prático, que só será considerado válido se apresentar uma solução imediata às demandas postas. Nesse sentido, Guerra (2013, p. 42) salienta que o pragmatismo

[...] é também responsável pelo profundo desprezo que, em geral, alguns profissionais sentem por uma teoria crítica, não por qualquer saber, não pelo saber prático-instrumental, mas por aquele que efetivamente busca os fundamentos e, por isso, nem sempre se reverte em respostas imediatas.

Cabe destacar que o Serviço Social, em percurso histórico, apropriou-se de diversas teorias, porém, “[...] desvendar a profissão é, também elucidar a herança cultural a partir da qual se constrói explicação sobre o seu fazer, expressa no discurso profissional” (IAMAMOTO, 2014, p. 621). Nesse sentido, deslindar a interlocução do Serviço Social com outras correntes teóricas durante sua trajetória sócio-histórica é também

²⁶ O pragmatismo surgiu nos Estados Unidos em 1870, através de um grupo de pensadores de Cambridge que se reuniam para debates filosóficos. Essa corrente filosófica possui Charles Sanders Peirce como seu fundador. Todavia, William James e John Dewey ampliaram as discussões vinculadas ao que é útil e prático. De acordo com Kinouchi (2007, p. 215), “(...) um indivíduo pragmático é aquele que não se prende de antemão a princípios ideológicos ou fundamentações metafísicas, mas sim lida com as questões tendo em vista suas consequências práticas”. Dessa forma, ao analisar o conhecimento através da ótica pragmática, é possível afirmar que esse tipo de conhecimento está vinculado a um saber racional, com uma finalidade estritamente prática.

compreender o legado deixado por essas matrizes teóricas, uma vez que, desde sua gênese, o Serviço Social estabeleceu um diálogo privilegiado com o pensamento social católico e o conservador europeu, além de aproximações com as concepções teóricas estrutural-funcionalistas e de incorporação de rudimentos da psicanálise (IAMAMOTO, 2014). Além dessas aproximações, houve um estreitamento com o universo da tradição marxista, mesmo que tardiamente, proporcionado através do Movimento de Renovação do Serviço Social²⁷.

Netto (2011, p. 70) afirma que “[...] a legitimação profissional é localizada no embasamento teórico”. O conhecimento teórico é importante para analisar com profundidade as demandas postas ao Serviço Social, a situação das pessoas atendidas, fazendo relação do geral para o particular. Também para a escolha de instrumentos e procedimentos interventivos se tornam mais apropriados para serem utilizados na execução das ações profissionais. Esse conhecimento teórico deve estar aliado a uma visão de homem e de mundo, pois não ocorre desconectado de uma determinada realidade. Tonet (2013), ao refletir sobre o conhecimento, afirma que esse é “[...] sempre produzido em uma determinada situação histórico-social, em resposta a determinadas questões enfrentadas pela humanidade” (TONET, 2013, p. 103). Assim, o conhecimento possui uma relação mediata com a realidade e sua transformação, pois as possibilidades de intervenções não estão desconectadas do momento histórico-social.

Nessa perspectiva, a afirmação da importância da matriz teórico-metodológica no Serviço Social se refere à magnitude do conhecimento, sobretudo para subsidiar o compromisso com a qualidade dos serviços prestados aos usuários das políticas operacionalizadas e/ou gerenciadas pelos assistentes sociais na defesa dos interesses dos usuários dessas políticas. Destaca-se que a atuação profissional é permeada por inúmeras particularidades e contradições, exigindo do profissional conhecimento e um profundo saber teórico-prático.

²⁷ É importante assinalar que o Movimento de Renovação se refere ao contexto brasileiro do Serviço Social e se insere no bojo de um processo mais amplo, qual seja o Movimento de Reconceitualização, que se processou na América Latina. Ainda, cabe pontuar que “[...] um movimento de reconceitualização profissional não tem data de início, data de término, tampouco um elenco determinado de autores, bem como não se cinge a alguns locais” (KRUG, 2015, p. 61). Dessa forma, não se pode atribuir o início de tal movimento a um momento de descoberta pontual, nem em um dia ou mês específico, pois este quadro de reconceitualização não se inicia no Brasil, possuindo ligação direta, “[...] com um arco de razões a que pode creditar o fenômeno, aliás imbricado numa série de outros similares – afinal, os anos 1960 foram marcados por alguns terremotos econômico-sociais, políticos e ideoculturais que vincaram indelevelmente a face da história, da sociedade e da cultura contemporâneas (NETTO, 2015, p. 186). Esta gradual e lenta ruptura com o tradicional-conservador que se arrastou por mais duas décadas, denominou-se na América Latina, a partir de 1965, de “Movimento de Reconceitualização (ou Reconceitualização) do Serviço Social” (NETTO, 2015).

Diante dessa exigência, Guerra e Forti (2009) refletem sobre a importância da formação profissional do assistente social. Para elas, durante o processo de formação profissional o currículo deve proporcionar um referencial teórico-metodológico capaz de possibilitar a tomada de decisão ancorada numa reflexão prévia, distante de uma resposta imediata sem aproximação com a realidade. As autoras apontam que o desafio na formação tem se constituído

[...] em formar profissionais capazes de atuar na realidade, por meio da identificação e da apropriação crítica de suas demandas e das demandas a eles dirigidas, reconfigurando-as e enfrentando-as de maneira eficaz e eficiente - ou seja, em modo consonância com o sentido mais profundo da expressão trabalho profissional. Entendemos que só assim estarão dadas aos assistentes sociais as possibilidades de construir estratégias sociopolíticas e profissionais para responderem às reais demandas e aos requisitos da profissão. (GUERRA; FORTI, 2009, p. 10).

Nesse sentido, as Diretrizes Curriculares para os cursos de Serviço Social, de 2002, apontam para uma formação capaz de

[...] viabilizar uma capacitação teórico-metodológica e ético-política, como requisito fundamental para o exercício de atividades técnico-operativas, com vistas à compreensão do significado social da profissão e de seu desenvolvimento sócio-histórico, nos cenários internacional e nacional, desvelando as possibilidades de ação contidas na realidade; identificação das demandas presentes na sociedade, visando a formular respostas profissionais para o enfrentamento da questão social (ABEPSS, 2002, p. 01).

Diante do explicitado, não há possibilidade de pensar em intervir em uma dada realidade sem um conhecimento prévio dos aspectos do movimento dessa mesma realidade que, inevitavelmente, rebatem no cotidiano profissional. Nesta perspectiva, Cardoso (2016), observa que

Falamos, portanto, de uma formação que deve dar conta de orientar o pensar e o agir, proporcionando bases reflexivas ao futuro profissional, preparando-o para sua ação como um profissional crítico, reflexivo e interventivo. Um profissional que saiba ler e interpretar a realidade para, a partir de tal leitura, encontrar estratégias e táticas de intervenção nesta, podendo transformá-la ou reforçá-la de acordo com sua visão de homem e mundo, seu projeto profissional e o movimento da própria realidade (CARDOSO, 2016, p. 432).

É necessário um conhecimento produzido durante todo o processo de intervenção nesta realidade e, ainda, um conhecimento posterior que pode ser sistematizado sob a forma de arsenal teórico. Ressalta-se, assim, a fundamental importância de o assistente social realizar uma reflexão sobre a sua intervenção e sobre a própria profissão. É por isso que não há como tratar de intervenção sem tratar de conhecimento teórico. A esse respeito, Iamamoto (2015) destaca que

Um dos maiores desafios que o Assistente Social vive no presente é desenvolver sua capacidade de decifrar a realidade e construir propostas de trabalho criativas e capazes de preservar e efetivar direitos, a partir de demandas emergentes no cotidiano. Enfim, ser um profissional propositivo e não só executivo (IAMAMOTO, 2015, p. 20).

Não há, portanto, como pensar o assistente social apenas como aquele que executa ações práticas, isoladas e desprovidas de um posicionamento e sem um exercício prévio e constante de conhecimento da realidade social. Para Guerra (2009), é um equívoco pensar que o atendimento de demandas profissionais pode se dar sem ancorar-se nas bases teóricas, pois as demandas com as quais se atua são multideterminadas e, portanto, as respostas para elas não advêm de escolhas aleatórias, meramente instrumentais, mas exigem conteúdos críticos, situados também no campo dos valores e que estejam articulados a um projeto profissional.

Ainda na perspectiva de relacionar a dimensão teórico-metodológica à técnico-operativa, Guerra (2012) destaca que a dimensão teórico-metodológica

[...] capacita para operar a passagem das características singulares de uma situação que se manifesta no cotidiano profissional do assistente social para uma interpretação à luz da universalidade da teoria e o retorno a elas. O conhecimento adquirido através deste movimento possibilita sistematizações e construções teórico-metodológicas que orientam a direção e as estratégias da ação e da formação profissional (dimensão formativa), bem como permite aprofundar os fundamentos teóricos que sustentam as intervenções profissionais. (GUERRA, 2012, p. 12).

Denota-se que a dimensão teórico-metodológica deve propiciar a apreensão do método e teorias. O Serviço Social apoia-se na teoria social crítica de Marx, conforme já explicitado nesta dissertação, tendo como base a análise crítica do concreto, ou seja, utiliza-se desse método para interpretação da realidade onde intervém. Para Lewgoy (2010, p. 163), “a dimensão teórico-metodológica consubstancia-se na interlocução entre história, teoria e método, requerendo, para tanto, conhecimento que apreenda a realidade

em seu movimento dialético”. A autora afirma, ainda, que o método é o meio pelo qual se estabelece o vínculo entre a teoria e o objeto a ser pesquisado, ou seja, uma intrínseca relação entre o sujeito que investiga e o objeto investigado (LEWGOY, 2010).

Conforme já abordado anteriormente, o Serviço Social está inserido na divisão social e técnica do trabalho, sendo que se constitui enquanto uma especialização do trabalho coletivo, necessitando, dessa forma, oferecer respostas e apresentar soluções diante das demandas que lhe são postas. No entanto, necessita de “[...] fundamentos teórico-metodológicos, conhecimentos e saberes interventivos, habilidades técnico-profissionais, procedimentos teórico-metodológicos e de uma perspectiva ética como clara orientação estratégica” (GUERRA, 2017, p. 51). Nesse sentido, segundo a autora, as respostas às demandas profissionais não podem ser dadas sem qualquer embasamento teórico, pois assim estaríamos reduzindo o fazer profissional exclusivamente à dimensão técnico-operativo, apenas com o objetivo da resolutividade em um nível de imediaticidade.

A intervenção profissional deve aliar “o que” e o “como fazer” ao “por que fazer”, “para quem fazer” e “com o que fazer” (GUERRA, 2017). Demonstra-se, dessa forma, a unidade entre o conhecimento teórico e a intervenção profissional durante as ações profissionais. É primordial considerar a dimensão teórico-metodológica no processo de desvelamento do real. A partir do exposto pela autora, pode-se afirmar que, durante o cotidiano profissional do assistente social, as bases teóricas devem ser utilizadas para interpretação da realidade à luz da universalidade da teoria e o retorno a elas (GUERRA, 2017).

É possível entender que a dimensão teórico-metodológica é imprescindível ao profissional, pois possibilita uma leitura crítica da realidade social na sua totalidade e refrações. Todavia, quando se perguntou aos entrevistados desta pesquisa se dentre as dimensões havia alguma que não estava tão presente em seu cotidiano profissional, alguns profissionais afirmaram que a dimensão teórico-metodológica é a que menos aparece:

O que menos se destaca é o talvez o teórico metodológico, mas a questão da teoria em si, métodos são utilizados, instrumentais, mas a teoria, nem sempre (AS1).

A gente precisa das três né? para fazer a execução do nosso trabalho, porém eu penso que a que acaba aparecendo pouco, embora a gente fala muito sobre ela, é a teórico-metodológica. Eu vejo assim: nos próprios atendimentos, a questão ali de fazer a junção da teoria, trazer o contexto ali para o usuário, nem sempre eu consigo fazer nos atendimentos, eu vejo que pra mim acaba faltando (AS3).

(...) eu, particularmente, quando eu me distancio, às vezes, porque a gente não consegue diariamente tá recuperando e lendo né, pra dar luz né as intervenções... (AS5)

Olha, a menos presente que eu sinto, que nem eu disse, é a questão da teoria, mesmo, da teórico-metodológica, né, de conseguir ter maior tempo pra vincular a prática com a teoria (...) meu maior desafio é a questão da teórico-metodológica mesmo, que é a teoria e o estudo sobre as novas práticas, as novas configurações e tudo mais, né (AS6).

Denota-se, nesses depoimentos, um afastamento da dimensão teórico-metodológica no exercício profissional, o que se dá em razão de uma conjuntura que exige respostas cada vez mais imediatas, desvalorizando o aporte teórico ao requerer profissionais que ofereçam respostas aligeiradas, sem aprofundamento teórico e análise crítica da realidade. Nessa perspectiva, Guerra (2005) aponta que o jargão “na prática a teoria é outra” sustenta-se em princípios burgueses, de uma teoria de resultados, na qual a teoria tem valor e alcance ao passo que pode oferecer respostas prático-empíricas à realidade. Ou seja, trata-se de um ideário que ultrapassa o âmbito de uma profissão.

A autora salienta que as consequências ideológicas daí derivadas se traduzem na tendência de considerar os pressupostos teóricos como inúteis, impotentes, inoperantes, por não responderem de forma imediata ao que a sociedade exige. A partir do que é observado pela autora, é importante que o Serviço Social discuta qual é a compreensão de teoria e prática que vem direcionando o exercício profissional. Guerra (2005) assim observa:

Produto necessário do processo de reificação é uma concepção de conhecimento que não ultrapasse a aparência dos fatos; que não supere o âmbito da experiência imediata; que conceba os fenômenos na sua positividade; que descarte o seu movimento de constituição e que, por isso, não seja capaz de captar o movimento; que suprima as mediações sociais constitutivas e constituintes dos processos; que defenda a impossibilidade de conhecer a essência (a coisa em si). Sem o conhecimento dos fundamentos, a elaboração teórica nega-se a si mesma. Esta forma de produção do conhecimento vira presa fácil para servir de instrumento de manipulação (GUERRA, 2005, p. 04).

Ao refletir sobre a dimensão aludida, Guerra (2005) observa que, para reconhecer as contradições existentes na sociedade, é necessária a adoção de um referencial teórico-metodológico, ultrapassando a imediatividade do cotidiano. Articular a profissão à realidade é um dos maiores desafios da profissão. A esse respeito, Iamamoto (2001)

considera que o Serviço Social não atua sobre a realidade, mas na realidade e que, dessa forma, analisá-la e compreendê-la é parte constituinte da profissão e não “[...] pano de fundo que emolduram o exercício profissional” (IAMAMOTO, 2001, p. 55).

Sendo assim, no exercício profissional, deve-se buscar o rompimento com qualquer relação de exterioridade entre profissão e realidade, ou seja, a atuação profissional deve estar voltada para além da aparência, realizando a reprodução ideal do movimento real do objeto pelo sujeito que busca conhecer e intervir na realidade. Diante das complexidades que a realidade impõe à atuação profissional, é impensável o assistente social não desenvolver a dimensão teórico-metodológica em seu cotidiano. Para Guerra (2005, p. 7), “esta dimensão, a nosso ver, tem que se constituir, cada vez mais, em uma requisição e exigência sócio-profissional”.

A dimensão teórico-metodológica deve estar articulada com a dimensão investigativa, pois permite o conhecimento da realidade capaz de contribuir na busca de estratégias adequadas para os usuários que buscam respostas nas políticas sociais. Guerra (2005) enfatiza a relevância dessa dimensão tanto para a profissão como para os usuários atendidos nos espaços onde se inserem assistentes sociais:

Esta é uma mediação fundamental, posto que permite uma revisão dos fundamentos técnicos, teóricos e ético-políticos que orientam a profissão, conduzindo seu avanço no sentido de que aponta tendências e permite uma antecipação, a reconstituição de objetos de intervenção, a apreensão de demandas emergentes, a reconfiguração das demandas: ela é a dimensão do novo. É através desta dimensão que se pode fazer a crítica ontológica do cotidiano. A dimensão investigativa permite também a produção de conhecimentos voltados para os interesses dos setores populares que são os usuários das instituições às quais nos vinculamos (GUERRA, 2005, p. 13).

Segundo Netto (2011), os assistentes sociais são chamados a propor respostas a demandas que emergem do movimento do real e que, muitas vezes, os surpreendem. O autor destaca que o assistente social se “movimenta” dentro do seu espaço sócio-ocupacional dando-lhe um fundamento profissional. Ou seja, a partir do momento em que ele está imerso em seu ambiente de trabalho passa a se movimentar dando respostas dinâmicas ao que for requisitado através de um aparato teórico e científico e de instrumentais técnico-operativos, ancorado em princípios éticos.

Contudo, o que se observa na contribuição de alguns sujeitos desta pesquisa, com relação às respostas às demandas que comparecem no seu espaço profissional, nota-se um apoio maior nas legislações e orientações técnicas da política de assistência

social no direcionamento de suas ações profissionais. A esse respeito, quando questionados sobre o aporte teórico ao qual recorrem para um atendimento com qualidade, registramos respostas da seguinte natureza:

(...) no município eles têm uma lei da política de assistência social, então já aconteceu em vários momentos de ter que recorrer principalmente a essa lei ou a própria lei do SUAS mesmo, pra gente conseguir dar um atendimento de qualidade para o usuário (AS2).

(...) pra mim essa questão de recorrer a um apoio maior principalmente nas resoluções, as leis, é fundamental pra gente poder ofertar um atendimento de qualidade pro usuário dentro do que é possível (AS3).

(...) eu precisei procurar muito a legislação [...] Primeiramente eu busco em legislação, a legislação que define (AS7).

(...) não sou muito de ficar recorrendo a teoria em si, sabe, de seguir um padrão. [...] Então eu acabo não seguindo muito um padrão assim, sabe, de documentação, de legislação, de ficar buscando não (AS8).

Por um lado, essas contribuições vão no sentido contrário ao exposto pelo autor acima citado, que enfatiza o movimento do profissional na busca de aportes teóricos e reforça que o agente técnico não é um mero executor, mas, pode ser um profissional propositivo e criativo, mesmo diante das condições muitas vezes adversas. Por outro, observa-se reflexões de profissionais que não limitam suas respostas a alternativas imediatas e que manifestam inquietações e necessário apoio teórico, ainda que reforcem o indispensável conhecimento da legislação que regula a política pública em que atua:

(...) mas às vezes aquilo fica na minha cabeça e procuro saber mais, me atualizar, principalmente na questão legislativa. Olha, eu sempre tô tentando buscar na teoria, o que a gente estudou na faculdade, o que a gente tem de leitura, tentar sempre tá conciliando a teoria e a prática (AS1).

(...) a gente precisa buscar mesmo na teoria, procurar por leis, às vezes voltar na teoria do Serviço Social para compreender aquela situação mais profundamente (AS4).

Dentro do CRAS? Ah, assim, basicamente as legislações e normativas da área, da assistência social e da tipificação que diz qual o trabalho dentro do CRAS, como que deve ser desenvolvidos os serviços referenciados aqui (...) por exemplo, num estudo social para viabilizar um acesso ao BPC, ou encaminhamento para alguma política pública, então a gente tem que ter um embasamento, né? Até pra responder as vezes casos, ofícios que vem da administração, do prefeito, da gestão, então a gente precisa recorrer por vezes a base teórica para isso (AS5).

(...) tô sempre tentando buscar na teoria, né, conhecer na teoria o que vai me embasar, e muito a realidade social que essas famílias tão vivendo (AS6).

Para compreender a realidade e nela intervir é necessário conhecimento teórico. Guerra (2009, p. 4) aponta que “a necessidade de atuarmos sobre a realidade é o que nos conduz ao conhecimento. Não obstante, para intervir, é preciso conhecer, para o que há que se ter procedimentos adequados”. É possível, portanto, perceber a relevância da dimensão teórico-metodológica do Serviço Social e a sua intrínseca relação com o conhecimento de particularidades da realidade social que comparecem nas demandas postas no cotidiano do assistente social.

Iamamoto (2014) salienta que o assistente social atua em diversas particularidades da classe trabalhadora, como saúde, alimentação, educação, habitação, gênero, previdência social, violência, etc. De fato, essa múltipla atuação profissional também é identificada nas principais demandas de trabalho postas aos assistentes sociais que atuam nos CRAS da Região do Vale do Ivaí, que intensificou-se durante a pandemia, conforme os relatos abaixo:

(...) trabalho bastante com adolescente, também estou trabalhando bastante com o INSS, por isso que te falei de sistema, porque o sistema do INSS, estamos tendo bastante dificuldade, benefícios, orientações sociais, tem bastante aqui a demanda (AS1).

Aqui, benefícios eventuais, infelizmente ainda é uma realidade ainda dos municípios pequenos. O município de (...) é um município com vulnerabilidade social muito grande então a busca por benefícios eventuais é alta (AS2)

De 2020 pra cá no auge da pandemia o que mais se apresenta aqui é a questão da vulnerabilidade socioeconômica, a gente atende muito pedido de benefício eventual, principalmente para questão da alimentação, mas a gente também tem vivenciado muitas questões da moradia com várias pessoas com aviso de despejo que nos procuram que a gente infelizmente não tem nenhuma resposta palpável pra dar pra essas famílias. A gente tem aqui também a questão de pedido também de inclusão de crianças e adolescentes nos serviços de convivência. BPC então nem se fala (...) a gente tem aqui uma demanda crescente por habitação. (...) é um município que não tem um departamento, não tem um setor que cuide dessa demanda (...) a demanda do INSS, (...) tem uma agência aqui na cidade mas é um serviço que ficou totalmente inacessível, eles atendem só agendado, fora disso nada, então as pessoas vêm aqui do BPC ao auxílio doença, auxílio maternidade, então é uma demanda que não é minha mas a gente acaba atendendo porque você sabe que pode ser que volte pra cá. As questões do INSS crescem também exponencialmente (AS3).

(...) estamos tendo bastante casos de evasão escolar no município nesse momento, que tá chegando pra nós, é, tá chegando bastante casos (AS4).

Olha, no CRAS é bastante coisa [risos] (...) Mas, assim, no CRAS, eu atendo demandas desde orientações gerais, até de outras políticas públicas, né, ainda tem aquela questão que a população vem... até essa semana veio a questão de ver óculos de grau, é, medicamento, né, daí a gente orienta né... olha, isso é da política de saúde, então tem que procurar, que agora que nós temos assistente social lá na saúde e aí tem a questão também de BPC, Cadastro Único (...) BPC, benefício eventual, que é o auxílio alimentação, né, a cesta básica, auxílio passagem, auxílio funeral, e auxílio maternidade a gente tem previsto na lei mas não é regulamentado pelo conselho, então a gente não atende; e tem auxílio de documentos também, RG, CPF, então a gente faz esse processo também (...) É bastante coisa [risos], isso basicamente, né, que eu tô pensando... e tem o passe livre também, a gente monta (AS5)

No CRAS os principais são os benefícios eventuais que, assim, não tem como fugir disso porque aumentou muito na pandemia, que são as famílias em vulnerabilidade social; a segunda demanda são os idosos em relação a INSS ou que estão sem renda por falta da previdência social, né; e a questão da violência, nós estamos atendendo (...) Principalmente uma questão relacionada a gênero, e uma questão também relacionada a imigrantes, que nós atendemos aqui no município. Então, é uma demanda nova, que a gente tem que ter um suporte teórico para saber como intervir junto a essa demanda, principalmente na questão de gênero, como transexuais, homossexuais, que é uma demanda está vindo para o CRAS agora, antes não tinha, nós não atendíamos, principalmente pessoas transexuais, então nós estamos tendo que estudar para saber qual a melhor forma de garantir o acesso a direito para essa parte da população, né, pra essas pessoas e para os imigrantes também, porque nós estamos recebendo várias pessoas refugiadas de Cuba e acho que da Argentina, sei que vários estão buscando refúgio aqui e nós estamos atendendo também (AS6).

A primeira de todas é a demanda de cesta básica. E eu tô tendo bastante demanda de solicitação de pedido de certidão de nascimento. A gente tá tendo muito essa solicitação e eu tô vendo, assim, tem muita gente sem documento, principalmente o RG. O município de (...) tá sendo porta de entrada de muito imigrante venezuelano, e como é o meu primeiro emprego, né, eu precisei procurar muito a legislação, a questão do primeiro RG, que no caso deles não é RG, é outro documento, procurar ter um aporte teórico de como que a gente ia auxiliar, né, porque é uma demanda, no meu caso, muito nova e tá chegando cada dia mais, cada dia mais chega no município, e a gente tem que atender essa população, né (AS7).

Hoje, Julio, tá sendo muito a questão de benefício eventual. 80% da minha demanda é benefício eventual. Cesta básica. A pandemia aumentou muito essa demanda (AS8)

É através dessas particularidades que o assistente social tem acesso ao cotidiano dos indivíduos, efetivando, assim, sua intervenção profissional. A esse respeito, Heller (2014), ao analisar o cotidiano e a história, sublinha que

A vida cotidiana é a vida do homem inteiro [...] O fato de que todas as suas capacidades se coloquem em funcionamento determina também, naturalmente, que nenhuma delas possa realizar-se, nem de longe em sua totalidade. O homem da cotidianidade é atuante e fruidor, ativo e receptivo, mas não tem nem tempo nem possibilidade de se absorver inteiramente em nenhum desses aspectos; por isso, não pode aguçá-los em toda intensidade (HELLER, 2014, p. 31).

Ao ter acesso ao cotidiano é necessário compreender que ele não se reduz unicamente ao visível e aparente, pelo contrário, ele é inesgotável. Iamamoto (2014, p. 123) observa que “o cotidiano é a expressão de um modo de vida, historicamente circunscrito, onde se verifica não só a reprodução de suas bases, mas onde são, também, gestados os fundamentos de uma prática inovadora” .

A autora considera que a descoberta do cotidiano no exercício profissional é a “descoberta das possibilidades da transformação da realidade” (IAMAMOTO, 2014, p. 123). Por isso, é necessário ultrapassar a sua mera aparência, buscando descortinar para redescobrir todo o contexto histórico que o permeia. E diante da presença do assistente social junto às camadas populares, pode-se dizer que esse profissional é privilegiado pela apreensão das expressões da vida cotidiana. Iamamoto (2014) destaca, ainda, que essa proximidade aliada a uma bagagem científica, possibilita ao profissional superar o caráter pragmático e empirista que, não raras vezes, caracteriza sua intervenção, proporcionando uma visão totalizadora da realidade desse cotidiano e da maneira como é vivenciada pelos agentes sociais.

Guerra (2013) afirma que o cotidiano é o “solo ontológico” do exercício profissional. Segundo a autora, o cotidiano é o espaço privilegiado para reprodução das individualidades, bem como da sociabilidade, ademais

No âmbito do cotidiano, o imediatismo, o espontaneísmo e o ponto de vista da consciência comum predominam. Ação e pensamento estão organizados para responderem às demandas imediatas, na perspectiva de não colocar em risco a própria sobrevivência do sujeito e, conseqüentemente, sua reprodução social (GUERRA, 2013, p. 40).

A autora destaca que o cotidiano é um espaço casualmente propício à alienação, todavia, com possibilidades de desalienação. Isso se dá porque, embora o cotidiano se constitua enquanto um espaço da realização da consciência comum, também é o lugar da contradição que é própria da realidade.

O cotidiano profissional implica em ações pontuais, espontaneístas, imediatistas, ou seja, ações que muitas vezes se restringem ao cumprimento de ações rotineiras e mecanicistas, atendendo as requisições e interesses institucionais e que reforçam a ideia da resolutividade sem nenhum aprofundamento teórico para o atendimento daquilo para o qual o profissional é requisitado. A preocupação em “fugir” de ações imediatistas também compareceu em algumas respostas dadas pelos assistentes sociais:

(...) se eu não tivesse a formação que eu tenho, por vezes eu não conseguiria fazer um trabalho, por exemplo trabalhos continuados, atendimentos de acompanhamento, né, então, é, a base teórica que eu tive na graduação foi imprescindível, até pra gente não cair no imediatismo, né, que por vezes na hora da situação, a gente acaba fazendo as vezes alguma coisa que depois cê para e pensa “ô, não deveria ter feito dessa forma... deveria ter ido por esse caminho” (AS4).

Então assim, até pra gente conseguir, vamos dizer assim, controlar a ansiedade pra resolver aquela situação ou diante da dificuldade daquela situação a gente conseguir ter auto controle e pensar naquilo (...) recuperar aquilo que a gente estudou e tentar ver uma alternativa melhor que o imediatismo, né, que quando cê vai muito no imediato cê não consegue refletir sobre a sua atuação e talvez tem caminhos muito mais fáceis e se você não parar pra pensar cê vai por um caminho e acaba né, fazendo tudo ao contrário do que deveria (AS5).

A vida cotidiana possui uma relação íntima com a prática profissional dos assistentes sociais. De acordo com Santos, Filho e Backx (2017), “[...] o cotidiano, compreendido como o espaço em que se realiza a intervenção, nos permite pensar na forma como as demandas chegam às instituições e aparecem para o assistente social: imediatizadas, fragmentadas e heterogêneas” (SANTOS; FILHO; BACKX, 2017, p. 31). Dessa forma, é no espaço do cotidiano que a prática profissional se materializa, porém, é importante que as percepções profissionais ultrapassem a visão imediata, fragmentada e heterogênea. Isso porque, não refletir sobre as determinações e conexões dessas demandas fará com que o profissional, ao utilizar apenas do aporte teórico-metodológico, distancie-se de uma possibilidade de ação consciente, crítica e competente.

Sobre a possibilidade de ultrapassar essa imediaticidade própria da estrutura da vida cotidiana, observa-se, em algumas contribuições dos sujeitos desta pesquisa,

reflexões que a associam a encaminhamentos que requerem maior articulação com a rede de serviços, mas que se pautam em respostas pragmáticas e, que, por vezes, se distanciam da análise teórico-crítica em demandas apresentadas que são expressões da questão social. Muitas vezes, essas demandas trazem dificuldades para o assistente social relacionar as situações trazidas pelos usuários às expressões da questão social e, assim, ele tende a recorrer à política relacionada àquela demanda, contudo sem relacioná-la com um movimento mais amplo da realidade social:

(...) existem situações, casos em que às vezes a gente não consegue dar uma resposta no momento, tanto é que aqui a gente trabalha muito com a rede, porque às vezes você sozinha não consegue pensar numa situação que venha a resolver, não solucionar, mas amenizar aquelas questões sociais (AS1).

(...) quando é proteção especial a gente toma muito cuidado de você dar alguma informação, né, então quando acontece isso né, e quando acontece algumas coisas direcionadas assim a questão de rede, né, então assim, a gente toma esse cuidado, de tá ouvindo e depois dá um feedback pra família, né, se for o caso de tá fazendo uma visita, né, até com a própria rede, assim, mas acho que principalmente nesses casos assim, sabe, quando é proteção social especial e quando é diretamente o movimento com a rede, sabe, a gente toma mais o cuidado de se informar (...) a rede também é complicada, né, então assim, meu deus, quando eu identifico alguma demanda de proteção especial eu penso e agora o que que eu vou falar pra pessoa? Pra onde eu vou direcionar? Aí eu falo, é frustração que eu tenho... tem dias que eu penso: aí o que que eu tô fazendo aqui? Por que eu fiz isso, porque eu tô trabalhando nessa área? (AS8).

Ao analisar as características do cotidiano, Guerra (2017) afirma que a “[...] dinâmica do cotidiano é uma modalidade de intervenção socioprofissional que requisita ações instrumentais” (GUERRA, 2017, p. 53). A autora atribui algumas características à dinâmica do cotidiano: heterogeneidade, espontaneidade, imediaticidade e superficialidade extensiva. Além disso, observa que tais características adquirem particularidades no cotidiano profissional dos assistentes sociais. Diante dessas particularidades, um dos sujeitos entrevistados reconhece a necessidade do aporte teórico para subsidiá-lo. Contudo, ao falar sobre tal necessidade, revela uma tendência a associar as demandas que comparecem no cotidiano a partir de recortes de uma realidade que tende a se afastar da perspectiva de totalidade, conforme se extrai do seu relato:

(...) eu vejo a necessidade de o profissional se atualizar referente até a própria teoria que já foi estudada, então, o Serviço Social com grupos, por

exemplo, há anos atrás era de um jeito, agora já mudou; em período pós-pandemia, nós tivemos que se adaptar a realidade social de agora, então eu busco compreender mais o que foram esses dois anos de pandemia, para o meu público atendido, por exemplo, adolescentes, nós sabemos que dois anos longe da escola trouxe para vários adolescentes uma vida totalmente diferente, então nós temos que nos aprofundar na questão da adolescência, na questão da pandemia e os adolescentes e o trabalho em grupo, por exemplo, com eles, depois disso tudo. Então, assim, nós temos que nos atualizar em relação a isso, por exemplo, que é uma demanda espontânea que chega pra nós, mas nós temos que estar sempre buscando a teoria, para traçar novos objetivos, novas metas... (AS5).

Como nos salienta Guerra, “[...] as demandas do cotidiano são essencialmente diversas, o que exige do sujeito que oriente sua atenção totalmente a elas” (GUERRA, 2017, p. 54). Assim, durante a dinâmica do cotidiano, nem sempre é possível, por parte do profissional, uma distinção entre as demandas apresentadas, como demanda aparente, real, urgente, emergente, institucional, do usuário.

Sobre a espontaneidade, tem-se que as demandas vão se apresentando ao profissional e as respostas por vezes são quase imediatas e irrefletidas, pois “[...] o exercício profissional passa a se restringir ao cumprimento de rotinas institucionais, metas de produtividade, critérios de elegibilidade, e o profissional passa a responder mecanicamente no âmbito das determinações da instituição” (GUERRA, 2017, p. 55). Contudo, na análise do exercício profissional que supere tal restrição às demandas institucionais que exigem, muitas vezes, respostas imediatas dos profissionais, um dos sujeitos da pesquisa, ao refletir sobre a visita domiciliar, explica:

(...) olha, a visita domiciliar. Eu acredito que é um dos instrumentais nossos que eu sempre tô me policiando, porque não é fácil você como profissional chegar e adentrar a casa de alguém, eu sempre tô tentando ver além do que os meus olhos estão enxergando, né, porque a gente chega na casa da pessoa, a gente tá adentrando tudo, né, a cultura, os costumes, a forma que ela vive, uma roupa talvez que não tá no lugar que a gente acha que deveria, né... então eu acho que a visita domiciliar ainda é o meu maior desafio, que eu sempre tô tentando buscar algo a mais (AS6).

A superficialidade extensiva ocorre na dinâmica do cotidiano a partir do momento em que a análise frente à realidade é realizada de forma superficial, sendo que no cotidiano parece não haver espaço para o aprofundamento e a prioridade tende a ser oferecer respostas aos fenômenos. Costa (2001), ao discutir sobre a superação da superficialidade extensiva no trabalho do assistente social, destaca que “[...] a superação da superficialidade empírica do cotidiano é uma tarefa que os homens realizam ao

adotarem uma postura reflexiva frente à vida cotidiana. É pelo distanciamento reflexivo frente ao cotidiano, que o homem o compreende e analisa” (COSTA, 2001, p. 4). Desse modo, assumir uma postura dialética de indagação da realidade e não de conformismo pode contribuir para a superação da superficialidade frente às demandas. E é nessa perspectiva que se situa a contribuição de um dos sujeitos da pesquisa:

(...) numa situação, foi percebido que a estudante ela tava, assim, ela tava com dificuldade de, só um pouquinho [pediu para aguardar] tinha gente aqui... deixa eu falar... nós estávamos com uma aluna que ela tava nessa situação: ela tava com angústia, depressão pra voltar pra escola e todas essas questões, e nós percebemos que ela tava colocando algumas exigências para voltar pra escola, por exemplo, um celular, depois talvez mudar de uma escola pública para uma particular, essas exigências e eu identifiquei como um fetiche do capital mesmo, que ela estava tentando se adaptar a um fetiche que não é real, né, é uma família pobre, uma família necessitada, e ela com essa situação (AS6).

No depoimento acima, é possível notar que a profissional visualizou a demanda a ela apresentada, em seu cotidiano de trabalho no CRAS, de maneira ampliada, relacionando as situações postas a uma estrutura maior que determina as realidades vivenciadas pelas pessoas atendidas pelo Serviço Social.

Ainda sobre as características do cotidiano, o imediatismo também é uma delas e a ele se alia o espontaneísmo enquanto forma de intervenção profissional. No imediatismo, o foco é a meta e a responsabilidade do indivíduo, sendo que não ocorrem as mediações necessárias para respostas contundentes, pois para a superação de respostas imediatas é necessário apreender tais mediações. Conforme aponta Guerra (2017), a possibilidade de confrontar o imediatismo somente é possível através da

[...] apreensão das mediações que constituem os processos sociais e os vinculam a outros, já que estes só se explicam no seu movimento da constituição, na sua historicidade e na relação com os outros processos que se movimentam numa perspectiva de totalização (GUERRA, 2017, p. 55).

O cotidiano profissional é repleto de requisições e nem sempre as condições objetivas de trabalho são as mais adequadas à reflexão profissional. Por isso, muitos profissionais não conseguem estabelecer as mediações necessárias, resultando numa prática irrefletida. Infelizmente, essa realidade profissional também se apresentou nas entrevistas realizadas:

(...) os anos de profissão te dá uma segurança maior e aí você acaba resolvendo no imediatismo, no calor do momento você não tem tempo para pegar um livro e estudar, você tem uma vida aqui fora, tenho um filho pequeno, tem toda essa questão também, a vida vai mudando ao passar dos anos, daí você não consegue mais se dedicar pra estudar naquilo (AS1).

Às vezes o tempo pra reflexão é uma coisa muito difícil pra você juntar as duas. Porque a demanda ela chega no imediatismo, você precisa atender ela naquele momento e você não tem tempo de refletir, refletir sobre, tomar uma decisão correta muitas vezes, né (AS4).

A dinâmica do cotidiano tende a impossibilitar que se estabeleçam mediações da realidade social nele presentes, resultando em ações profissionais imediatas, o que interfere para avançar no planejamento, nas proposições de trabalho com vistas a coletivizar as demandas, ou seja, executar suas ações a partir de um ponto de vista teórico e crítico.

No cotidiano profissional não basta o atendimento com benefícios ou provisões, exige-se uma ação para além do aparente e de ações imediatistas, ações ancoradas em questionamentos e reflexões que permitam indagar o “porquê” de tais situações e condições. É preciso refletir: o que existe por trás de tais demandas? Qual o pano de fundo de tais situações? Isso só é possível através do conhecimento oriundo da razão dialética.

Nesse sentido, Iamamoto (2015) observa que “as bases teórico-metodológicas são recursos essenciais que o Assistente Social aciona para exercer o seu trabalho: contribuem para iluminar a leitura da realidade imprimindo rumos à ação, ao mesmo tempo em que a moldam” (IAMAMOTO, 2015, p. 63). Além disso, a autora observa que essa dimensão não pode ser acionada de forma desconexa das outras dimensões para não se tornar um teorismo, pelo contrário, deve, por meio dela, encontrar novas possibilidades. No entanto, alguns profissionais apresentam desafios em assegurar a dimensão teórico-metodológica no exercício profissional pelos seguintes motivos:

(...) a defasagem no meu conhecimento, eu me sinto um pouco limitada, porque me formei há mais de 12 anos, aí eu passei para outras áreas do conhecimento, fui estudar Direito, fui estudar Pedagogia e me aventurar em pós na área de saúde, e aí os alunos de agora, estão mais atualizados, e acredito que o ensino, os estudos não devem parar, ir se aperfeiçoando, principalmente no que diz respeito ao serviço social intrínseco, e o que às vezes gente vai buscar é o conhecimento mais prático (AS1).

(...) uma questão que vem desde a graduação, que a gente tem na mente que na prática a teoria é outra, realmente é um desafio muito grande você conseguir manter as questões da teoria e da prática, você conseguir levar, conciliar as duas, mas vejo que é de extrema importância sim, a gente conciliar, quando tem dúvida você pesquisar o material, você buscar (AS2).

Acho que um pouco de tempo. Eu tenho uma estagiária e às vezes eu falo assim: O que eu não conseguir te responder você me cutuque, o que surgir de dúvida você para e me pergunta, porque a gente tem um cronograma de supervisão, mas até hoje foram poucas as vezes que eu consegui sentar com ela e parar para pensar de forma maior em tudo que acontece. O tempo é limitante (AS3).

(...) participar de espaços, eu acho que os eventos, as reuniões são muito importantes, porque quando você consegue parar e ouvir outras realidades, né, e conversar sobre situações com outros profissionais, talvez a gente tenha ali um start... porque se você não procura você se acomoda, e aí vai fazendo tudo no automático, e eu acho que principalmente o Serviço Social né, é um erro muito grande quando a gente cai no automático porque a gente não consegue enxergar além do que tá ali aparente, e esse é um desafio muito grande da nossa profissão (AS5).

Maior desafio? Falta de tempo, posso colocar aqui? [risos]... ai ai ai, acho que o maior desafio é esse... dedicar mais tempo e ter mais tempo (...) eu preciso estudar sobre aquilo, o que mais eu posso oportunizar, quais são os direitos violados, quais nós podemos garantir o acesso, né, então eu acho que essa questão, mais falta de tempo dentro do próprio trabalho, né, pra sentar, discutir, ler, relacionar a teoria com a prática, tudo isso (AS6).

(...) como eu falei, Julio, muito essa questão da equipe, o acúmulo de funções, uma vez que você tem uma equipe mínima pra se trabalhar, não é mínima de segundo os códigos e documentos, né, você consegue fazer um trabalho bem feito, eu não consigo hoje dar continuidade num trabalho. Hoje meu trabalho ali é eu brinco que é apagar o fogo. Então a família vai lá, o que que sua necessidade hoje, do que que eu posso te ajudar hoje? Então assim, eu não consigo fazer visita, pra você ter uma ideia, eu não tô conseguindo fazer visita domiciliar, porque eu sou sozinha (AS8).

Nota-se que as dificuldades citadas pelos sujeitos da pesquisa em assegurar essa dimensão em seu trabalho no CRAS expressam aspectos da própria realidade social, da qual os profissionais não estão alheios. Isso porque, o assistente social faz intervenções na realidade e também nela se insere, sendo que em seu próprio fazer profissional refletem os rebatimentos da lógica burguesa e os limites impostos pela atual conjuntura. Assim, verifica-se a falta de tempo, a escassez de recursos, a deficitária estrutura dos serviços públicos, a falta de profissionais nas equipes, entre outros, como aspectos limitadores. Apesar disso, é importante destacar o relato do sujeito AS3, que demonstra abertura para ser provocada pela estagiária, adquirir novos conhecimentos e reflexões.

Conforme já destacado, o Serviço Social possui, em sua gênese, uma natureza analítica e interventiva, exigindo que os profissionais estejam imbuídos de conhecimentos teóricos, técnicos e éticos no processo de construção de respostas às demandas que lhes são apresentadas no exercício profissional. No entanto, para se construir respostas às demandas, é necessário, segundo Iamamoto (2001), superar alguns impasses vividos no interior da categoria profissional na contemporaneidade.

A autora destaca dois entraves principais da categoria na atualidade. O primeiro é “[...] o famoso distanciamento entre o trabalho intelectual, de cunho teórico-metodológico, e o exercício da prática profissional cotidiana” (IAMAMOTO, 2011, p. 52). O segundo: “[...] a construção de estratégias técnico-operativas para o exercício profissional” (IAMAMOTO, 2011, p. 52). De acordo com a autora, esses desafios são colocados pelos alunos e profissionais ao destacarem o descompasso entre os conhecimentos teóricos e a prática profissional. Desse modo, não basta apenas adquirir conhecimento, é necessário criar um campo de mediações para compreensão da realidade.

Nesse aspecto, cabe ainda apontar, de acordo com Iamamoto (2001), três armadilhas das quais o Serviço Social manteve-se refém nos últimos anos: o teorismo, o militância e o tecnicismo. Sobre o teorismo, a autora pontua que a atuação profissional exige uma fundamentação teórico-metodológica para a construção de novas alternativas no exercício profissional, porém, ela deve estar ancorada na dinâmica dos processos sociais para a compreensão da realidade. Dessa forma, não basta um domínio do arcabouço teórico-metodológico descolado da realidade, ou ainda, uma base técnico-operativa singular, pois essas duas dimensões pensadas de forma individualizada não imprimem novas alternativas ao exercício profissional, correndo o risco, ainda segundo Iamamoto (2001), de se cair num teorismo estéril.

Acerca do militância, a autora observa que é necessário um engajamento político vinculado a uma sólida fundamentação teórico-metodológica, visto que, caso contrário, não será possível decifrar as reais determinações dos processos sociais. De acordo com Iamamoto (2001, p. 54), “[...] apenas o engajamento político do cidadão profissional não é suficiente para diretamente dele derivar uma base teórica rigorosa”, ou seja, é possível compreender que mesmo que a realidade provoque indagações, uma consciência efetivamente política requer um conhecimento já adquirido.

Assim sendo, para que o profissional esteja de fato engajado politicamente, faz-se indispensável também estar aportado em bases teórico-metodológicas e técnico-

operativas, pois somente assim poderá vislumbrar novas perspectivas. Por fim, a última armadilha contemporânea apontada pela autora é o tecnicismo. Para ela, essa armadilha “[...] diz respeito à necessidade de uma base técnico-operativa para a profissão, o que é procedente” (IAMAMOTO, 2001, p. 55), no entanto, caso se considere essa base de forma isolada, essa não é capaz de oferecer uma atuação profissional crítica e reflexiva.

No que tange, particularmente, à dimensão técnico-operativa, importa ressaltar que as ações profissionais são portadoras de instrumentalidade porque os profissionais, em seu cotidiano profissional, criam as condições existentes, transformando em instrumentos para a objetivação das intencionalidades, ou seja, para alcançar as finalidades às quais se propõem. “Desse modo, a instrumentalidade é tanto condição necessária de todo trabalho social quanto categoria constitutiva, um modo de ser, de todo trabalho.” (GUERRA, 2014, p. 53). Nessa perspectiva, é possível avançar para além de uma compreensão sobre o instrumental que o limita ao seu caráter técnico, relacionando-o às demandas concretas postas à profissão, bem como às suas dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa.

A instrumentalidade apresenta-se como uma propriedade adquirida pela profissão no interior das relações sociais, no movimento da realidade em que se confrontam condições objetivas e condições subjetivas do exercício profissional. Forjada historicamente na trajetória profissional, essa instrumentalidade, enquanto um atributo essencial da profissão, possibilita que os objetivos profissionais sejam alcançados. Para Trindade (2011, p. 8), “(...) elemento fundamentalmente necessário à objetivação das ações profissionais; assim, o instrumental é parte da direção teórico-política da prática profissional”. Assim sendo, o instrumental não se revela de forma autônoma, ele é parte do projeto profissional, ele compõe mais um elemento de extrema importância na objetivação das ações profissionais.

O Serviço Social é uma profissão dinâmica, que possui estreita relação com o contexto social, histórico, econômico e político. A técnica e o planejamento passaram a ser referenciais na busca de uma base para o processo de profissionalização do Serviço Social, ou seja, já se evidenciava ser necessário que o assistente social estabelecesse uma articulação entre a sua atuação profissional (técnica) com uma determinada interpretação das demandas que lhe são apresentadas; ainda que em outros momentos históricos, como no período entre 1935 e 1940, tal interpretação se fizesse aos moldes do que Iamamoto (2001) chama de “arranjo técnico doutrinário”.

A instrumentalidade pode, através de um olhar pouco denso e superficial, apresentar-se apenas como um componente da dimensão técnico-operativa do Serviço Social. Entretanto, é uma propriedade que permeia todas as dimensões que constituem o Serviço Social. Isso porque não há atuação profissional que seja desprovida de posicionamento ético e político e não há como pensar o agir profissional sem considerar a necessidade de um aporte teórico-metodológico que possibilite o estudo, a compreensão sobre a realidade na qual o assistente social realiza intervenções por meio do seu exercício profissional.

De acordo com Santos, Filho e Backx (2017), a dimensão técnico-operativa se constitui na “forma de aparecer” do Serviço Social, sendo por meio dessa dimensão que a própria profissão é legitimada, constituindo-se enquanto uma totalidade com as outras duas dimensões. Segundo Guerra (2017),

É na realização da dimensão técnico-operativa da profissão que o assistente social legitima e constrói uma determinada cultura, um ethos profissional. É através da dimensão técnico-operativa que o assistente social articula um conjunto de saberes, recriando-lhes, dando-lhes uma forma peculiar e constrói um “fazer” que é socialmente produzido e culturalmente compartilhado ao tempo em que os vários atos teleológicos dos profissionais resultam na criação/renovação de novos modos de ser desta cultura. É no desenvolvimento da dimensão técnico-operativa que o profissional constrói; reproduz códigos de orientação e um conjunto de valores e normas (GUERRA, 2017, p. 52).

A dimensão técnico-operativa, considerando suas especificidades, “(...) é a mais aproximada da prática profissional” (SANTOS, 2013, p. 26). Isso não anula a sua articulação com as demais dimensões, pelo contrário, as ações profissionais devem ser pautadas no saber teórico e ético, dando condições ao profissional de ter uma atuação com mais clareza dos instrumentos que deverão ser utilizados. A dimensão é composta por um instrumental, indo além de instrumentos e técnicas. Nesse sentido, Santos (2013) descreve que a dimensão técnico-operativa “(...) envolve um conjunto de estratégias, táticas e técnicas instrumentalizadoras da ação, que efetivam o trabalho profissional, e que expressam uma determinada teoria, um método, uma posição política e ética” (SANTOS, 2013, p. 2013).

Há que se considerar a existência de uma série de características que compõem a dimensão técnico-operativa. Para Santos (2013), essa dimensão é composta por objetivos, busca pela efetivação desses objetivos, condições objetivas e subjetivas para atingir determinada finalidade; carece ainda, conhecer os indivíduos da intervenção, as

relações de poder existentes, o perfil do usuário que será atendido, bem como o modo de vida e suas estratégias de sobrevivência, e sobretudo, conhecer as atribuições profissionais. Isso posto, a dimensão técnico-operativa não pode ser reduzida a instrumentos e técnicas, embora componham o saber técnico-operativo. Além disso,

a dimensão técnico-operativa é constituída dos seguintes elementos: as estratégias e táticas definidas para orientar a ação profissional, os instrumentos, técnicas e habilidades utilizada pelo profissional, o conhecimento procedimental necessário para manipulação dos diferentes recursos técnicos-operacionais, bem como a orientação teórico-metodológica e ético-política dos agentes profissionais (SANTOS; FILHO; BACKX, 2017, p. 31).

Iamamoto (2015), ao analisar a profissão na contemporaneidade, assinala que a questão social é o objeto de trabalho do assistente social. Dessa forma, há que se ter bases teóricas capazes de decifrar a realidade; todavia, os meios pelos quais essa realidade será decifrada, ou seja, a forma como o profissional irá proceder em sua ação profissional é definida por procedimentos e instrumentos. Santos (2013) define esses instrumentos e técnicas como parte da operacionalização da ação, isto é, constituintes da dimensão técnico-operativa.

Contribuindo acerca dessa discussão sobre a dimensão técnico-operativa, Guerra (2014) aponta que

[...] os instrumentos são elementos postos na relação entre o assistente social e os usuários, na perspectiva de efetivar respostas planejadas e projetadas pelo profissional. Assim os instrumentos se revestem de uma intencionalidade profissional. Serão acionados, mobilizados, utilizados, criados em consonância com as finalidades da intervenção profissional, contribuindo para a passagem da teoria à prática, do ideal ao real. São eles os veículos que permitem materializar os objetivos profissionais através de ações concretas (GUERRA, 2014, p. 34).

Isso posto, conhecer a realidade é fundamental para a escolha do instrumento adequado. É preciso ter clareza da finalidade que se pretende alcançar, ou seja, ao optar por determinado instrumento o profissional precisa analisar se a utilização de determinado instrumento atingirá tal finalidade. É necessário, ainda, que o profissional esteja em contato com o movimento da realidade, considerando as particularidades dos distintos espaços em que irá intervir. Outro elemento que merece destaque no momento da escolha

e manuseio dos instrumentos é a autonomia profissional²⁸. O profissional deve ter liberdade para escolha e manuseio do instrumento escolhido, bem como autonomia para opinião técnica.

O exercício profissional é constituído de instrumentos e técnicas que possibilitam ao assistente social a operacionalização da sua ação profissional. É preciso observar que os instrumentos e técnicas são elementos articulados numa unidade, constituindo-se enquanto instrumentais técnico-operativos, assim, o instrumental não se caracteriza por esses elementos de forma isolada (MARTINELLI apud SANTOS, 2013, p. 30). A dimensão em tela não se apresenta enquanto mais ou menos importante, pelo contrário, ela é tão importante quanto as demais dimensões. Nota-se não haver muita clareza dos profissionais entrevistados sobre o que é técnica:

Instrumentos? instrumentais? deixa eu me atualizar, já faz mais de 10 anos (...) Caramba, deveria ter me avisado...que vergonha meu Deus! O legal é que eu vou ter que estudar um pouco mais (AS1).

Técnicas em que sentido? Essa eu acho que não vou saber te responder (AS2).

Técnicas? Vamos ver...Sabe que agora me deu um branco, deixa eu pensar aqui...(silêncio) a gente fica tão absorto na correria do dia a dia, a gente nem para pra refletir muito sobre isso, então se eu responder de forma equivocada você me desculpe aí (AS3).

Técnicas de trabalho? Como assim? Um exemplo? (...) vamos ver se eu vou conseguir te responder... (AS5).

Ai, misericórdia, técnicas de trabalho??? Eu tô tentando lembrar aí o que é a técnicas aí que a gente pode relacionar (AS6).

Hum... técnicas em relação? Olha, a gente sempre tá trabalhando em grupo, com uma psicóloga que a gente tá tendo, e... técnica, nossa, cê me pegou agora... (AS7).

(...) quando você diz técnica, pessoal, profissional, no sentido de que? (AS8).

Durante a entrevista, o pesquisador precisou intervir para esclarecer aos profissionais para que ficassem tranquilos em relação às respostas dadas quanto às técnicas utilizadas em seu espaço sócio-ocupacional e se era possível associá-las a

²⁸ “[...] o assistente social, em função de sua qualificação profissional, dispõe de uma relativa autonomia teórica, técnica e ético-política na condução de suas atividades. Todavia essas dependem de meios e recursos para serem efetivadas, os quais não são propriedades do assistente social, visto que se encontra alienado de parte dos meios e condições necessárias à efetivação de seu trabalho” (IAMAMOTO, 2015, p. 99).

referenciais teóricos e éticos. Nenhum profissional identificou quais seriam as técnicas utilizadas no exercício profissional, apresentando, em suas respostas, uma tendência a identificar técnicas com instrumentos.

Santos, Backx e Guerra (2017, p. 42) definem instrumentos como “[...] conjunto de meios que permitem a operacionalização da ação”. Já a técnica as autoras definem como “[...] a habilidade no uso destes instrumentos, com uma qualidade atribuída aos instrumentos. Possuem caráter histórico e teleológico” (SANTOS, BACKX E GUERRA, 2017, p. 42).

Santos e Noronha (2010), ao discutir sobre instrumentos e técnicas na intervenção do assistente social, afirmam que “[...] o instrumental se define por se constituir dos instrumentos e técnicas, e estes, por sua vez, são entendidos como elementos que contribuem para a efetivação profissional” (SANTOS; NORONHA, 2010, p. 48). Ou seja, o instrumental é formado de instrumentos e técnicas articulados, constituindo uma unidade relacional. Para as autoras, o instrumento é considerado um “potencializador da ação”, isto é, algo objetivo que permite a operacionalização da atividade profissional. Já a técnica, para elas, “[...] está associada à habilidade no uso do instrumento; é como uma qualidade atribuída aos instrumentos” (SANTOS; NORONHA, 2010, p. 48).

Ao refletir sobre o instrumental técnico no Serviço Social, Sarmiento (2017, p. 118) destaca que a “[...] técnica é um conhecimento empírico, elaborado, desenvolvido pela capacidade humana como prolongamento de sua racionalidade para realizar coisas”. Denota-se, a partir dessa compreensão do autor, que a técnica não se resume a modelos ou manuais pré definidos de como agir diante de determinada situação, pelo contrário, a técnica está intimamente ligada à racionalidade, e a consciência tem papel decisivo, uma vez que o conhecimento oriundo dessa racionalidade orienta as ações a serem tomadas.

Durante a prática profissional, o assistente social inserido em determinada realidade social vai articulando os instrumentos para atendimento das demandas que lhe são conferidas. Isso posto, a técnica pode ser compreendida como a mobilização dos instrumentos, possibilitando uma análise conjunta e completa da realidade a qual irá se adentrar. Não há como optar por determinado instrumento sem um conhecimento prévio e, ainda, sem um propósito ou finalidade a ser alcançado. Nesse sentido,

É neste complexo conjunto de relação que os instrumentos se constituem e se apresentam como potencializadores das intencionalidades teórico-

políticas do profissional para efetivação da ação, e técnicas se constituem nas maneiras através das quais ele conduz suas ações ou objetiva suas intencionalidades. Torna-se então fundamental reconhecer que o exercício profissional dos assistentes sociais implica a existência de instrumentos e técnicas que permitam a operacionalização das propostas de ação conscientemente definidas (SARMENTO, 2017, p. 118).

Santos e Noronha (2010) observam que o conhecimento das técnicas é imprescindível para o uso adequado dos instrumentos, no entanto, a técnica não garante uma competência profissional. As autoras destacam ainda alguns elementos importantes que se referem a instrumentos e técnicas, situando os instrumentos e técnicas como parte constituinte da dimensão técnico-operativa. Apontam, também, a relação de unidade na diversidade com as outras dimensões constitutivas do Serviço Social e, ainda, negam a existência de neutralidade na utilização das técnicas.

Os instrumentos escolhidos pelo assistente social, em sua ação profissional, são compostos de intencionalidades, assim, tanto a escolha como o domínio dos instrumentos requer que o profissional tome consciência da finalidade que se pretende atingir, considerando que os instrumentos corroboram para alcançar tais finalidades. Santos e Noronha (2010) destacam que a escolha dos instrumentos não é neutra, pelo contrário, ao optar por determinado instrumento, o profissional deve considerar vários fatores, como: condições objetivas de trabalho; finalidades da ação; da profissão; da instituição; pensar sobre a demanda; habilidades necessárias para o manuseio e o compromisso ético-político. Corroboram com esse debate as reflexões trazidas por Guerra:

Na medida em que os profissionais utilizam, criam, adequam às condições existentes, transformando-as em meios/instrumentos para a objetivação das intencionalidades, suas ações são portadoras de instrumentalidade. Deste modo, a instrumentalidade é tanto condição necessária de todo trabalho social quanto categoria constitutiva, um modo de ser, de todo trabalho (GUERRA, 2017, p. 2).

Nesse sentido, quando os assistentes sociais dos CRAS da Região do Vale do Ivaí foram questionados sobre quais instrumentos mais utilizam em seu cotidiano profissional, a visita domiciliar foi a mais mencionada, conforme pode-se notar nos relatos. Porém, outros instrumentos no entendimento dos profissionais também foram citados:

Os instrumentais seriam as visitas, o instrumento é o conhecimento na verdade, mas os instrumentais são as visitas, relatórios de visitas, pareceres, laudos técnicos, seriam esses (AS1).

Eu acredito que seja a visita social mesmo, estudo social, uso de parecer social, eu acho que são esses o que eu mais uso (AS2).

(...) as visitas, pra fazer as entrevistas, os atendimentos, tanto individuais quanto coletivos a gente se utiliza muito da leitura da realidade, dos usuários. A entrevista social, as visitas domiciliares, relatório, geralmente é o que eu mais uso (AS3).

Relatório e estudo social. Trabalho com a rede, e o que eu mais faço, laudo e pareceres sociais (AS4).

A visita domiciliar, bastante... é... deixa eu ver que mais... a visita, muito forte... a questão do ah, vamos ver..., deixa eu pensar... tava na minha cabeça, é a questão da visita (...) visita né, pra gente se conhecer melhor, né, ver como que tá as coisas lá, né, é tão gostoso a gente tá na nossa casa ali, talvez cê fica mais confortável, né, conhecer sua família, então às vezes eu faço esse tipo de abordagem assim pra conhecer mesmo a família, porque às vezes no atendimento aqui ela, num primeiro momento também, ela não consegue ter um vínculo de confiança ainda né, então quando a gente vai na casa, então ali no espaço dela, talvez sem ela falar a gente consegue trazer algumas situações, identificar algumas situações (AS5).

Olha, atualmente, o instrumento de trabalho mais eficaz, que eu consigo identificar dentro da demanda que nós temos está sendo a questão da visita domiciliar, porque pela visita domiciliar eu consigo me aproximar mais do meu usuário (...) atualmente, hoje, a visita domiciliar pra mim é o instrumento mais válido e o que vem trazendo maior... é... não o que traz mais resolutividade, é... maior resultado pra nós aqui, de acompanhamento das famílias. (AS6).

Olha, visita domiciliar, O atendimento individual, eu tô tendo bastante, (AS7).

Denota-se que a visita domiciliar foi o instrumento mais citado entre os profissionais, revelando-se enquanto um instrumento eficaz em que o assistente social dirige-se até a residência do usuário com o objetivo de conhecer a realidade social na qual ele e sua família estão inseridos. Busca-se, com a visita domiciliar, compreender diversos contextos como: familiar, cultural, sócio-econômico etc., a fim de identificar as necessidades reais da vida cotidiana daquele indivíduo. De acordo com Sarmiento (2017, p. 56), a visita domiciliar "(...) é um instrumento que potencializa as possibilidades de conhecimento da realidade do usuário". Assim, a visita domiciliar possibilita conhecer as condições materiais do usuário, suas dificuldades e sua realidade, devendo-se refutar veementemente atitudes policiais e de controle.

Percebe-se, nas contribuições dos profissionais, que muitos deles citam o parecer, relatório e laudo social como sendo instrumentos. Todavia, segundo Fávero,

[...] o relatório social, como documento específico elaborado por assistente social, se traduz na apresentação descritiva e interpretativa de uma situação ou expressão da questão social, enquanto objeto de intervenção desse profissional, no seu cotidiano laborativo (...). O laudo é utilizado no meio judiciário como mais um elemento de “prova”, com finalidade de dar suporte à decisão judicial a partir de uma determinada área do conhecimento, no caso, o Serviço Social (...). O parecer diz respeito a esclarecimentos e análises, com base em conhecimento específico do Serviço Social, a uma questão ou questões relacionadas a decisões a serem tomadas” (FÁVERO, 2014, p. 56-58).

Esses documentos geralmente são usados por outros profissionais para tomada de decisão sobre a vida de determinado indivíduo após o assistente social compreender a sua realidade social. Tais documentos são muito utilizados pelos profissionais que atuam no espaço sociojurídico, para expressar de forma nítida a perspectiva profissional em relação à situação analisada. Evidente que a análise da compreensão da realidade social deve ser referenciada e pautada em fundamentos teóricos, éticos e técnicos, demonstrando, assim, um comprometimento com a própria direção social da profissão.

Para a elaboração dos referidos documentos, o profissional faz usos de técnicas e instrumentos apropriados para o desvelamento da conjuntura que será compreendida. Para isso, ele pode se apropriar de instrumentos capazes de contribuir, para tanto, como visitas, entrevistas, dentre outros. Cabe destacar, ainda, que o estudo social foi citado por alguns profissionais enquanto instrumento utilizado no cotidiano profissional, porém, de acordo com Fávero, ele é um processo metodológico:

O estudo social é um processo metodológico específico do Serviço Social, que tem por finalidade conhecer com profundidade, e de forma crítica, uma determinada situação ou expressão da questão social, objeto de intervenção profissional - especialmente nos seus aspectos socioeconômicos e culturais (FÁVERO, 2014, p. 53).

É importante frisar que o profissional, ao utilizar os instrumentos e técnicas, deve pautar sua atuação profissional na compreensão da historicidade do indivíduo, aprofundando-se no ser social que será atendido e compreendendo-o como resultado do tempo histórico e social que o constitui, garantindo, assim, a análise humana-social com

vistas à totalidade. Tal comportamento pode ser percebido em algumas falas dos sujeitos da pesquisa:

Eu penso que minimamente a gente precisa compreender o contexto no qual nós estamos inseridos, ele faz toda a diferença, se a gente não entende o contexto onde a gente tá, a gente não consegue ofertar uma resposta que consiga auxiliar essa família (...) eu penso que o segundo passo é compreender o que o município tem de serviço disponível pra ofertar pra este usuário. Eu penso que o contexto político, o contexto do usuário principalmente, mas enfim é o contexto geral, contexto político, contexto de nação, de país, de Paraná, de (nome do município), contexto do usuário também, seria neste sentido (AS3).

Primeiro, né, nós precisamos analisar a demanda dele, o que ele traz pra nós, e procurar entender a realidade, a história dele, o ambiente em que ele está inserido, né, e a principal necessidade dele naquele momento, né, porque aí vai se iniciar um atendimento contínuo (AS4).

O que eu preciso conhecer é ter a noção e o perfil de qual público eu estou atendendo, qual a condição desse usuário que chega até mim, né, pra eu saber como será a minha forma de intervenção (AS6).

É possível compreender, através das contribuições dos profissionais que atuam nos CRAS da Região do Vale do Ivaí, que a dimensão técnico-operativa está presente em seu cotidiano profissional, auxiliando a compreender e desnudar a realidade social dos indivíduos que recorrem à política de assistência social. No entanto, observa-se, em seus relatos, a dificuldade em articular as três dimensões constituintes do Serviço Social, atribuindo somente à dimensão técnico-operativa a responsabilidade pela resolutividade das demandas apresentadas. Ou seja, o conhecimento está voltado unicamente para as ações práticas, não importando os meios, desde que os fins sejam atingidos. Além disso, restringir o Serviço Social a uma dimensão unicamente instrumental e procedimental é tornar a profissão um meio para o alcance de quaisquer finalidades, conforme coloca Guerra (2017). Nesse sentido, a autora aponta:

A prática irrefletida (e somente ela), que analisa e intervém no cotidiano profissional, que não ultrapassa o nível de imediaticidade do cotidiano, que responde às necessidades da mera reprodução individual, estabelece uma radical distância entre a elaboração teórica e a intervenção profissional (GUERRA, 2017, p. 57).

É por meio dessa dimensão interventiva, mas não somente por ela, que o assistente social escolhe os meios necessários para atingir determinados objetivos e

finalidades. Isto posto, Santos (2013) reforça que a “dimensão técnico-operativa envolve um conjunto de estratégias, táticas e técnicas instrumentalizadoras da ação, que efetivam o trabalho profissional, e que expressam uma determinada teoria, um método, uma posição política e ética” (SANTOS, 2013, p. 26).

As demandas postas aos assistentes sociais no exercício profissional exigem também uma postura ética e política, fazendo com que realizem escolhas ancoradas em uma visão de homem, mundo e sociedade. Dessa forma, a ação profissional também é carregada de intencionalidades e as respostas dadas às necessidades são construídas a partir das escolhas realizadas. Assim, a dimensão ético-política está intimamente ligada ao compromisso dos assistentes sociais em reproduzir em seu espaço sócio-ocupacional os valores e princípios indicados no Projeto Ético-Político (PEP) da profissão. Diante disso, pode-se afirmar que a dimensão ético-política exige do profissional uma postura crítica perante a realidade. Sobre isso, Guerra aponta:

Ao fazer suas escolhas, no que se refere às finalidades estabelecidas e quais meios (condições, instrumentos e técnicas) para alcançá-las, que resposta dar e em que direção, o assistente social exerce sua dimensão ético-política, a qual preocupa-se com os valores (de que valem as respostas dadas) e com a direção social das mesmas (que conjunto de forças está sendo contemplado nas respostas) (GUERRA, 2012, p. 56).

É importante mencionar que muito embora a consolidação do PEP tenha se dado apenas há duas décadas, a sua construção histórica iniciou-se após um processo de ruptura com o conservadorismo existente²⁹ na profissão e uma aproximação da profissão com o marxismo, mesmo que tardiamente, proporcionado através do Movimento de Renovação do Serviço Social. Netto, a esse respeito, afirma que:

É no marco da reconceptualização que, pela primeira vez de forma aberta, a elaboração do Serviço Social vai socorrer-se da tradição marxista – o fato central é que, depois da reconceptualização, o pensamento de raiz marxiana deixou de ser estranho ao universo profissional. (NETTO, 2015, p. 148).

²⁹ A partir da década de 1980, o Serviço Social inaugura um debate acerca do conservadorismo existente na categoria profissional. Dado isso, inicia-se um debate acerca da construção de um projeto profissional, que partindo dessa crítica ao conservadorismo é que se encontram as raízes do atual projeto ético-político. Alguns autores fazem um debate a esse respeito: Iamamoto (2013); Netto (2011); Santos (2007).

Essa vinculação à tradição marxista consolidou-se na década de 1990, explicitando uma maturidade para a profissão com o aumento significativo da produção do conhecimento nos centros de formação, conforme nos recordam Teixeira e Braz (2009). Todavia, essa década é marcada também pelo forte avanço do neoliberalismo que, obviamente, repercute no interior da categoria profissional, que, inclusive, impacta até os dias atuais. Os autores observam que há um movimento contraditório na referida década, uma vez que os profissionais, embora tenham sofrido com os impactos do ideário neoliberal, há o fortalecimento no plano político e ideológico da profissão. Eles atribuem isso a dois fatores:

[...] primeiro, o processo de renovação do Serviço social brasileiro, que se abriu na virada dos anos 1970 para os anos 1980, teve prosseguimento nos meios profissionais – recorde-se que a profissão consolida seus avanços teóricos (a produção de conhecimentos), intensifica sua organização política (tocada pelo conjunto CFESS/CRESS e pela ABEPSS) e reformula e atualiza seus estatutos legais (a dimensão jurídico-política da profissão expressa na nova Lei de Regulamentação Profissional e no novo Código de Ética, ambos de 1993); segundo, porque foi justamente na virada da década de 1980 para a de 1990 que os movimentos sociais das classes trabalhadoras brasileiras, ainda que resistindo à ofensiva do capital e valendo-se dos avanços da década anterior, conseguiram galgar níveis de organização e de mobilização que envolveram amplos segmentos da sociedade, inclusive os assistentes sociais (TEIXEIRA; BRAZ, 2019, p. 17).

Para Netto (1999, p. 15), o PEP é um projeto da profissão que “se vincula a um projeto societário³⁰ que propõe a construção de uma nova ordem social, sem dominação e/ou exploração de classe, etnia e gênero”. Nessa perspectiva, a profissão passa a ter nitidamente uma orientação ideológica, bem como política, que colidia justamente com o cenário adverso em que a categoria estava inserida naquele momento. Ou seja, começa a se defender, em debates sobre o Serviço Social, que tal profissão venha a ser vinculada, em relação dialética com as demandas políticas que a tornam necessária na divisão técnica do trabalho, a um propósito de mudança da sociedade, assumindo inclusive uma dimensão política (TEIXEIRA; BRAZ, 2009).

Netto (1999) ressalta que tanto os projetos societários como os projetos profissionais são estruturas dinâmicas, isto é, as mudanças ocorridas na ordem societária

³⁰ Ao se referir sobre os projetos societários, o autor sublinha que eles trazem como característica a imagem da sociedade a ser construída e que possuem determinados valores e meios para concretizá-lo. E que tais projetos podem assumir duas faces: podem se expressar como transformadores ou conservadores.

provocam alterações nas expressões da “questão social” que também interferem no bojo da profissão, exigindo novas respostas dos profissionais. É possível afirmar que um projeto profissional se dá a partir da construção coletiva e democrática, envolvendo diversos atores sociais, trazendo consigo valores, visões de mundo e de homem, posicionamentos políticos, heranças culturais, sendo que “[...] o verdadeiro debate de idéias só pode ter como terreno adequado o pluralismo que, por sua vez, supõe também o respeito às hegemonias legitimamente conquistadas” (NETTO, 1999, p. 6).

Os projetos profissionais, para o autor, envolvem uma série de componentes: “[...] uma imagem ideal da profissão, os valores que a legitimam, sua função social e seus objetivos, conhecimentos teóricos, saberes interventivos, normas, práticas, etc.” (NETTO, 1999, p. 7). Dessa forma, são fundamentados em valores éticos que se circunscrevem não apenas os princípios fundamentais, direitos e deveres previstos no Código de Ética Profissional, mas que convergem à direção teórica, política e ideológica.

É incontestável que o exercício profissional do assistente social requer constante cuidado com a reprodução de valores éticos. No cotidiano profissional se faz necessário o contínuo cuidado para questionamento dos valores da sociabilidade burguesa reproduzidos, muitas vezes, nas formas imediatas de interpretação das demandas que comparecem ao profissional. Tais demandas, além de remeterem o profissional a um campo teórico, precisam ser refletidas no campo ético e político. Teixeira e Braz (2009, p. 6) salientam que essas demandas “[...] se apresentam a nós e manifestam-se, em sua empiria, às vezes, revestidas de um caráter mistificador, nem sempre revelando seus reais determinantes e as questões sociais que portam, daí que essas demandas devem ser processadas teoricamente”.

Diante dos apontamentos ora expostos, pode-se verificar que o PEP se caracteriza como um projeto coletivo e democrático, vinculado, inclusive, a um projeto societário. Sua finalidade é justamente apontar uma direção ética para o Serviço Social, bem como para os assistentes sociais em relação aos usuários. Netto (1999), ao explicar sobre o PEP do Serviço Social, faz o seguinte apontamento que auxilia nessa compreensão:

Os projetos profissionais apresentam a autoimagem de uma profissão, elegem os valores que a legitimam socialmente, delimitam e priorizam seus objetivos e funções, formulam os requisitos (teóricos, práticos e institucionais) para o seu exercício, prescrevem normas para o comportamento dos profissionais e estabelecem as bases das suas relações com os usuários de seus serviços, com as outras profissões e

com as organizações e instituições sociais privadas e públicas (inclusive o Estado, a que cabe o reconhecimento jurídico dos estatutos profissionais). Tais projetos são construídos por um sujeito coletivo – o respectivo corpo (ou categoria) profissional, que inclui não apenas os profissionais “de campo” ou “da prática”, mas que deve ser pensado como o conjunto dos membros que dão efetividade à profissão. É através da sua organização (envolvendo os profissionais, as instituições que os formam, os pesquisadores, os docentes e os estudantes da área, seus organismos corporativos, acadêmicos e sindicais etc.) que um corpo profissional elabora o seu projeto. Se considerarmos o Serviço Social no Brasil, tal organização compreende o sistema CFESS/CRESS, a ABEPSS, a ENESSO, os sindicatos e as demais associações de assistentes sociais (NETTO, 1999, p. 4).

O autor, reiterando o primeiro princípio fundamental do código de ética dos assistentes sociais, reconhece a liberdade como o valor fundamental da profissão, concedendo ao profissional a possibilidade de escolhas, o que implica em um comprometimento com a “[...] a autonomia, a emancipação e a plena expansão dos indivíduos sociais” (NETTO, 1999, p. 15). Isso posto, o PEP está explicitamente vinculado a um projeto de sociedade, ou seja, à edificação de uma nova ordem societária (NETTO, 1999).

A partir dessas reflexões sobre o PEP, quando se identifica a dimensão ético-política entre as dimensões que norteiam o exercício profissional do assistente social, entende-se que tal exercício se orienta pelos princípios fundamentais do atual Código de Ética Profissional (CFESS, 1993) que reafirma o compromisso assumido pela categoria profissional dos assistentes com a classe trabalhadora. Ademais, Teixeira e Braz pontuam quatro elementos constitutivos do PEP:

a) o primeiro se relaciona com a explicitação de princípios e valores ético-políticos; b) o segundo se refere à matriz teórico-metodológica em que se ancora; c) o terceiro emana da crítica radical à ordem social vigente – a da sociedade do capital – que produz e reproduz a miséria ao mesmo tempo em que exhibe uma produção monumental de riquezas; d) o quarto se manifesta nas lutas e posicionamentos políticos acumulados pela categoria através de suas formas coletivas de organização política em aliança com os setores mais progressistas da sociedade brasileira (TEIXEIRA; BRAZ, 2009, p. 8).

Outrossim, os autores alertam que esses elementos enunciados acima possuem, ainda, componentes que lhe dão materialidade, ganhando o PEP, assim, visibilidade social. O primeiro é a “*produção de conhecimentos no interior do Serviço Social*”. Esse componente estabelece as ações reflexivas da profissão e, pela sua característica

investigativa, possibilita a harmonia com matrizes teórico-críticas. Dessa forma, os autores alertam que o profissional não deve assumir posturas conservadoras, pois assim estaria contribuindo para a manutenção da ordem social vigente.

O segundo componente diz respeito às “*instâncias político--organizativas da profissão*”. Aqui, destacam-se as instâncias deliberativas relacionadas à profissão como o conjunto CFESS/CRESS; a ABEPSS; Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESSO); sindicatos; movimentos sociais, dentre outros. Enquanto espaços democráticos promovem discussões coletivas com vistas à construção do projeto profissional.

Por fim, o terceiro componente se refere à “*dimensão jurídico--política da profissão*”. Neste componente, estão contidas todas as legislações, normativas, resoluções e documentos produzidos na história da profissão. Esse componente divide-se em outras duas categorias: a primeira diz respeito ao aparato legal construído dentro da categoria profissional: Código de Ética Profissional, a Lei de Regulamentação da Profissão (Lei nº 8.662/1993) e as Novas Diretrizes Curriculares dos Cursos de Serviço Social. A segunda categoria é oriunda da própria Constituição Federal de 1988 e das legislações dela decorrentes, como a LOAS, que já foi objeto de reflexão nesta pesquisa.

Ortiz (2010, p. 199) afirma que o atual Código de Ética profissional dos assistentes sociais avançou significativamente, em relação aos códigos de ética anteriores ao explicitar a “afirmação do compromisso ético-profissional com valores emancipadores universais, não mais restritos aos interesses particulares de uma determinada classe social”. A mesma autora ressalta a importância da dimensão ético- política, juntamente com a demais dimensões constitutivas do Serviço Social que se explicita na Diretrizes Curriculares:

[...] as diretrizes curriculares de 1996 afirmam acima de tudo uma nova maneira de se formar os profissionais do Serviço Social no Brasil, calcada obviamente em um conjunto de conteúdo, mas principalmente sobre uma determinada lógica curricular que primasse, não pela hierarquização dos saberes, ao contrário, pela sua configuração a partir da perspectiva de totalidade. Essas diretrizes estão absolutamente afinadas com a concepção contemporânea da profissão [subjacente ao projeto profissional hegemônico], que as entende como síntese de múltiplas determinações, capaz de responder às suas demandas sócio ocupacionais a partir do encruzamento de diversas dimensões ético-política, teórico-metodológica, técnico-operativa e investigativa – que lhes atravessam medularmente [...] (ORTIZ, 2010, p. 202).

Outro marco fundamental para a afirmação da dimensão ético-política são as normativas legais e éticas sancionadas pelo conjunto CFESS/CRESS. São normativas que orientam e buscam assegurar, sob a forma de marcos legais, que o assistente social venha a ter uma prática profissional emancipadora e crítica, ancorada em princípios éticos, baseados em reflexões teóricas com ações conscientes, objetivando atingir finalidades emancipadoras no exercício profissional.

Quando as profissionais, aqui consideradas como sujeitos desta pesquisa, foram questionadas de que forma poderiam assegurar a direção ético-política construída no Serviço Social contemporâneo, percebeu-se, nas contribuições, que gestões hierárquicas impõem dificuldades ao trabalho profissional para posicionar-se em defesa dos usuários, dificultando, assim, o compromisso ético-político assumido. A posição de subalternidade nas relações institucionais é um dos fatores que levam muitos profissionais a assumirem direções contrárias à orientação ética da própria categoria profissional. Dentre os desafios citados para assegurar tal direção, estão as seguintes respostas:

Conhecimento da rede sobre as nossas atribuições, hierarquia, questão administrativa, hierarquia. A nossa autonomia relativa também, questão da autonomia. Hierarquia, uma questão que não é só a gente, não basta ter o conhecimento, tudo tem que ser passado para os superiores, aí sempre vem uma questão administrativa (AS1).

Ético-político [expressão de dúvida]? Eu acho que o maior desafio é ocupar nosso espaço mesmo, enquanto assistente social dentro da instituição, é o principal desafio ético-político (AS4).

Maior desafio? Eu acredito que é a própria administração por vezes e os outros profissionais da rede de proteção, né, porque eu falo assim, né, tem muita gente querendo dizer o que o que o assistente social tem que fazer, né, mas só a gente que estuda quatro anos que sabe né, tem que ter o mínimo do que se espera dentro da nossa profissão. Né... eu até brinco, nada contra a categoria, mas por exemplo, ninguém diz para o médico o que que ele deve fazer, então porque pro assistente social as pessoas querem dizer olha você tem que fazer isso e aquilo? Né, então assim, eu acho que é um grande desafio isso... (AS5).

Então eu tento lutar cada dia mais pra gente ter esse reconhecimento né. E outra coisa na questão da ética também é essa questão política, né, que às vezes intervém do nosso cotidiano, na nossa rotina, na nossa autonomia, então é uma luta constante, é um desafio que a gente bate de frente todos os dias (AS6).

Que que o município, que que a minha gestão ela quer? Quantidade! Ela quer que eu esteja lá pra essa demanda espontânea. Hoje, Júlio, a gente não tem grupos no CRAS, eu não tenho grupo, eu não consigo fazer visita, porque eu tenho que tá ali, cê entendeu? Hoje eu tive que trabalhar com agente, por quê? Porque segunda-feira é um dia, terça é outro, porque não é só isso. Só que o que que acontece, a minha gestão, a minha secretária hoje né, não entende essa importância. Ela mesmo, ela dá valor muito mais pra fora do que pra dentro ali, né. Então assim, quando a gente fala eu preciso fazer visita, ah então tá mas a gente tem que ver porque quem que vai ficar pra atender? É frustrante, a minha palavra é essa (AS8).

A gente tem uma gestão muito complicada, no momento que nós estamos de retrocesso, no âmbito nacional, estadual, também municipal. E a gente pensa pra ofertar um atendimento de qualidade, pra ofertar garantia de direitos, eu sou uma assistente social para o município dentro da proteção social básica. A gente já solicitou inúmeras vezes por mais uma assistente social para o CRAS, mas essa é uma luta que a gente vem travando há anos, infelizmente a atual gestão preza pela contenção de gastos. Eu faço o que é possível, mas poderia ser infinitamente melhor, o serviço poderia avançar muito, até porque a gente é prevenção, proteção, e promoção. Se investe no básico pra ter o especial reduzido. Pra mim essa questão da dificuldade de diálogo com o chefe do poder executivo é uma das questões que mais na minha opinião dificulta, às vezes, até impossibilita o crescimento do trabalho e da melhoria do serviço (AS3).

O Código de Ética Profissional, aprovado em 13 de março de 1993 através da Resolução nº 273, é parte integrante e importante do PEP, estando expressos nele valores, princípios, direitos e deveres profissionais. Cabe resgatar brevemente alguns aspectos importantes dos códigos de ética anteriores ao atual, a fim de demarcar, detidamente, a importância deste atual código na afirmação da intrínseca relação entre ética e política para a construção de valores emancipatórios no exercício profissional dos assistentes sociais.

Ao todo, foram quatro Códigos de Ética que a categoria profissional possuiu até a efetivação do que se encontra em vigor. Os códigos de ética anteriores são datados dos anos de: 1947, 1965, 1975 e 1986. De acordo com Netto (2013, p. 87), os códigos de ética “[...] são reflexos da própria profissão diante de determinado contexto histórico, representam o posicionamento ético/moral da categoria nas objetivações do trabalho profissional”. Logo, tais marcos legais norteiam a categoria profissional em suas ações

profissionais de acordo com contextos políticos, sociais, econômicos e culturais da época em que foram redigidos.

No primeiro código de ética profissional dos assistentes sociais, de 29 de setembro de 1947, é evidente a influência dos princípios doutrinários e sob a influência de premissas metafísicas do neotomismo. Por exemplo, na Seção II “Deveres para com o beneficiário do Serviço Social, consta: “é dever do Assistente Social: 1. Respeitar no beneficiário do Serviço Social a dignidade da pessoa humana, inspirando-se na caridade cristã” (ABAS, 1947, p. 02). A perspectiva de benevolência e caridade davam sentido às ações profissionais daquela época, embora os profissionais já observavam a necessidade de aliar tal perspectiva à técnica. Esse código de ética até reconhecia a “questão social”, contudo sem questionar o *status quo*.

A década de 1960 é marcada por acontecimentos que alteraram radicalmente a ordem social, política, cultural e econômica do país. Nesse período, o Serviço Social também passa por alguns questionamentos profissionais, sobretudo no que se refere aos seus posicionamentos em relação a perspectivas coletivas de trabalho (inserção na comunidade) postas com a adesão à ideologia desenvolvimentista. Contudo, na elaboração do Código de Ética de 1965, ainda observa-se a preservação da influência doutrinária cristã e, sobretudo, do neotomismo; além da influência norte-americana, através da corrente sociológica do funcionalismo e do ideário desenvolvimentista. Cabe destacar que, neste código, há abertura para um ecletismo profissional, verificado na parte introdutória do Código de Ética Profissional do Assistente Social de 1965: “[...] se destina a profissionais de diferentes credos e princípios filosóficos, devendo ser aplicável a todos” (CFAS, 1965, p. 1).

Conforme já sinalizado, o país, na década de 1960, passa por transformações que marcaram indelevelmente a sociedade brasileira e o Golpe Militar de 1964 é um acontecimento determinante. Uma parcela dos profissionais da época, além de questionar a influência norte-americana em suas ações profissionais, organizaram-se em um movimento denominado de “Movimento de Reconceituação”, visando, entre outros aspectos, o rompimento com o Serviço Social Tradicional (caso, grupo e comunidade). Essas práticas profissionais deveriam ser estimuladas pelos profissionais da época, conforme se vislumbra no art. 9º do código de ética de 1965: “O assistente social estimulará a participação individual, grupal e comunitária no processo de desenvolvimento, propugnando pela correção dos desníveis sociais” (CFAS, 1965, p. 02).

Faz-se relevante, também, destacar que no código de 1965 verifica-se a presença dos órgãos federais: Conselho Federal de Assistentes Sociais (CFAS) e regionais, Conselho Regional de Assistentes Sociais (CRAS), criados com o intuito de orientar, disciplinar e fiscalizar a prática profissional do assistente social, o que se pode considerar um avanço, se comparado ao código de 1947, que normatizava que qualquer transgressão profissional deveria ser informada exclusivamente à Associação Brasileira de Assistência Social (ABAS), na seção de São Paulo.

O terceiro código de ética da categoria profissional é de 30 de janeiro de 1975; contudo, nele ainda não se vislumbravam os efeitos do movimento de reconceituação iniciado na década passada. Ou seja, o desejo de total ruptura não se concretiza de forma efetiva, o que ocorre é apenas uma “modernização do conservadorismo”. Para Barroco (2012), a aprovação do Código de Ética Profissional do Assistente Social de 1975 ainda não consegue romper com o tradicionalismo:

É importante notar que o primeiro Código de Ética dos Assistentes Sociais foi aprovado em 1947, tendo sofrido duas alterações, uma em 1965 e outra em 1975, as quais foram parciais, permanecendo a base filosófica do humanismo tradicional. (BARROCO, 2012, p. 144).

Paiva *et al.* destacam que,

Desde a primeira formulação do nosso Código de Ética Profissional, em 1947, até a reelaboração de 1975, permaneceram as mesmas concepções filosóficas assentadas no neotomismo, a partir das quais consagrávamos valores abstratos e metafísicos como o “bem comum” e “pessoa humana” (PAIVA *et al.*, 2012 p. 192).

Após anos de Ditadura Militar, o país iniciou, na década de 1980, um processo de redemocratização. No bojo desse processo, as organizações políticas da categoria profissional dos assistentes sociais e as forças mais progressistas que se delineavam no âmbito da categoria profissional trazem, para o Serviço Social, o debate da necessária ruptura com o conservadorismo que primava, entre outros aspectos, pela defesa do bem comum em detrimento ao questionamento da sociabilidade burguesa e dos valores que nela se erige. Esses debates culminaram em conquistas políticas fundamentais para a categoria profissional dos assistentes sociais e, dentre essas, a revisão do Código de Ética até então vigente (o de 1975) e dão origem a um novo Código de Ética: o de 1986. Tal código, pode, então, ser considerado um marco da ruptura do conservadorismo anunciada

com o “Movimento de Reconceituação” de 1965. A esse respeito, Vinagre (2012, p. 172) afirma que o código de 1986 emerge “[...] a partir de um movimento que se contrapunha ao conservadorismo e tentava resgatar um espaço social para os atores que se articularam em busca da redemocratização”.

É por meio desse quarto código de ética profissional que se percebe o rompimento com o conservadorismo e com a neutralidade, havendo a substituição do profissional subalterno e apenas executivo por outro mais técnico e questionador do *status quo*. Para Vinagre (2012), o código de 1986 representa muito mais do que o rompimento com o conservadorismo profissional. Explica a autora:

Além de anunciar esse novo Código, que é o compromisso com as lutas e os interesses das classes trabalhadoras, o de 1986 apresenta outros avanços. Supera a visão do assistente social como mero executor das políticas sociais e estabelece a participação deste nos espaços de decisão dos programas institucionais (VINAGRE, 2012, p. 173).

Outro grande avanço ocorrido com o Código de Ética de 1986 é a posição crítica que o profissional assume diante da realidade social, aliando-se, a partir de então, com os interesses da classe trabalhadora, conforme previa o Art. 3º - Dos Deveres do Assistente Social:

Art. 3º - Constituem deveres do Assistente Social: [...] b. Devolver informações colhidas nos estudos e pesquisas aos sujeitos sociais envolvidos, no sentido de que estes possam usá-los para o fortalecimento dos interesses da classe trabalhadora [...] d. Aprimoram de forma contínua os seus conhecimentos, colocando-os a serviço do fortalecimento dos interesses da classe trabalhadora (CFESS, 1986, p. 04).

O Código de Ética de 1986 se mostrou eficiente no sentido de romper, de fato, com o neotomismo e o funcionalismo, influências tradicionais no Serviço Social até então. Contudo, Paiva e Sales (2012) destacam que esse se mostrou frágil do ponto de vista teórico e filosófico e, também, quanto à sua operacionalização no cotidiano profissional. Assim, iniciou-se um novo debate na categoria profissional, culminando com a aprovação do Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais, aprovado em 15 de março de 1993. De acordo com Paiva e Sales, tal código traz a seguinte perspectiva:

O Código de Ética de 1993, como foi também o de 1986, não se pretende somente corporativo, mas tenciona assegurar vínculos com as prioridades da sociedade. Desta maneira, o atual Código se propõe a estabelecer nexos com essas prioridades, as quais vão estar bem expressas por meio de princípios e valores. A perspectiva é, então, buscar fortalecer uma clara identidade profissional articulada com um projeto de sociedade mais justa e democrática (PAIVA; SALES, 2012, p. 214).

Nota-se que o Código de Ética vigente aponta para a luta por ideais de justiça e democracia, aspectos ausentes em códigos anteriores ao de 1986. O código de ética de 1993 emerge após a Constituição Federal de 1988, a qual garantiu direitos sociais a toda a população brasileira. Sendo assim, a categoria viu a “[...] necessidade de criação de novos valores éticos, fundamentados na definição mais abrangente, de compromisso com os usuários, com base na liberdade, democracia, cidadania, justiça e igualdade social” (CFESS, 1993, p. 18). Institui-se, assim, o Código de Ética de 1993.

O Código de Ética vigente (1993) elenca onze princípios que norteiam a atuação profissional, dentre os quais se destaca a “[...] liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes – autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais” (CFESS, 1993, p. 23). Com relação a esse princípio, Daros e Guedes destacam:

A perspectiva de liberdade posta no código de ética de 1993 e que pretende ser uma das mediações para a consolidação do projeto ético-político do Serviço Social, pautada nesta perspectiva de liberdade que se associa à consciência do humano-genérico, está vinculada à crítica da sociedade burguesa, porque esta, para perpetuar-se como sociedade de classes, suprime a possibilidade dessa consciência e, portanto, da efetiva liberdade. Assim, a liberdade a que se refere o mencionado princípio não está associada à mera autonomia de escolha entre alternativas postas pelo movimento da realidade de exclusão social na qual se encontram os que, em sua grande maioria, são usuários dos serviços sociais. A liberdade posta neste princípio não é, portanto, a reposição do princípio de autodeterminação que orientava o exercício profissional no Serviço Social Tradicional, em que caberia ao “cliente” decidir se acolheria ou não o encaminhamento ou o processo de “tratamento” proposto pelo assistente social (DAROS; GUEDES, 2008, p. 01).

Foram muitos os avanços que a categoria profissional alcançou com a consolidação do Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais de 1993, se comparado aos anteriores. Contudo, é preciso destacar alguns pontos cruciais que o difere dos demais: a laicização, o rompimento com o conservadorismo tradicional, o

comprometimento com a classe trabalhadora, visando atender suas demandas frente ao sistema capitalista e, sem dúvida, a perspectiva da teoria marxista para o entendimento e compreensão da realidade.

É evidente que a categoria busca o aperfeiçoamento profissional a cada dia diante das novas configurações da sociedade, sobretudo perante a introdução das diretrizes do neoliberalismo e a ausência cada vez mais crescente do Estado frente às refrações da questão social. Nesse sentido, é necessário um Código de Ética que assegure e legitime o profissional em suas práticas profissionais diante das novas configurações do sistema capitalista nas respostas a tais refrações.

Em suma, pode-se dizer que o Código de Ética de 1993 reafirmou os avanços conquistados pelo código anterior, de 1986, fazendo novas propostas e alterações que evidenciaram o amadurecimento teórico da categoria profissional, buscando explicar o significado social da profissão e reconhecer os direitos de seus usuários. Trouxe questões relativas à prática profissional através de instrumentos normatizadores que qualificaram os serviços prestados, fazendo um contraponto ao código anterior que deixou uma lacuna nesse sentido, mesmo tendo procurado instituir o plano ético para legitimar a profissão. Como salienta Barroco,

O código de ética se organiza em torno de um conjunto de princípios, direitos, deveres e proibições que orientam o comportamento ético profissional, oferecem parâmetros para a ação cotidiana e definem finalidades ético-políticas, circunscrevendo a ética profissional no interior do projeto ético político e em sua relação com sociedade e a história (Barroco, 2012, p. 53).

Ainda, segundo a autora, essa estrutura do Código de Ética de 1993 se erige a partir de uma determinada concepção de ética e de valores ético-políticos, qual seja, a base ontológica da teoria social de Marx. Trata-se de uma fundamentação ontológica que “permite apreender a ética como parte constitutiva da práxis: *uma ação prática e social mediada por valores e projetos derivados de escolhas de valor que visam interferir conscientemente na vida social, na direção da sua objetivação*³¹” (BARROCO, 2012, p. 54).

Imersos numa sociabilidade opressora, os assistentes sociais se vêem diante de situações totalmente desfavoráveis à ética, num cenário de precarização das relações de trabalho e um Estado cada vez mais ausente de suas responsabilidades diante das

³¹ Grifos em itálico da autora.

políticas públicas (Iamamoto, 2004) . Realidade essa que também pode-se identificar em alguns relatos dos sujeitos entrevistados por esta pesquisa e que desafiam a implementação do projeto profissional enquanto efetivação plena do projeto ético-político da profissão. Nesse sentido, Iamamoto observa que:

A consolidação do projeto ético-político profissional que vem sendo construído requer remar na contracorrente, andar no contravento, alinhando forças que impulsionem mudanças na rota dos ventos e das marés na vida em sociedade. Teimamos em reconhecer a liberdade como valor ético central, o que implica desenvolver o trabalho profissional para reconhecer a autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais, reforçando princípios e práticas democráticas. Aquele reconhecimento desdobra-se na defesa intransigente dos direitos humanos, o que tem como contrapartida a recusa do arbítrio e de todos os tipos de autoritarismos (IAMAMOTO, 2004, p. 141).

No cotidiano profissional dos assistentes sociais que atuam nos CRAS da Região do Vale do Ivaí, são muitos os desafios para assegurar a materialização do PEP. Dentre esses, destaca-se a relação entre as demandas imediatas do cotidiano aliada ao distanciamento, no espaço sócio-ocupacional, do sentido ético e político posto, por exemplo no Código de Ética Profissional, como se observa nos depoimentos abaixo:

Olha já faz muito tempo essas coisas de princípios. Acredito que seja os vícios, vamos dizer, os vícios da profissão. A gente acaba ficando automático, chega a situação a gente faz sem refletir muito e acho que essas questões é o que mais interfere a gente, a correria do dia a dia, as questões de prazo, você precisa andar rápido para manter prazo e você acaba deixando de lado as questões do Código de Ética (AS2).

Eu acho que é assim, um dos maiores desafios pra gente consegue materializar é ter políticas públicas que realmente fazem acontecer, né. A gente não trabalha sozinho, né, a gente sempre tem que ter uma política pública ou a gente tem que ter um benefício eventual ou a gente tem que ter um suporte maior e eu acho que é isso que eu encontro de maior desafio, sabe, sempre ter uma política pública robusta, sabe, que eu acho que eu posso confiar, que eu vou passar o meu caso pra frente e naquela política ela vai dar suporte pra mim ou vai dar um encaminhamento (AS7).

Observa-se, nesses depoimentos, quase que um deslocamento da ética entendida como práxis com a tendência a associá-la a princípios que orientam comportamentos profissionais. Por outro lado, observa-se, em outros depoimentos, a proximidade entre a interpretação dos princípios fundamentais do Código de Ética e o compromisso com a defesa de direitos e a qualidade dos serviços prestados à população;

bem como a associação entre a perspectiva ético-política e a necessária superação do conservadorismo:

Então eu penso que meu maior desafio em relação aos princípios é prestar um atendimento que realmente ofereça reflexão ao usuário, para que ele também possa ter a oportunidade de cobrar. Eu penso que só quando a equipe cobra é uma coisa, quando o usuário levanta a sua voz numa conferência, conselho e diz o que precisa é outro peso. A profissão está aí para unir forças. Esse é um dos desafios, fazer um atendimento voltado para reflexão (AS3).

Acho que é a própria realidade mesmo, né... eu acho que é a própria realidade mesmo, como um todo assim, porque a gente tem toda uma questão na perspectiva de atuar nos direitos e tudo e aí quando a gente chega na política pública, né, são tantos limites, desde recursos né, financeiros, é, a nível de município e até do governo federal principalmente que esse governo além de reduzir os recursos da assistência o que ele pode né, ele tá tentando cercear ali o direito, então eu acho que esse é um grande desafio pra gente materializar isso, porque vai muito além daquilo que cabe a nossa profissão, né, do próprio contexto, do cenário político como um todo, é um grande desafio (AS5).

(...) a gente cai sempre nisso, na questão da politicagem e desse rompimento conservador de outros profissionais da área, sabe... que ainda existe muito, desse conservadorismo (AS6).

Observando tais relatos é possível notar que é imprescindível que os assistentes sociais compreendam a importância social da profissão, mesmo diante de condições de trabalho objetivas e subjetivas adversas que permeiam o cotidiano do trabalho. Assim, será possível que não contribuam com qualquer tipo de exploração e formas de preconceito, quaisquer que sejam elas, possibilitando novas formas de resistências profissionais em prol da classe trabalhadora, uma vez que, socialmente, já se configura enquanto classe menos abastada. Ressalta-se, desse modo, a importância do PEP no diálogo da dimensão ético-política com as outras dimensões constitutivas do Serviço Social, a teórico-metodológica e a técnico-operativa.

Diante das reflexões trazidas nesta pesquisa, a atuação do assistente social é permeada pela articulação entre as três dimensões: técnico-operativa, teórico-metodológica e ético-política. Mesmo diante dos desafios impostos no cotidiano profissional, é necessário que as dimensões constitutivas do Serviço Social dialoguem, no sentido de possibilitar ao assistente social reconhecer seus limites e suas possibilidades

profissionais. Nessa perspectiva, os sujeitos da pesquisa enfatizam sobre a importância dessas dimensões:

(...) eu acho que de certa forma todas as dimensões estão... perpassam o nosso exercício, no caso, porque o CRAS é a porta de entrada né, dentro da assistência social, então acaba assim, desde um encaminhamento que a gente vai fazer ou até um atendimento de acolhida ali pra ver a demanda, é, nos grupos, acho que todas essas dimensões acabam sendo presentes, sabe. Eu não consigo assim te dizer se tem uma que se destaca mais ou não, sabe, eu tenho uma questão que eu acho que todas em algum momento, claro que em todos os momentos não, mas em algum momento uma talvez sobressaia à outra, mas não consigo te dizer agora se essa se destaca mais do que aquela (AS6).

Eu acredito que todas tão no cotidiano profissional, desde a hora que eu entro no espaço sócio-ocupacional até a hora que eu saio e depois em casa também, quando a gente vai estudar, quando a gente vai se aprofundar, tá tudo envolvido, não tem como ser assistente social sem ter essas três dimensões interligadas no seu exercício profissional. Eu acredito que não, eu penso que fazer o Serviço Social é tá trabalhando as três dimensões a todo momento. E elas são ao mesmo tempo diferentes e elas se complementam, e aí no nosso exercício profissional elas sempre tão aparecendo (AS7).

Contudo, no entendimento de alguns profissionais, uma dimensão ou outra acaba se destacando sobre as demais:

Eu acho que todas aparecem de certa forma no cotidiano, mas talvez a que no momento que esteja menos presente assim que de fato, talvez que a gente até esqueça é a ética-política. Infelizmente eu acho que tem dias que grande parte dos dias não agimos seguindo mesmo o Código de Ética, seguindo as questões éticas apesar de tentarmos da melhor forma manter questões de sigilo, de outros assuntos que a gente vê como questões éticas, mas acho que é o que seja mais frágil hoje no meu trabalho. Eu acredito que com o tempo a gente acaba deixando um pouco de lado, sabe? Igual eu falei automatização do dia a dia faz a gente acaba deixando de lado (AS2).

Acredito que minimamente todas estão presentes no meu cotidiano profissional. Qual se destaca mais? A técnico-operativa (AS4).

Os dilemas acerca da formação profissional têm pautado, entre outras questões, a discussão sobre a importância da dimensão investigativa e a construção do conhecimento para balizar as ações profissionais. Segundo Boschetti (2004), nas Diretrizes Curriculares de 1996, essa questão está explícita na própria direção da

formação profissional e no perfil que se deseja formar. De acordo com a autora, a dimensão investigativa deve ser estimulada em todo o processo de formação e não em um momento específico da formação profissional.

O caráter interventivo da profissão deve estar presente em todo o currículo, isto é, todos os conteúdos do currículo devem ser a base para formar um profissional que vai intervir na realidade. Assim, os conteúdos de todas as disciplinas devem ter a preocupação de mostrar na vinculação entre teoria, realidade e as possibilidades de intervenção profissional em diferentes contextos e momentos históricos (BOSCHETTI, 2004, p. 29).

Denota-se a importância da dimensão investigativa no processo de formação profissional, uma vez que é por meio dessa dimensão, porém não unicamente, que será possível a intervenção na realidade. No entanto, para intervir é preciso conhecer. Logo, não há como pensar o Serviço Social levando em consideração apenas a dimensão reflexiva ou apenas a dimensão interventiva, pois o que se espera da formação é um profissional com habilidades para refletir e intervir respaldado por princípios ético-políticos.

Constata-se que discutir a importância do conhecimento e as dimensões teórico-metodológica, técnico-operativa e ético-política torna-se relevante para a categoria profissional e um tanto significativo, sobretudo quando consideramos o contexto de frequentes ataques à formação profissional e as políticas sociais. Contexto esse que impõe desafios aos profissionais na medida que a retomada radical das diretrizes neoliberais tem reivindicado o saber prático como expressão de uma atuação mais eficaz e eficiente, enfraquecendo as discussões em torno de estratégias de atuação profissional críticas e comprometidas com o desvelamento das condições reais.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como discutido nesta pesquisa, o Serviço Social é caracterizado por sua natureza analítica e interventiva, o que demanda dos assistentes sociais a realização de planejamento, identificação de demandas, bem como construção de respostas profissionais. A realização deste trabalho permitiu uma aproximação a conceitos que foram fundamentais para a apreensão do objeto de estudo. Assim, compreender a profissão em suas dimensões constitutivas - teórico-metodológica, técnico-operativa e ético-política - e sua relevância para o exercício profissional, possibilitou evidenciar que por elas perpassa o conhecimento, o qual é imprescindível ao Serviço Social. Portanto, discutir o processo de conhecimento da realidade foi de suma importância neste estudo. Contudo, verificou-se que não se trata de qualquer conhecimento, mas daquele que permita a investigação e compreensão da realidade social, portanto, o conhecimento que se constrói a partir do materialismo histórico dialético.

Para apreender o real, é necessária a apropriação de conhecimentos teóricos, bem como uma direção ética e política que subsidiem a escolha adequada de instrumentos eficazes para as intervenções profissionais, ou seja, um diálogo constante entre as três dimensões sem que nenhuma sobressaia sobre a outra. Isso porque, conforme visto no decorrer deste trabalho, cada dimensão do Serviço Social possui suas particularidades, todavia, elas constituem um todo articulado e indissociável.

A teoria é uma modalidade do conhecimento, a qual oferece subsídios para a compreensão da realidade, pois ela, por si só, não possui a capacidade de transformá-la. A partir da discussão sobre o materialismo histórico-dialético como método para compreender a realidade, realizou-se uma interlocução com as dimensões constitutivas do Serviço Social. Tal debate foi importante no sentido de problematizar algumas visões equivocadas no interior da profissão, pois comumente os assistentes sociais tendem a não compreender essas dimensões no seu exercício profissional.

Este estudo possibilitou, a partir dessas reflexões, a compreensão de que, apesar de os assistentes sociais entrevistados identificarem que tais dimensões estão presentes em seu fazer profissional, prevalece o entendimento de que elas comparecem de forma fragmentada. Assim, os assistentes sociais apontam que uma se destaca mais que a outra, sendo a técnico-operativa a dimensão que mais comparece no exercício profissional. A teórico-metodológica, na percepção dos sujeitos da pesquisa, seria a dimensão menos presente no cotidiano de trabalho, limitando-se, muitas vezes, à

consulta de leis e normativas da política de assistência social. Já a ético-política foi a dimensão apontada no sentido de regras a serem cumpridas pelos assistentes sociais, não se fazendo menção ao projeto ético-político da profissão. Essa não compreensão do projeto profissional enquanto direcionamento para o Serviço Social, chamou atenção, nesta pesquisa, pelo fato de que, na medida em que não se reconhece tal projeto, desconsidera-se a própria construção histórica da profissão.

As discussões realizadas ao longo desta dissertação trouxeram subsídios para a reflexão primordial a que esta pesquisa propôs, que foi analisar como os assistentes sociais que atuam nos CRAS da Região do Vale do Ivaí materializam as dimensões constitutivas do Serviço Social em seu exercício profissional. Para tanto, foi necessário, inicialmente, conhecer o perfil dos profissionais em diversos aspectos, tais como: socioeconômico, formação acadêmica, condições do exercício profissional e as condições de trabalho. Para além da tentativa de levantar dados e compor um perfil profissional da região, foi de grande valia conhecer as características dos sujeitos da pesquisa previamente ao diálogo com eles, o que contribuiu, também, na estratégia metodológica, uma vez que foi após a resposta do questionário que os assistentes sociais foram convidados a participar da entrevista, o que favoreceu, também, a aproximação entre o pesquisador e os sujeitos.

Convém, entretanto, reconhecer algumas dificuldades metodológicas durante o processo de pesquisa com relação à coleta de dados. Menos de 50% dos sujeitos do universo pretendido respondeu ao questionário enviado. Das 13 profissionais que responderam, oito manifestaram desejo de participar da entrevista. Houve uma grande dificuldade para obter o retorno dos questionários, pois apenas o e-mail enviado não foi o suficiente. O pesquisador teve que recorrer a profissionais conhecidos que pudessem intermediar os contatos, realizar ligações telefônicas, recorrer ao NUCRESS da região para obter telefones de alguns profissionais. Isso tudo levou um tempo considerável que culminou no atraso da coleta de dados.

Mesmo diante de tais dificuldades, foi possível alcançar um retorno razoável de formulários respondidos e, assim, construir um perfil aproximativo dos assistentes sociais que atuam nos CRAS da Região do Vale do Ivaí, já que a quantidade de profissionais que responderam ao questionário representa 46% dos assistentes sociais que atuam nesse equipamento da política de assistência social.

Os dados coletados permitiram identificar que a maioria dos profissionais é composta por mulheres, de religião católica, heterossexuais, cor branca, com idade entre

19 e 29 anos. Nenhuma assistente social participa de organizações sindicais e movimentos sociais. É muito baixa a participação em organização sindical e em órgãos da categoria profissional. A maioria delas possui formação em Serviço Social entre 2011 e 2021, ou seja, concluíram o curso na última década, posteriormente ao Código de Ética de 1993 e às Diretrizes Curriculares de 1996. Logo, possuem uma formação recente e após o amadurecimento do significado da profissão, a partir de uma análise crítica da realidade.

A maioria das profissionais concluiu o curso na modalidade presencial em instituições de ensino pública no tempo previsto de quatro anos. Praticamente todas possuem pós-graduação *lato sensu*, no entanto, ainda é baixo o número de profissionais que possuem formação *stricto sensu*. Algumas profissionais possuem uma segunda graduação, porém não foi questionado se antes ou depois da conclusão do curso de Serviço Social.

A maior parte das profissionais atua há mais de cinco anos como assistente social na política de assistência social. Com relação às condições de trabalho, a maioria foi contratada via concurso público, com carga horária entre 20 e 30 horas, com remuneração entre 1 e 3 salários-mínimos (de R\$1.212,01 até R\$ 3.636,00). Ainda, a pesquisa constatou que a maioria não conta com planos de carreira em seu atual vínculo empregatício.

Especificamente no que se refere à compreensão acerca das dimensões constitutivas do Serviço Social, destaca-se que a maioria dos profissionais compreende a importância das dimensões, no entanto, não possuem uma compreensão nítida acerca delas em seu exercício profissional, não ultrapassando a imediatividade imposta em seu cotidiano. Muitas ainda compreendem a teoria como uma dimensão instrumental, de aplicabilidade do conhecimento teórico no cotidiano profissional, reforçando a ideia de que na prática a teoria é outra.

Alguns sujeitos destacaram que as condições objetivas do trabalho impõem dificuldades para a articulação das dimensões, tais como: o próprio cotidiano de trabalho e suas demandas imediatas, sem espaços para reflexões; a falta de profissionais e sobrecarga de trabalho no atendimento às demandas, fazendo com que, muitas vezes, as respostas sejam dadas de forma paliativa. A interferência de atores da administração pública no trabalho do assistente social bem como a falta de entendimento sobre a profissão também foi citada como uma dificuldade para assegurar a direção ético-política

construída no Serviço Social contemporâneo e os princípios fundamentais do Código de Ética Profissional.

Foi possível observar com esta pesquisa a importância da formação continuada, não devendo se restringir ao ensino da graduação, pelo contrário, precisa ser um movimento de constante aprimoramento e aprofundamento teórico-prático. Percebeu-se a necessidade de se problematizar os desafios que estão postos em relação à mediação entre os fundamentos teóricos e a intervenção profissional durante o processo formativo, pois verificou-se, nas contribuições dos profissionais, que essa problematização ainda carece de amadurecimento, sobretudo quando se considera o avanço da mercadorização do ensino que tende a empobrecer os conhecimentos necessários a um exercício analítico.

Considerando que o assistente social atua com questões latentes da e na realidade social, a atuação profissional deve ser pautada em uma perspectiva de totalidade e crítica da realidade para que o fazer profissional não seja unicamente instrumental. Mesmo porque o Serviço Social é uma profissão analítica e interventiva e resumir a ação profissional ao cumprimento de tarefas e protocolos sem um exercício analítico, é desconsiderar a própria particularidade da profissão.

Assim, levando em conta que o profissional atua com múltiplas expressões da questão social e, especialmente no CRAS, que é a porta de entrada para o SUAS, é incontestável a necessidade de estar em permanente aprimoramento, tendo em vista a dinamicidade das relações sociais. Nesse sentido, conforme foi apontado pelos sujeitos entrevistados, há uma diversidade de demandas postas ao Serviço Social no CRAS, como insegurança alimentar, conflitos familiares, evasão escolar, violências, imigração, desemprego, acesso a benefícios assistenciais, previdenciários e documentação, entre outros. Também foi destacado pelos profissionais entrevistados a intensificação das demandas trazidas pelas pessoas atendidas com a pandemia de Covid-19.

Ao profissional cabe desenvolver a capacidade de analisar o real, essa capacidade - analítica e interventiva - não se coloca na perspectiva de promover alterações na constituição das relações burguesas de produção, até porque isso não compete a uma profissão. Entretanto, tal capacidade é fundamental para que o profissional possa qualificar sua ação no sentido de defender direitos sociais aos usuários que procuram os serviços no intuito de obter respostas às suas demandas. Assim, atua-se na presente sociedade, mas com vistas a outra, ou seja, é preciso ter compreensão do horizonte posto ao Serviço Social.

Nessa direção, esta pesquisa também permitiu compreender que é imprescindível que os assistentes sociais realizem sucessivas aproximações com a realidade, a fim de captar o movimento do real, realizando mediações que possibilitem a compreensão crítica das demandas que comparecem em seu trabalho no CRAS, considerando aspectos econômicos, políticos, culturais, sociais. Por outro lado, reconhece-se que as condições objetivas de trabalho impõem obstáculos para a continuidade da formação, sendo difícil o profissional que pode contar com tempo e espaço para aprimoramento, estudo, debates coletivos, prejudicando, assim, a ação profissional que, por vezes, é realizada sem qualquer embasamento teórico, o que interfere diretamente nas escolhas instrumentais, distanciando-se da dimensão ética nas escolhas de valores e finalidades a serem alcançadas.

A qualificação da ação profissão requer uma intervenção profissional que se construa a partir de um conhecimento mais profundo, sustentado pela teoria social de crítica, com rigor científico, para que, assim, assistentes sociais possam refletir criticamente acerca, inclusive, das requisições que lhe são apresentadas e, então, oferecer respostas a tais demandas na direção do projeto ético-político do Serviço Social

A pesquisa realizada também possibilitou compreender a importância de a academia estar mais próxima do exercício profissional, não apenas por meio dos campos de estágio, mas proporcionando uma aproximação capaz de levar elementos da realidade para a discussão durante a formação profissional, rompendo com equívocos e distorções acerca da interlocução das dimensões da profissão. A Região do Vale do Ivaí conta com duas importantes universidades públicas com curso de Serviço Social que podem promover debates nesse sentido, favorecendo o alargamento da compreensão acerca do Serviço Social na atualidade.

Destaca-se que as reflexões aqui apontadas são incipientes, havendo necessidade de aprofundamento em pesquisas futuras que tenham como objeto de estudo o exercício profissional, bem como as dimensões que constituem o Serviço Social. Durante a realização desta pesquisa, deparou-se, na literatura, com uma produção científica relativamente parca a respeito das dimensões constitutivas do Serviço Social, o que também evidencia a necessidade de investigações acerca da temática. E tal é o propósito deste pesquisador: dar continuidade a pesquisas sobre esta temática.

REFERÊNCIAS

ABAS. **Código de Ética profissional dos assistentes sociais de 1947**. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_1947.pdf>. Acesso em: jul. 2022.

ABEPSS. Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. **Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social: com base no currículo mínimo aprovado em assembleia geral extraordinária de 8 de novembro de 1996**. Rio de Janeiro: ABEPSS, 1999.

ABRAMIDES, Maria Beatriz Costa. **O projeto Ético-Político do Serviço Social Brasileiro: Ruptura com o conservadorismo**. São Paulo: Cortez, 2019.

ARRETCHE, Marta. Relações Federativas nas Políticas Sociais. **Revista Educação e Sociedade**, Campinas, n. 80, v. 23, p. 25-48, setembro/2002,

ASSUNÇÃO, Vânia Noeli Ferreira de. A teoria das abstrações de Marx: o método científico exato para o estudo do ser social. **Revista Verinotio [online]**, n. 18, ano IX, out. 2014, p. 46-61.

BARROCO, Maria Lúcia Silva. Considerações sobre o Código de ética dos Assistentes Sociais. In: **Serviço Social e Ética: Convite a uma nova práxis**. 13 ed. São Paulo: Cortez, 2012. p. 142-148.

BONI, Valdete; QUARESMA, Silvia Jurema. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. **Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC**, v. 2, no 1, jan/jul, 2005, 68-80.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Norma Operacional Básica de Recursos Humanos NOB/RH-SUAS**. Brasília, 2006.

_____. IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Paraná. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/panorama>>. Acesso em: 21 jul. 2021.

_____. **Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004**; Norma Operacional Básica – NOB/Suas. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – Secretaria Nacional de Assistência Social, 2005.

_____. **Lei Orgânica de Assistência Social**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8742.htm>. Acesso em: 8 jun. 2021.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social. **Sistema de Cadastro – CadSuas**. Disponível em: <<https://aplicacoes.mds.gov.br/cadsuas/visualizarConsultaExterna.html;jsessionid=D2BA95BE101977C9A5ECE27B1F553FBD>>. Acesso em: 21 jul. 2021.

_____. Secretaria Especial de Desenvolvimento Social. **O que é?** Disponível em: <<http://mds.gov.br/assuntos/assistencia-social/o-que-e>> Acesso em: 30 jul. 2021.

_____. Código de ética do/a assistente social. **Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão**. 10ª ed. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2012.

_____. Caderno de Orientações Técnicas: Centro de Referência de Assistência Social – CRAS/ Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Brasília-DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2009.

_____. Resolução nº. 17, de 20 de junho de 2011. Conselho Nacional de Assistência Social. Brasília-DF, 2011.

_____. Supremo Tribunal Federal. **Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4468**. Disponível em: <
<https://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=754212136>>.
Acesso em: 25 abr. 2022

BAPTISTA, Myrian Veras; BATTINI, Odária. A prática profissional do Assistente Social. In: **A relação teoria/método: base do diálogo profissional com a realidade**. São Paulo: Veras Editora, 2009. p. 29-52.

BASTARZ, Clarice; SOUZA, Marcelino de. Origem e motivações das caminhadas na Natureza no Território Vale do Ivaí – Paraná. **Revista Redes (St. Cruz Sul, Online)**, v. 21, n. 3, p. 277 - 299, set./dez. 2016.

BOSCHETTI, Ivanete. O desenho das diretrizes curriculares e dificuldades na sua implementação. In: O ensino do trabalho profissional: desafios para a afirmação das diretrizes curriculares e do projeto ético político. **Revista Temporalis**, Porto Alegre, ano 4, n. 8, p. 19-30, 2004.

_____, BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: Fundamentos e História**. São Paulo: Cortez, 6 ed. 2009.

_____. Ivanete. Condições de trabalho e a luta dos (as) assistentes sociais pela jornada semanal de 30 horas. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 107, p. 557-584, jul/set. 2011.

CARDOSO JR., José Celso; JACCOUD, Luciana. **Políticas Sociais no Brasil: organização, abrangência e tensões da ação estatal**. JACCOUD, L. (Org.). **Questão Social e Políticas Sociais no Brasil Contemporâneo**. IPEA, Reimpressão, 2009.

CARDOSO, Priscila Fernanda Gonçalves. 80 anos de formação em Serviço Social: Uma trajetória de ruptura com o conservadorismo. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 127, p. 430-455, set/dez. 2016.

CFAS. **Código de Ética Profissional do Assistente Social de 1965**. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_1965.pdf>. Acesso em: jul. 2022.

_____. **Código de Ética Profissional do Assistente Social de 1986**. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_1986.pdf>. Acesso em: jul. 2022.

CFESS, Conselho Federal de Serviço Social. Perguntas Frequentes. Disponível em: <<http://www.cfess.org.br/visualizar/menu/local/perguntas-frequentes>> Acesso em: maio 2022.

CFESS, Conselho Federal de Serviço Social. Parâmetros para atuação de assistentes sociais na política de assistência social. CFESS: Brasília, 2011.

COSTA, Marvin. **Google Docs: crie, edite e visualize documentos online**. 2015. Disponível em: <<https://www.techtudo.com.br/tudo-sobre/google-docs-app.html>>. Acesso em: 19 set. 2021.

COSTA, Lúcia Cortes da. A estrutura da vida cotidiana: uma abordagem através do pensamento Lukacsiano. **Revista Emancipação**, Ponta Grossa, n. 1, v. 1, p. 33-57, 2001.

COUTO, Berenice Rojas. **O direito social e a assistência social na sociedade brasileira: uma equação possível?**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

DAROS, Michelli Aparecida; GUEDES, Olegna de Souza. Contribuições para a Compreensão do Princípio da Liberdade Posto no Código de Ética de 1993. **Revista Serviço Social em Revista**, Londrina, n. 2, jan/jul. 2008.

DELGADO, Leila Baumgratz. Espaço sócio-ocupacional do assistente social: seu arcabouço jurídico-político. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 113, p. 131-151, jan/mar. 2013.

FÁVERO, Eunice Teresinha. **O Estudo Social em Perícias, Laudos e Pareceres Técnicos**. 11ª ed. CFESS, São Paulo: Cortez, 2014.

FOMENE, Fórum Permanente das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte do Estado do Paraná. **Territórios do Norte do Estado**. Disponível em: <<http://www.mpeparanaense.pr.gov.br/FOPEME/Pagina/Territorios-do-Norte-do-Estado>>. Acesso em 20 jul. 2021

GIL, Robledo Lima. **Tipos de Pesquisa**. 2009. Disponível em: <<http://wp.ufpel.edu.br/ecb/files/2009/09/Tipos-de-Pesquisa.pdf>>. Acesso em: 21 set. 2021.

GOHN, Maria da Glória. **O Protagonismo da Sociedade Civil: movimentos sociais, ONGs e redes solidárias**. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2008.

GUERRA, Yolanda; FORTI, Valéria. **Na prática a teoria é outra?** 2009. Disponível em:<<http://www.uel.br/cesa/sersocial/pages/arquivos/FORTI%20Valeria%20e%20GUERRA%20Yolanda.%20Na%20pratica%20a%20Teoria%20e%20outra.pdf>>. Acesso em: 07 jun. 2021.

GUERRA, Yolanda. **A dimensão investigativa no exercício profissional**. In: **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009, p. 1-20.

_____, Yolanda. Ontologia do ser social: bases para a formação profissional. **Revista Serviço Social e Sociedade**, n.54. São Paulo: Cortez, 1997.

_____, Yolanda. **A dimensão técnico-operativa do exercício profissional. In: A dimensão técnico-operativa no Serviço Social: desafios contemporâneos.** São Paulo: Cortez, 2017, p. 49-76.

_____. Yolanda. Expressões do pragmatismo no Serviço Social: reflexões preliminares. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 16, p. 39-49, 2013.

_____, Yolanda. O conhecimento crítico na reconstrução das demandas profissionais contemporâneas. In: **A prática profissional do assistente social; teoria, ação, construção de conhecimento.** São Paulo: Veras Editora. 2009, p. 79-106.

_____. Yolanda. Transformações societárias e Serviço Social: repercussões na cultura profissional. In: **Serviço Social brasileiro nos anos 2000: cenários, pelepas e desafios.** Recife: Editora UFPE, 2014.

_____. Yolanda. **No que sustenta a falácia de que “na prática a teoria é outra?”.** 2005. Disponível em: <http://http://cacphp.unioeste.br/projetos/gpps/midia/seminario2/trabalhos/servico_social/mss20.pdf>. Acesso em: 11 jun. 2021.

_____. Yolanda. A dimensão técnico-operativa do Exercício Profissional. In: **A dimensão técnico-operativa no Serviço Social: desafios contemporâneos.** Juiz de Fora: UFJF, 2017. p. 49-76.

HELLER, Agnes. **O cotidiano e a história.** 8.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

IAMAMOTO, Marilda Villela. Os espaços sócio-ocupacionais do assistente social. In: **Serviço Social: Direitos Sociais e competências profissionais.** Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

_____, Marilda Villela. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional.** 26 ed. São Paulo: Cortez, 2015.

_____, Marilda Villela. A formação acadêmico-profissional no Serviço Social brasileiro. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 120, p. 609-639, 2014.

_____, Marilda Villela. Renovação e conservadorismo no Serviço Social – ensaios críticos. São Paulo: Cortez, 2013.

IPARDES. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Cadernos Municipais.** Disponível em: <http://www.ipardes.pr.gov.br/Pagina/Cadernos-municipais>. Acesso em: 15 jul. 2021.

KAMEYAMA, Nobuco. Metodologia: uma questão em questão. **Cadernos ABESS**, São Paulo, n.3, p. 99-104, mar.1989.

KINOUCHI, Renato Rodrigues. Notas introdutórias ao pragmatismo clássico. **Revista Scientiae Studia**. São Paulo, v. 5, n. 2, p. 215-26, 2007.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. 2 ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.

KRUG, João Gilberto. As raízes do serviço social crítico no movimento de reconceituação: O que ainda não foi dito. In: Amaro, Sarita (Org). **Dicionário Crítico de Serviço Social**. Rio de Janeiro: Autografia, 2015, p. 58-68.

LARA, Ricardo. **A produção do conhecimento em serviço social: o mundo do trabalho em debate**. 2008. 281 fls. Tese (Doutorado em Serviço Social: Trabalho e Sociedade) - Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista "Julio de Mesquita Filho", Franca, 2008.

LEWGOY, Alzira Maria Baptista. Supervisão de estágio em serviço social: desafios para a formação e exercício profissional. São Paulo: Cortez, 2010.

MADURO, Otto. **Mapas para a festa: Reflexões latino-americanas sobre a crise e o conhecimento**. Rio de Janeiro: Editora Vozes. 1994.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Martins Fontes. 1998.

MINAYO, Maria Cecília de Sanches; SANCHES, Odécio. **Quantitativo-Qualitativo: Oposição ou Complementaridade?** Saúde Pública, Rio de Janeiro, pág. 239-262, jul/set, 1993.

_____, Maria Cecília de Souza (Org.) **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 22 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2003.

MORAES, Carlos Antônio de Souza. O Serviço Social brasileiro na entrada do século XXI: considerações sobre o trabalho profissional. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 127, p. 587-607, set/dez. 2016.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia política: uma introdução crítica**. São Paulo: Cortez, 2007, p. 29-53.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

_____, José Paulo. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

_____, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social: uma análise do serviço social no Brasil pós-64**. 17. ed. São Paulo: Cortez, 2015.

_____, José Paulo. CARVALHO, Maria do Carmo Brant de. **Cotidiano: Conhecimento e Crítica**. 10 ed. São Paulo: Cortez: 2012.

_____, José Paulo. A construção do projeto ético-político do Serviço Social. In:

CEAD/ABEPSS/CFESS. Serviço Social e Saúde: formação e trabalho profissional – Curso de Capacitação em Serviço Social e Política Social. Módulo 01, Brasília: CEAD UnB - Universidade de Brasília, 1999.

NETTO, Leila Escorsim. **O conservadorismo clássico: elementos de caracterização crítica.** São Paulo: Cortez, 2011.

ORTIZ, Fátima Grave. **O SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL:** Os fundamentos de sua imagem social e da autoimagem de seus agentes. Rio de Janeiro: E-papers, 2010.

PAIVA, Beatriz Augusto de. NETTO, José Paulo. BARROCO, Maria Lúcia Silva. VINAGRE, Marlise. SALES, Mione Apolinário. Reformulação do Código de Ética: Pressupostos Históricos, Teóricos e Políticos. In: **Serviço Social e Ética: Convite a uma nova práxis.** 13 ed. São Paulo: Cortez, 2012. p. 191-208.

_____. SALES, Mione Apolinário. A Nova Ética Profissional: Práxis e Princípios. In: **Serviço Social e Ética: Convite a uma nova práxis.** 13 ed. São Paulo: Cortez, 2012. p. 209-252.

PARANÁ, Secretaria do Desenvolvimento Urbano e Obras Públicas. Associações Regionais de Municípios do Paraná: **Associação dos Municípios do Vale do Ivaí.** Disponível em: < <https://www.desenvolvimentourbano.pr.gov.br/Endereco/Amuvi-Associacao-dos-Municipios-do-Vale-do-Ivai> > Acesso em: 15 jul. 2021

PEREIRA, Otaviano. **O que é teoria.** 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1990.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico.** 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

RAICHELIS, Raquel. O assistente social como trabalhador assalariado: desafios frente às violações de seus direitos. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n.107, p. 420-437, jul/set. 2011.

_____, Raquel. Intervenção profissional do assistente social e as condições de trabalho no Suas. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 104, p. 750-772, out/dez. 2010

SANTOS, Cláudia Mônica dos; FILHO, Rodrigo de Souza; BACKX, Sheila. A dimensão técnico-operativa do Serviço Social: Questões para Reflexão. In: **A dimensão técnico-operativa no Serviço Social: desafios contemporâneos.** Juiz de Fora: UFJF, 2017. p. 25-48.

_____, Cláudia Mônica dos. A dimensão técnico-operativa e os instrumentos e técnicas no Serviço Social. **Revista Conexão Geraes**, Belo Horizonte: CRESS-MG, ano 2, v. 2, n. 3, 2º semestre, 2013.

_____, Cláudia Mônica dos. “As Dimensões da Prática Profissional do Serviço Social” In: **Revista Libertas**, v. 2, n. 2, 2002.

_____, Cláudia Mônica dos. **Na prática a teoria é outra? Mitos e dilemas na relação entre teoria, prática, instrumentos e técnicas no Serviço Social**. 3. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011.

_____, Cláudia Mônica dos. Do conhecimento teórico sobre a realidade social ao exercício profissional do assistente social: desafios na atualidade. In: SILVA, Maria Liduína de Oliveira (Org.). **Serviço Social no Brasil: história de resistências e ruptura com o conservadorismo**. São Paulo: Cortez, 2016, p. 265-285.

_____, SANTOS, Cláudia Mônica; NORONHA, Karine. **O estado da arte sobre os instrumentos e técnicas na intervenção profissional do assistente social - uma perspectiva crítica**. In: FORTI, Valéria.; GUERRA, Yolanda (Orgs). **Serviço Social: Temas, Textos e Contextos**. 2010.

SANTOS, Josiane Soares. **Neoconservadorismo pós-moderno e Serviço Social Brasileiro**, São Paulo: Cortez, 2007.

SANT'ANA, Raquel Santos; SILVA, José Fernando Siqueira da. O método na teoria social de Marx: E o serviço social? **Revista Temporalis**, Brasília, n. 25, p. 181-203, jan/jun. 2013.

SARMENTO, Hélder Boska de Moraes. Instrumental Técnico e o Serviço Social. In: **A dimensão técnico-operativa no Serviço Social: desafios contemporâneos**. Juiz de Fora: UFJF, 2017. p. 109-126.

SECRETARIA DO ESTADO DO MEIO AMBIENTE E RECURSO HÍDRICOS. Bacia do Rio Ivaí e Paraná I: **Bacias Hidrográficas do Paraná**. Disponível em: <http://www.iat.pr.gov.br/sites/agua-terra/arquivos_restritos/files/documento/2020-07/ivai.pdf> Acesso em: 22 jul. 2021.

SETUBAL, Aglair Alencar. **Pesquisa no Serviço Social: utopia e realidade**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

SILVA, Ilse Gomes. **Democracia e participação na 'reforma' do Estado**. São Paulo: Cortez, 2003.

SPOSATI, Aldaíza. Modelo brasileiro de proteção social não contributiva: concepções fundantes. In: **Concepção e gestão da proteção social não contributiva no Brasil**. Brasília-DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome: UNESCO, 2009.

_____. Aldaíza. **A menina Loas: um processo de construção da assistência social**. São Paulo: Cortez, 2011.

TEIXEIRA, Joaquina Barata; BRAZ, Marcelo. **O projeto ético-político do Serviço Social**. In: **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**, 2009. p. 1 - 19.

TONET, Ivo. **Método científico: uma abordagem ontológica**. São Paulo: Instituto Lukács, 2013.

TRINDADE, Rosa Lúcia Prédes. **Desvendando as determinações sócio-históricas do instrumental técnico-operativo do Serviço Social na articulação entre demandas sociais e projetos profissionais**. Disponível em:<
<http://www.cressrn.org.br/files/arquivos/65N06Bp3L00e1373q8j6.pdf>>. Acesso em 07 jul. 2021

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. **Construção do Conhecimento em sala de aula**. 2. ed. São Paulo: Libertad, 1994.

VÁZQUEZ, Adolfo Sánchez. **Filosofia da práxis**. 2.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

VINAGRE, Marlise. SALES, Mione Apolinário. **Reformulação do Código de Ética: Pressupostos Históricos, Teóricos e Políticos**. Cortez, 2012. p. 191-208.

_____, Marlise. SALES, Mione Apolinário. GONELLI, Maria M. M. **Serviço Social Ética: Convite a uma nova práxis**. 13 ed. São Paulo: Cortez, 2012. p. 191-208.

_____, Marlise. **Ética Profissional: Por uma ampliação conceitual e política**. In: **Serviço Social e Ética: Convite a uma nova práxis**. 13 ed. São Paulo: Cortez, 2012. p. 167-185.

_____. SALES, Mione Apolinário. **A Nova Ética Profissional: Práxis e Princípios**. In: BONETTI, Dilséia Adeodata. VINAGRE, Marlise. SALES, Mione Apolinário. GONELLI, Maria M. M. **Serviço Social e Ética: Convite a uma nova práxis**. 13 ed. São Paulo: Cortez, 2012. p. 209-252.

APÊNDICES

APÊNDICE A

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Prezado (a) Senhor (a),

Prezado (a) Senhor (a), Você está sendo convidado (a) para participar de uma pesquisa que possui como objetivo geral: Analisar as interpretações que os assistentes sociais que atuam no CRAS da Região do Vale do Ivaí têm sobre a materialização das dimensões constitutivas do Serviço Social no atendimento às demandas que comparecem em seu cotidiano profissional. Esta pesquisa compõe uma dissertação de mestrado desenvolvido pelo acadêmico do curso de Pós-Graduação em Serviço Social e Política Social da Universidade Estadual de Londrina – UEL, Júlio César Martins, sob orientação da Professora Doutora Olegna de Souza Guedes.

Sua participação não é obrigatória e a qualquer momento você pode desistir de participar e retirar seu consentimento. Sua recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação com os pesquisadores ou com a UEL, entretanto, salientamos que sua participação é de suma importância e que poderá contribuir para a identificação de desafios e possibilidades para a profissão, bem como, para além do objetivo geral, poderá possibilitar a construção de um perfil profissional dos assistentes sociais que atuam nos CRAS dos municípios da Região do Vale do Ivaí.

Sua participação nesta pesquisa consistirá em responder um questionário sobre: dados pessoais, formação profissional, condições de trabalho e será convidado (a) a participar de uma entrevista. Esclarecemos que sua participação é totalmente voluntária. Você não pagará e nem será remunerado (a) por sua participação, podendo recusar-se a participar, ou mesmo desistir a qualquer momento, sem que isto acarrete qualquer ônus ou prejuízo à sua pessoa. Esclarecemos, também, que suas informações serão utilizadas somente para os fins desta pesquisa e publicações que dela derivarem; serão tratadas com o mais absoluto sigilo e confidencialidade, de modo a preservar a sua identidade.

Você poderá tirar suas dúvidas sobre a pesquisa e sua participação, agora ou a qualquer momento, via e-mail, com o acadêmico ou com a orientadora através dos e-mails: julio_cm23@msn.com ou olegnasg@gmail.com, ou ainda pelo telefone (43) 99600-4414.

() Declaro que entendi os objetivos e benefícios de minha participação na pesquisa e concordo em participar

() Declaro que entendi os objetivos e benefícios de minha participação na pesquisa, porém, desejo NÃO participar da pesquisa.

APÊNDICE B

Questionário de coleta de dados

II – Dados Pessoais

Nome Completo:

Idade:

- 20 a 29 anos
- 30 a 39 anos
- 40 a 49 anos
- 50 a 59 anos
- 60 a 69 anos
- Mais de 70 anos

Identidade de Gênero:

- Homem
- Mulher
- Não-Binário
- Transgênero

Orientação Sexual:

- Heterossexual
- Homossexual
- Bissexual
- Outro

Identidade de cor/raça/etnia:

- Branca
- Negra/preta
- Parda
- Indígena

Religião:

- Católico
- Protestante
- Espírita
- Não possui religião
- Outra (especificar)

É filiado a algum partido político?

- Sim, Qual: _____
- Não

Participa de algum movimento social?

() Sim, Qual: _____

() Não

É filiado a alguma organização sindical?

() Sim, Qual: _____

() Não

Participa de órgãos da categoria, por exemplo, Núcleos do Conselho Regional de Serviço Social - NUCRESS?

() Sim, Qual: _____

() Não

II – Formação Profissional:

Ano Formação:

() Antes de 1974

() Entre 1974 a 1979

() Entre 1980 a 1985

() Entre 1986 a 1989

() Entre 1990 a 1992

() Entre 1993 a 1994

() Entre 1995 a 2002

() Entre 2003 a 2010

() Entre 2011 a 2015

() Entre 2016 a 2017

() Entre 2018 a 2021

Cursou a graduação:

() Totalmente presencial

() Presencial e a distância

() EAD

Qual instituição de formação: _____

Se graduou em quantos anos?

() 4 anos () 5 anos () 6 anos () 7 anos () 8 anos ou mais

Ano de registro no Conselho Regional de Serviço social - CRESS:

() Antes de 1985

() 1986 a 1989

() 1990 a 1992

() 1993 a 1994

() 1995 a 2002

- 2003 a 2010
- 2011 a 2015
- 2016 a 2017
- 2018 a 2021

Atualmente qual sua formação:

- Somente Graduado
- Graduado e Especialista
- Graduado, Especialista e Mestre
- Graduado e Mestre
- Graduado, Especialista, Mestre e Doutor
- Graduado, Mestre e Doutor
- Graduado, Especialista, Mestre, Doutor e Pós-Doutor
- Graduado, Mestre, Doutor e Pós-Doutor

Possui outra graduação além de Serviço Social?

- Sim
- Não

Caso possua outra graduação além de Serviço Social especificar: _____

Possui alguma Especialização ou aprimoramento profissional?

- Sim, Qual? _____
- Não

Curso: _____

Instituição: _____

Carga horária: _____

Possui Mestrado, Doutorado ou Pós-Doutorado?

- Sim, Qual? _____
- Não

Curso: _____

Instituição: _____

Carga horária: _____

III - Condições de Trabalho

Trabalha como Assistente Social há quanto tempo?

- 1 mês a 6 meses
- 6 meses a 1 ano
- 1 ano a 2 anos
- 2 anos a 5 anos
- 5 anos a 10 anos

Acima de 10 anos

Qual/Quais municípios de atuação profissional atualmente:

- Apucarana
- Arapuã
- Ariranha do Ivaí
- Bom Sucesso
- Borrazópolis
- Califórnia
- Cambira
- Cruzmaltina
- Faxinal
- Godoy Moreira
- Grandes Rios
- Ivaiporã
- Jandaia do Sul
- Jardim Alegre
- Kaloré
- Lidianópolis
- Lunardelli
- Marilândia do Sul
- Marumbi
- Mauá da Serra
- Novo Itacolomi
- Rio Bom
- Rio Branco do Ivaí
- Rosário do Ivaí
- São João do Ivaí
- São Pedro do Ivaí

Há quanto tempo atua no CRAS deste/destes municípios?

- 1 mês a 6 meses
- 6 meses a 1 ano
- 1 ano a 2 anos
- 2 anos a 5 anos
- 5 anos a 10 anos
- Acima de 10 anos

Qual é seu atual vínculo empregatício?

- Contratado
- Concursado
- CLT
- Estatutário
- Terceirizado

() Outro. Qual? _____

De que forma foi contratado em seu atual emprego?

- () Processo Seletivo
- () Concurso Público
- () Cargo em Comissão
- () Indicação
- () Outros

Qual a sua carga horária de trabalho semanal?

- () entre 5 e 10 horas semanais
- () entre 10 e 20 horas semanais
- () entre 20 e 30 horas semanais
- () entre 30 e 40 horas semanais
- () acima de 40 horas semanais

Qual sua média salarial?

- () Até 1 salário mínimo (até R\$ 1.100,00).
- () De 1 a 3 salários mínimos (de R\$ 1.100,01 até R\$ 3.300,00).
- () De 3 a 6 salários mínimos (de R\$ 3.300,01 até R\$ 6.600,00).
- () De 6 a 9 salários mínimos (de R\$ 6.600,01 até R\$ 9.900,00).
- () Acima de 9 salários mínimos (acima de 9.900,01).

Existe plano de carreira na instituição em que atua?

- () Sim () Não

Descreva as principais atividades que você desenvolve.

Qual público e/ou segmento populacional você atende?

- () Idosos
- () Criança e Adolescente
- () Pessoa com deficiência
- () Mulher
- () Família
- () Outros. Quais? _____

Você aceitaria participar de uma entrevista?

- () Sim
- () Não

APÊNDICE C

Questões da Entrevista

- 1) No seu cotidiano profissional, para responder as requisições feitas ao assistente social, em nível imediato (o que aparece em primeira instância na demanda empírica), o que você precisa conhecer?
- 2) Além desses conhecimentos imediatos que você citou, você poderia dizer se necessitou recorrer ou procurar um aporte teórico para um atendimento com qualidade, em conformidade com a defesa dos direitos dos usuários?
- 3) Você poderia dar um exemplo de situações no seu cotidiano profissional que exigem conhecimento que vá além do imediato?
- 4) Quais são as principais demandas de atendimento?
- 5) Quais são os instrumentos de trabalho mais utilizados no seu cotidiano profissional?
- 6) Quais são as técnicas de trabalho mais requisitadas no seu espaço sócio ocupacional? É possível associá-las a referenciais teóricos e éticos?
- 7) Dentre os desafios que você encontra em seu cotidiano profissional, cite os que você encontra para:
 - 7.1) Assegurar a direção ético política construída no SS contemporâneo;
 - 7.2) Assegurar a materialização dos princípios fundamentais do código de ética;
 - 7.3) Assegurar a relação entre a dimensão interventiva e a teórico-metodológicos;
- 8) Há alguma, dentre essas dimensões que você considera não estarem presentes em seu cotidiano profissional? Poderia justificar sua resposta?